

REVISTA DO /

EXÉRCITO BRASILEIRO

ISSN 0101-7284

Vol. 160 – 2º quadrimestre de 2024

Os “olhares” de artistas/pintores de guerra

Pág. 31
Diogo Velez

Completando as fronteiras do Brasil: ...
Plácido de Castro e a Revolução Acreana
(1899-1903)

Pág. 49
Carlos Roberto Carvalho Daróz

Primeira Batalha de São Salvador: 400
anos do início das invasões holandesas
no Brasil

Pág. 69
Cláudio Ricardo Hehl Forjaz

Comandante do Exército

Gen Ex Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva

Departamento de Educação e Cultura do Exército

Gen Ex Francisco Carlos Machado Silva

Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

Gen Bda Luciano Antonio Sibinel

Editor

Cel Fábio Ribeiro de Azevedo

Diretor da BIBLIEx

Corpo Redatorial

Cel Alex de Aguiar Dutra

Cel Art R/1 Antonio Ferreira Sobrinho

Cel Art R/1 Carlos Roberto Cavalho Daróz

2º Ten OTT Ana Beatriz Ramos de Souza

2º Ten OTT Tailane da Silva Rodrigues Marzzollo

Composição

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE
HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO (CEPHIMEX)
Avenida Pedro II, 383, São Cristóvão – Rio de Janeiro-RJ
– CEP 20.941-070

Direção, revisão, diagramação e distribuição

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA (BIBLIEx)

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25

3º andar – Ala Marçílio Dias – Centro – Rio de Janeiro-RJ

CEP 20.221-260

Tel.: (21) 2519-5707

Coordenação de Publicações da BIBLIEx

Cel R1 Leocir Dal Pai

Cap R1 Antonio Carlos Manhães de Souza

Revisão

Cel R1 Edson de Campos Souza

Diagramação

3º Sgt Tatiane Maria Duarte

Projeto Gráfico

Asp Erick Nunes da Costa

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas. Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser enviados para o editor executivo (reb@esau.eb.mil.br) e serão apreciados para publicação, sempre que atenderem os seguintes requisitos:

documento digital gerado por processador de texto, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (Esq. e Dir.) e 2,5cm (Sup. e Inf.), com entrelinhamento 1,5.

Figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 300dpi. Tabelas deverão ser fornecidas igualmente em separado, em formato de planilha eletrônica. Gráficos devem ser acompanhados de seus dados de origem. Não serão publicadas tabelas em formato de imagem.

As referências são de exclusiva responsabilidade dos autores e devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL



REVISTA DO / EXÉRCITO BRASILEIRO

Vol. 160 – 2º quadrimestre de 2024

REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. v.1 - v.8, 1882-1889; v.1 - v.10, 1899-1908; v.1 - v. 22, 1911-1923; v. 23 - v. 130. 1924-1993. Rio de Janeiro, Ministério do Exército, DAC etc., 1993 - 24,8cm.

Periodicidade: 1882-1889, anual. 1899-1980, irregular. 1981, quadrimestral. 1982, trimestral. Não publicada: 1890-1898; 1909-10; 1939-40; 1964; 2010.

Título: 1882-1889, Revista do Exército Brasileiro; 1899-1908, Revista Militar; 1911-1923, Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército; 1924-1981, Revista Militar Brasileira; 1982, Revista do Exército Brasileiro.

Editor: 1882-1899, Revista do Exército Brasileiro. 1899-1928, Estado-Maior do Exército. 1941-1973, Secretaria Geral do Exército. 1974-1980, Centro de Documentação do Exército. 1981, Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos, mais tarde Diretoria de Assuntos Culturais. Atualmente, Biblioteca do Exército.

**ACESSE NOSSAS
REVISTAS DIGITAIS:**



NOSSA CAPA:

Imagem de capa: Tratado de Petrópolis encerrou de vez o período da Revolução Acreana —Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural da Fundação Elias Mansour. Mapa do Território do Acre comprado da Bolívia. Inclui as áreas cedidas ao Peru.



EDITORIAL

Prezados leitores!

Os artigos que compõem a presente edição da *Revista do Exército Brasileiro* apresentam uma multiplicidade de temas, organizados por um grupo igualmente heterogêneo de historiadores e especialistas na história e na cultura militar de nosso Exército.

Os três artigos que abrem esta edição colocam em perspectiva análises diversas relacionadas com o nosso patrono, o Duque de Caxias, oriundos das comemorações dos 220 anos de seu nascimento, que ocorreu no ano de 2023. A Primeiro-Tenente Amanda Amorim, arquiteta da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, escreve sobre as peculiaridades do Pantheon de Caxias no momento de sua reinauguração após reforma. Em seu texto, identificamos um panorama importante da análise dos monumentos históricos e sua importância simbólica, bem como uma cronologia do Pantheon desde sua inauguração até a finalização de sua reforma, no ano de 2023. Na sequência, e nessa mesma esteira da homenagem ao nosso patrono, temos os textos do Subtenente Alvaro Luiz dos Santos Alves e do 1º Sargento Bruno Mesquita dos Santos, que analisam a liderança e os valores de Caxias em dois momentos distintos: a partir de seu testamento e do reflexo de suas ações na carreira do General Mascarenhas de Moraes, durante o seu comando na Força Expedicionária Brasileira (FEB), na campanha da Itália.

Em seguida, o Tenente-Coronel Giovanni Latfalla analisa o emprego do 1º escalão da FEB, aguardado para treinamento no norte da África, mas que seguiu diretamente para o *front* na Itália. No artigo seguinte, o Coronel do Exército Português Diogo Velez ressalta a arte produzida no âmbito de guerra, ao examinar a obra dos “artistas de guerra”, bem como demonstra, em mais uma oportunidade, os laços que unem nossas duas nações. Já o artigo do Coronel Carlos Roberto Carvalho Daróz resulta de sua pesquisa realizada para o *Seminário de História Militar da Amazônia*, organizado pelo Comando Militar da Amazônia em novembro de 2023. Intitulado *Completando as fronteiras do Brasil: Plácido de Castro e a Revolução Acreana* (1899-1903), o artigo procura analisar a Revolução Acreana no amplo e complexo espectro de formação das fronteiras do Brasil, notadamente aquelas relacionadas à disputa territorial na região amazônica.

REVISTA DO /
EXÉRCITO
BRASILEIRO

EDITORIAL

Os quatro últimos trabalhos, por sua diversidade temática e temporal, fornecem um parecer do atual estado das pesquisas em história militar: diversa e com muitas possibilidades. O artigo do Capitão Alexandre Marques de Medeiros e do Subtenente José Carlos Meireles da Silva aborda o legado deixado pelo Tenente-General Carlos Antonio Nacion nos setores da indústria militar e da formação dos oficiais do Exército; o Professor Doutor Johny Santana de Araújo examina a formação do 1º Corpo de Voluntários da Província do Piauí, durante a guerra da Tríplice Aliança; o Coronel Cláudio Ricardo Hehl Forjaz relembra que, neste ano de 2024, completam-se 400 anos do início das invasões holandesas ao Brasil, com o ataque e a conquista de Salvador e, em seu trabalho, lança um novo olhar acerca desse evento histórico de grande importância tanto para a história do Brasil quanto a história do próprio Exército. Encerramos esta edição da *Revista do Exército Brasileiro* com o brilhante texto dos Professores Érico Storto Padilha e Carlos Alexandre de Almeida Costa, que analisa, do ponto de vista histórico, as espadas e o espadim de aluno da Escola Militar da Praia Vermelha até o modelo que é entregue aos cadetes da AMAN atualmente, buscando, dessa forma, observar a evolução não somente do plano de uniformes, mas também, em um caráter mais amplo, a estrutura das instituições de ensino militar no Brasil.

É com grande satisfação que trazemos aos nossos leitores mais luzes sobre esses importantes acontecimentos. Esperamos que apreciem esses três segmentos valiosos de nossa caminhada, emblemáticos dos estudos, das pesquisas, das relações e do trabalho que buscamos lapidar a cada dia, nesse esforço conjunto em prol da história militar.

Boa leitura!

REVISTA DO
EXÉRCITO
BRASILEIRO

SUMÁRIO

05 *Pantheon de Caxias*
Amanda Amorim

10 *Memento Mori*: o testamento do Duque de Caxias e as demonstrações de altruísmo do grande chefe e líder militar em seu momento derradeiro
Alvaro Luiz dos Santos Alves

18 Os valores militares de Caxias presentes na Força Expedicionária Brasileira (FEB): os reflexos desses valores sobre o comandante da FEB
Bruno Mesquita dos Santos

24 “02/07/1944: aguardado no norte da África, o 1º escalão da FEB embarca para a Itália”
Giovanni Latfalla

31 Os “olhares” de artistas/pintores de guerra
Diogo Velez

49 Completando as fronteiras do Brasil: Plácido de Castro e a Revolução Acreana (1899-1903)
Carlos Roberto Carvalho Daróz

SUMÁRIO

54 Carlos Antonio Napon: o legado para a indústria e a formação militar do Exército Brasileiro

Alexandre Marques de Medeiros

José Carlos Meireles da Silva

75 *Hoc signo vinces*: o 1º Corpo de Voluntários da Província do Piauí, o 19º Corpo de Voluntários da Pátria – 1865

Jobny Santana de Araújo

89 Primeira Batalha de São Salvador: 400 anos do início das invasões holandesas no Brasil

Cláudio Ricardo Hebl Forjaz

104 As espadas e o espadim de aluno da Escola Militar: da Praia Vermelha à AMAN

Érico Storto Padilha

Pantheon de Caxias

*Amanda Amorim**

Introdução

As celebrações, comemorações, estátuas, monumentos e panteões constituem, por excelência, o que se convencionou denominar de “lugares de memória”, como citado pelo historiador francês Pierre Nora (1984). Na descrição desse historiador, entende-se que os mausoléus estariam entre as tipologias enumeradas, por serem edifícios construídos para abrigar os restos mortais de grandes vultos, a fim de homenageá-los, materializando sua vida e sua obra. O Exército Brasileiro, enquanto produto de cultura, encontra nos mausoléus e nos panteões a possibilidade de reverenciar suas autoridades, em um espaço construído, visitável por toda a sociedade.

De origem grega, a palavra *pantheon* identifica, na Roma Antiga, uma edificação dedicada a todos os deuses. Em recorte geográfico ocidental e contemporâneo, o espaço passou a ser dedicado às pessoas que engrandeceram sua pátria por meio de seus feitos. De estrutura imponente, com iluminação lúgubre, com a finalidade de levar os visitantes a uma atitude respeitosa e de reflexão, esse tipo de construção influenciou e inspirou arquitetos por vários séculos. Exemplarmente, destaca-se a Basílica de Santa Maria Dei Martiri, mais conhecida como Panteão de Roma, com sua estrutura monumental e iluminação feita por *óculo*¹. O

local, que vem sendo usado como igreja, é uma grande referência de panteão no mundo. Vale, ainda, destacar o Panteão de Napoleão, em Paris, usado como mausoléu, onde repousa o ilustre personagem da história francesa, Napoleão Bonaparte. No Brasil, o Pantheon de Caxias tem por fim rememorar seus feitos e segue tanto a tipologia quanto a expressão simbólica da veneração ao Patrono do Exército Brasileiro.

O Pantheon de Caxias foi inaugurado em 1949, como parte das comemorações dos 150 anos de nascimento de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, figura escolhida como de maior relevância para o Exército Brasileiro. O mausoléu foi construído para abrigar seus restos mortais, além dos restos mortais de Ana Luiza de Loreto Viana, sua esposa, e do sabre que o marechal recebera pela vitória na Guerra do Paraguai. Está localizado em frente ao Palácio Duque de Caxias, no centro do Rio de Janeiro.

O planejamento para a construção desse monumento remonta ao período em que o governo de Vargas praticava uma política voltada para instituição de uma identidade e uma coesão, por meio das cerimônias e símbolos que evocariam a continuidade com o passado. “Recriar” o que passou e destacar as tradições que precisariam dialogar com diversos

* 1º Ten OTT (2º RCG/2018). Pós-graduada em Gestão de Projetos (Universidade Estácio de Sá/2016), bacharel em Arquitetura e Urbanismo (UFF/2006), arquiteta adjunta da Seção de Patrimônio e Projetos Culturais (SPPC) da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX).

contextos eram necessidades levantadas naquele recorte histórico. Ocorre, desse modo, um processo de oficialização do culto ao Patrono do Exército Brasileiro como ponto focal de um conjunto de investimentos simbólicos nas décadas de 1920, 1930 e 1940. Em 1925, é estabelecido o Dia do Soldado na mesma data de nascimento de Caxias, 25 de agosto. O processo de definição de identidade da Força envolveria, dentre outras atividades, a adoção de um conjunto de elementos simbólicos novos. Segundo o cientista social e pesquisador Celso Castro (2002), em *A invenção do Exército Brasileiro*, um movimento forte de institucionalização se estabelece, baseando-se em três tradições importantes da Força Terrestre: Culto a Caxias como seu patrono, comemorações da vitória sobre a Intentona Comunista de 1935 e Dia do Exército, em 19 abril, data em que ocorreu a primeira Batalha em Guararapes. Cultuar Caxias seria uma iniciativa que fazia parte de um arranjo organizacional e simbólico da Era Vargas.

Passados 70 anos, desde a data de inauguração, os desgastes do tempo acabaram por impossibilitar que o edifício se mantivesse íntegro e visitável. Nesse sentido, em 2019, sob a vistoria e análise da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX), foram levantadas as necessidades de revitalização física do monumento, sendo fundamental, pela relevância histórica e cultural do bem, a assessoria da equipe técnica. A DPHCEX tem por missão relacionar, planejar, dirigir, coordenar, acompanhar, ampliar e controlar as atividades que visem à preservação e divulgação do patrimônio histórico e cultural, material e imaterial, de interesse do Exército Brasileiro. Cabe, portanto, dentre outras atribuições, supervisionar as atividades e os eventos do Sistema Cultural do Exército (SisCEX), propor normas para a preservação, utilização e difusão do patrimônio histórico e artístico cultural, material e imaterial, de interesse do Exército, prestar assistência técnica e normativa às atividades de preservação, conservação e restauração de bens culturais, estimular a elaboração de projetos e a programação de atividades e eventos a serem desenvolvidos pelas organizações militares e pelos órgãos do SisCEX, além de controlar a execução de projetos e atividades culturais de interesse do Exército.

O Projeto de Revitalização do Pantheon de Caxias visa o melhor aproveitamento e o maior uso dessa edificação. Por ser reconhecido como patrimônio histórico, o trabalho foi desenvolvido baseando-se em um minucioso levantamento historiográfico sobre o mausoléu, para que se pudesse fundamentar as propostas de intervenção em seus principais valores, desde sua intenção de criação, passando por sua inauguração e uso atual. As principais etapas desse projeto foram: desenvolver levantamento histórico do edifício; elaborar diagnóstico dos danos atuais; propor ações para revitalização, por meio de reforma física, estrutural e expositiva do edifício; desenvolver projeto de adequação física para recuperação dos danos existentes; desenvolver proposta expográfica, visando despertar maior interesse por sua visitação, tanto para militares quanto para civis.

A primeira linha de ação era entender como o edifício era reconhecido pela sociedade (civil e militar) e pelas instituições nacionais de proteção do patrimônio histórico. A construção possui tombamento provisório, em fase de processo de tombamento definitivo, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), órgão de esfera estadual, subordinado à Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, ao qual compete desenvolver ações para a preservação do patrimônio cultural e artístico no âmbito do território fluminense. Ainda, é citado no processo de tombamento do Palácio Duque de Caxias, edifício vizinho, como parte integrante de seu conjunto arquitetônico, entendendo-se que sua função e atividade está diretamente ligada às atividades do palácio. Dessa forma, é conveniente que se preservem suas características originais em relação a materiais empregados em sua construção, a sua conformação morfológica e a seu uso.

Após entendidas as restrições e fundamentos para a intervenção, foi dada a continuidade da caracterização do monumento, com área construída de aproximadamente 5.300m², incluindo o jardim. Para caracterizá-lo e identificar seus danos, fez-se um levantamento visual e registro fotográfico, descrevendo os elementos arquitetônicos que o compõem, tanto nas fachadas como em seu interior.

Externamente, é revestido em mármore travertino romano bruto. Na face voltada para a Praça da República, foi aplicado o brasão do Duque de Caxias, em bronze. Na face voltada para o Palácio Duque de Caxias, encontra-se a porta de entrada do mausoléu, em bronze e vidro fosco, com as armas da República em bronze, bem como a palavra *Pantheon* acima da referida porta. É por essa passagem que o visitante tem acesso à cripta, cuja beleza arquitetônica reproduz um sentimento de civismo e religiosidade.

O interior da construção foi executado em forma circular, sendo toda revestida em mármore aurora² na sua variação de tons de rosa claro e verde. No centro de todo o conjunto, em nível inferior ao piso de acesso, rodeiam seis colunas de granito lustrado negro e, sobre esse local, observa-se uma cúpula constituída em mosaico de cerâmica vidrada em tons de verde. A cúpula permite iluminação zenital³, em intensidade de penumbra, como característico das edificações desse estilo. Ao fundo da cripta, estendem-se duas galerias simétricas, onde se encontram as 460 urnas embutidas nas peças móveis de mármore do revestimento das paredes, ornamentadas com rosetas de bronze, cuja função era guardar os restos mortais dos valorosos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Tais despojos, contudo, tiveram como destino o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, ficando as urnas sem utilização.

Na cobertura e coroando a vista panorâmica do edifício, encontra-se a estátua equestre do Duque de Caxias, de autoria do escultor mexicano, naturalizado brasileiro, Rodolfo Bernardelli, fundido nas oficinas Thiebot em Paris. Essa estátua, inaugurada em 15 de agosto de 1889 no Largo do Machado, foi transferida para a frente do Ministério do Exército, atualmente Palácio Duque de Caxias, na mesma época em que se concluía o novo edifício do panteão. Produzida em bronze, a estátua representa o duque montado em seu cavalo, em uniforme de marechal, tendo em sua mão direita um binóculo e em atitude de observação. Apresenta dois baixos relevos no pedestal: a tomada da Ponte de Itororó e a entrada do Exército em Assunção, capital do Paraguai.

Com o passar dos anos, alguns pontos se deterioraram, fazendo do edifício um local de permanência

desconfortável e quase insalubre. Além disso, sua infraestrutura para iluminação e ventilação mecânica encontravam-se desatualizadas, necessitando de manutenção e modernização. O diagnóstico da situação apontou as seguintes questões a serem corrigidas: foram identificados diversos pontos de infiltrações na área interna, que, de acordo com a avaliação técnica, ocorrem devido à ausência de impermeabilização da laje de cobertura, estando o interior do edifício desprotegido da água da chuva; os revestimentos do piso da laje de cobertura se encontram rachados e quebrados em alguns pontos, o que permite a entrada de água na estrutura do edifício; o sistema de captação de águas pluviais também foi considerado subdimensionado, sendo encontrados quatro ralos pequenos para absorver o escoamento de uma cobertura de aproximadamente 200m², o que intensifica a formação de poças de água na área, aumentando a ocorrência das infiltrações.

A iluminação natural e a artificial não são eficientes. A abóboda que propõe iluminação zenital natural está sem manutenção, com resíduos de sujeira, e com vidros que não possibilitam a passagem de luz, deixando o ambiente escuro. As luminárias estão desatualizadas e não iluminam o interior de maneira que valorize a área interna. Além disso, os postes da área externa não funcionam e estão com lâmpadas queimadas, os refletores que iluminam a fachada frontal não estão funcionando e sua grade de proteção está quebrada. Em geral, a infraestrutura elétrica, incluindo quadros de energia, disjuntores e chaves de segurança encontram-se desatualizados e necessitam ser modernizados.

As instalações de ar-condicionado não estão em pleno funcionamento, o ambiente interno está com a temperatura elevada e muito úmida. Após visita de técnico especializado, foram identificadas peças queimadas e quebradas na máquina condensadora, além da falta de limpeza do sistema e dos dutos. As portas de acesso às casas de máquinas estão quebradas e sem o fechamento adequado para a proteção dos equipamentos e a janela de ventilação do compartimento que abriga a condensadora tem venezianas subdimensionadas, o que não possibilita a troca do ar ambiente de forma eficiente.

O *layout* para exposição existente não valoriza a área de maior reverência do mausoléu, onde estão dispostos os restos mortais do patrono e de sua esposa. Ainda, as vitrines expositivas estão desatualizadas e também não expõem adequadamente o acervo disponível. Entende-se que essa disposição não cumpre o objetivo de contribuir para o fortalecimento do espírito cívico e do espírito de corpo por intermédio da figura do patrono.

O projeto foi dividido em três fases: a **fase I** será dedicada à recuperação do sistema de ar-condicionado existente, indicando os serviços de manutenção a serem executados e a troca dos equipamentos necessários, por meio da contratação de profissional especializado; a **fase II** integrará a revisão das instalações elétricas, que deverão ser recuperadas após elaboração de projeto elétrico, serviços de impermeabilização da cobertura, troca de revestimentos danificados em toda a edificação, reforma do sistema de captação de águas pluviais existente, abertura de visita para a abóboda pela área externa e troca de esquadrias danificadas; a **fase III** será a implantação da proposta expográfica, que consiste na remodelação do espaço expositivo atual.

Após aprovados, o escopo e as etapas de projeto foram enviados para o Escritório Mecenaz, seção da

DPHCEEx, que busca possibilitar e incentivar a colaboração de pessoas físicas e jurídicas aos projetos culturais do Exército Brasileiro. Por meio da Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB), fundação proponente, o projeto está em fase de execução. O projeto está sendo executado com os recursos captados de forma extraorçamentária, provenientes dos mecanismos previstos na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei de Incentivo à Cultura, também conhecida como Lei Rouanet, que tem por objetivo ajudar o setor cultural a captar recursos para atividades e projetos culturais. A execução do projeto tem previsão de quatro meses de duração, sendo possível, em seu término, o uso do monumento por visitantes, em um percurso de reverência e solenidade ao patrono da Força Terrestre.

Como previsto nos objetivos principais do projeto, além de garantir a solidez do edifício, a revitalização do Pantheon de Caxias perpetuará os valores e a memória do militar, que hoje representa, por meio da lembrança de seus feitos, os valores e as tradições do Exército Brasileiro. Como citado pela historiadora Françoise Choay (1992), em *A alegoria do patrimônio*, a expressão *patrimônio histórico* designa um bem destinado a usufruto de uma comunidade, para que não se deixe escapar nenhum testemunho histórico significativo.

Referências

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2017.

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. Entre memória e história: A problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>.

Notas

¹ Abertura em cúpula de cobertura para que possa entrar a luz natural.

² Mármore conhecido por sua nobreza, em tons de rosa e verde, de origem portuguesa.

³ Iluminação natural obtida por aberturas ou revestimentos transparentes na cobertura das edificações.

***Memento Mori*¹: o testamento do Duque de Caxias e as demonstrações de altruísmo do grande chefe e líder militar em seu momento derradeiro**

*Alvaro Luiz dos Santos Alves**

Introdução

O Vexilário da Pátria² nasceu na Fazenda São Paulo, na Vila da Estrela, mudou-se para a Rua das Violas (local de morada da família), morou no Quartel do Campo e casou-se com uma moça residente à Rua dos Ciganos, esquina com o Campo da Aclamação. Depois de algum tempo, mudou-se para o Caminho do Andaraí Pequeno. Em sua tenra velhice, mudou-se para a Fazenda Santa Mônica, na antiga Estação do Desengano, lugar onde faleceu. Teve seu lugar de descanso eterno no Cemitério do Catumbi na cidade do Rio de Janeiro (Júnior, 2008).

O pequeno extrato de texto pode ser assim explicado por nós: Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, nasceu na Fazenda São Paulo, hoje Duque de Caxias, mudou-se para a rua Teófilo Otoni (local de morada de sua família), estudou no atual Colégio Pedro II, morou no Quartel – que hoje leva seu nome – e casou-se com uma moça que morava na rua da Constituição, esquina com o Campo de Santana. Mudou para a rua Conde de Bonfim, na Tijuca (Hoje Conde de Bonfim, 186, local que deu lugar a um supermercado). Na velhice, mudou-se

para a Fazenda Santa Mônica localizada no Distrito de Barão de Juparanã, no Município de Valença, interior do Estado do Rio de Janeiro. Após o falecimento, foi enterrado no Cemitério do Catumbi (São Francisco de Paula) e hoje seus restos mortais encontram-se no Pantheon de Caxias.

Filho legítimo do Marechal de Campo Francisco de Lima e Silva e de Dona Maria Cândida de Oliveira Bello, nasceu no Estado do Rio de Janeiro em 25 de agosto de 1803. Casou-se com Dona Ana Luiza de Loreto Carneiro em 6 de janeiro de 1833, com quem teve duas filhas e um filho, Luiza de Lima Nogueira da Gama, Ana de Lima Carneiro da Silva e Luiz Alves de Lima.

Em sua vida militar, incorporou no 1º Regimento de Infantaria da Corte em 22 de agosto de 1808, com apenas cinco anos de idade, e, em 1818, entrou para a Real Academia Militar. Teve um grande envolvimento com a vida castrense, passando por várias organizações militares, exercendo importantes cargos,

*Subten Cav (EsSA/1993, EASA/2003). Graduado em História (Faculdades Simonsen/2005), Mestre em História (UNIVERSO/2018), membro do IGHMB, membro da AHMITB, pesquisador associado do CEPHiMEX. Atualmente, é pesquisador e historiador do CEPHiMEX.

destacando-se o 1º Regimento de Infantaria de Linha da Corte; Exército Libertador da Bahia; Campanha da Cisplatina; 2º Comandante do Batalhão do Imperador (subcomandante); Batalhão Sagrado; Corpo de Guardas Municipais Permanentes; Comandante de Armas e Presidente da Província do Maranhão; Comandante de Armas e Presidente da Província do Rio Grande do Sul; Comandante de Armas da Corte; Comandante em Chefe do Exército Brasileiro em Operações no Uruguai e Comandante das Forças Imperiais contra Solano López na Guerra da Tríplice Aliança.

Foi condecorado com diversas medalhas durante a carreira, fruto de sua abnegação para o serviço das armas. Em reconhecimento a esse serviço, recebeu a Medalha de Ouro da Independência; Medalha de Ouro da Campanha do Uruguai com pendente de fita verde no pescoço; Medalha de Ouro Comemorativa da Rendição de Uruguiana; Medalha do Mérito Militar e Medalha Comemorativa da Terminação da Guerra do Paraguai.

Merecem também destaque as condecorações de Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro; Comendador da Ordem de São Bento de Aviz; Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa; Grã-Cruz da Imperial Ordem da Rosa; Grã-Cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro e Grã-Cruz da Imperial Ordem de Dom Pedro I.

Caxias teve uma carreira militar brilhante. Em 1808, recebeu o título de cadete de 1ª classe e, em outubro de 1818, foi promovido a alferes na Escola Militar, sendo promovido sucessivamente, ao longo da carreira, até o posto de marechal efetivo.

Após o seu período escolar, foi promovido a primeiro-tenente em 1820, a capitão em 1824, galgou a carreira de oficial superior em 1828, quando foi promovido ao posto de major, e em 1837 foi promovido a tenente-coronel, chegando a coronel em 1839. Caxias foi promovido a brigadeiro em 1841; a marechal de campo graduado em 30 de julho de 1842; a marechal de campo efetivo em 1845; e a Tenente-General em 3 de março de 1852. Em 2 de dezembro de 1862, foi promovido a marechal graduado e em 3 de outubro de 1863 foi promovido a marechal efetivo.

Um destaque importante na vida de Caxias foram os títulos nobiliárquicos, que foram recebidos entre os anos de 1841 e 1870. Recebeu os títulos de barão (1841), conde (1845), marquês (1852) e de duque (1870).

Caxias teve uma destacada carreira militar e política. Não foi apenas um militar. Ele soube se engendrar pelos caminhos da política brasileira como deputado da Assembleia Geral Legislativa pelo Maranhão, como senador pelo Rio Grande do Sul e, finalmente, como presidente do Conselho de Ministros, cargo que ocupou nos períodos de 3 de setembro de 1856 a 4 de maio de 1857; 3 de março de 1861 a 24 de maio de 1862 e de 25 de junho de 1875 a 6 de janeiro de 1878.

Em seus cargos militares, Caxias desempenhou, além das funções já destacadas, as de comandante em chefe das forças em operações (Maranhão – Balaiada; São Paulo – Revolta Liberal; Minas Gerais – Revolta Liberal; Rio Grande do Sul – Revolução Farroupilha). Por esses destaques, recebeu a alcunha de “O Pacificador”.

Também foi comandante em chefe das Forças Imperiais e comandante em chefe das Forças Aliadas no Paraguai, como comandante interino e efetivo.

Foi ajudante de campo de Sua Majestade o Imperador em 1842 e Veador³ das Princesas Imperiais em 1840, Ministro da Guerra, Conselheiro de Guerra no momento do Senado em recesso e Conselheiro de Estado Extraordinário em 1870.

Após esse breve relato da vida do ilustre Luiz Alves de Lima e Silva, cabe-nos colocar que este trabalho procura entender exemplificar, pela análise de documentos do duque, em principal seu testamento, como ele procurou demonstrar atitudes de um verdadeiro líder, até mesmo em seu momento derradeiro.

Para atingir esse objetivo, analisaremos muito brevemente o que era a liderança de Caxias, por meio da consulta a seus documentos pessoais e às Ordens do Dia da Guerra da Tríplice Aliança. Em outro momento, será abordado o testamento do duque.

Finalmente, após essa análise dos documentos, será apresentada uma conclusão a respeito do tema.

A liderança e sua amplitude no exercício do comando: o caso Caxias

Habilitação para influenciar os subordinados, no sentido de obter deles o engajamento pessoal no cumprimento da missão e na concretização dos objetivos da organização. Não se trata de aptidão natural, mas o domínio de técnicas, de habilidades e de atitudes para influenciar e motivar pessoas com um determinado fim. A capacidade de liderança é fortalecida pela reputação positiva do comandante; portanto, pelo que ele é por sua competência, caráter e dedicação (Coutinho, 1997)⁴.

O citado fragmento de texto nos coloca de maneira bem simples o desenvolvimento da capacidade de liderança. Essa capacidade é bem cara nos tempos atuais, em que precisamos de líderes fortes e determinados a exercer tais preceitos na condução do exercício do comando. A tropa espera essas características de seus chefes militares e, especialmente, capacidade para exercê-las em benefício do melhor andamento das missões impostas ao exercício da profissão militar.

Como bem citou o autor, “Não se trata de aptidão natural, mas o domínio de técnicas, de habilidades e de atitudes para influenciar e motivar pessoas com um determinado fim”. A motivação é o principal foco do líder. Nesse sentido, o homem motivado pelos exemplos do líder é o mesmo que irá aonde o líder determinar.

Nesse escopo de liderança é que podemos colocar a figura de Caxias, que, ao conduzir seus comandados em todos os momentos em que a refrega das batalhas exigiu, conseguiu motivá-los para o combate com sua correção de atitudes e com o emprego de técnicas que apenas hoje estudamos mais profundamente.

Em uma breve leitura das Ordens do Dia referentes à Guerra da Tríplice Aliança durante o comando de Caxias e também em sua fé de ofício, podemos notar essa capacidade de liderança no desempenho de sua função, destacada com ímpeto e inteligência na arte da guerra. A resposta de seus comandados sempre foi imediata a essa capacidade, haja vista que, nos embates sob o comando de Caxias, os resultados foram sempre positivos, inclusive com diversas observações de seus

chefes relativas a sua capacidade de liderar e conduzir seus combatentes.

No livro *MacArthur Lições de Estratégia e de Liderança* (Kinni e Kinni, 1956), os autores, no capítulo 2, fazem alusão ao “destino cumprido de um líder”, destacando o encorajamento da mãe do General MacArthur ao filho, ao dizer “que ele se tornaria um grande homem, tão grande quanto seu bem-sucedido pai e até mesmo como Robert E. Lee”⁵. O jovem MacArthur aceitou muito bem seu “destino”, mas, como os próprios autores destacam, ele também se preparou duramente para atingir os desígnios do destino que o esperava.

Assim podemos identificar a destinação de chefe militar e líder de Caxias, como demonstrado na introdução. Luiz Alves teve uma carreira brilhante, forjada nas lides castrenses, no dia a dia dos quartéis e nas batalhas de que participou. Esse exemplo de líder e chefe perdura até nossos dias, no simples cultuar dos símbolos deixados pelo chefe militar ou até nos desafios impostos ao Exército em pleno século XXI.

Diante de tantas concepções sobre Caxias, não restam dúvidas sobre sua capacidade de chefia e liderança na condução dos destinos da Força Terrestre dentro de seu tempo.

O testamento do Duque: pequenos exemplos de humildade aliados à liderança

Chegando ao fastígio das ambições e das vaidades humanas, com aquele inalterável bom senso que por vezes o tornou gênio, mediu-lhes sereno e superior a inanidade. Em seu funeral dispensou tôdas as honras. Nem sequer consentiu que a voz do canhão saudasse pela última vez o guerreiro que partia; veio para a tumba, novo Saladino, cercado só das boas ações que praticou. Também ninguém teve no Brasil séquito igual. Carregaram o seu féretro seis soldados rasos; mas senhores, êsses soldados que circundam agora a gloriosa cova e a voz que se levanta para falar em nome deles, são o corpo e o espírito de todo o Exército Brasileiro.⁶

O Visconde de Taunay soube, em seu elóquio à beira do túmulo do ilustre brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, mostrar o sentimento vivido à época pelos brasileiros ao sepultarem o seu “Marechal” de tantas batalhas em prol da liberdade daquele povo ao qual dedicara toda a sua vida como militar e proeminente político.

O sentimento de comoção tomou conta do Brasil de norte a sul, como noticiavam os periódicos da época. Personalidades fizeram questão de manifestar seu apreço pelo grande chefe militar, como podemos destacar nas palavras de Pinheiro Chagas.

O Govêrno e o povo do Brasil reconheceram sempre os altos serviços dêsse glorioso guerreiro, o govêrno dando-lhe com o bastão de marechal o título mais elevado da nobiliarquia brasileira, o povo fazendo em 1880 da morte do velho duque um verdadeiro luto nacional. É que todos reconheciam que a espada do Duque de Caxias, como a espada de Grant ou de Shermann, dera a um tempo à sua pátria uma potente unidade, e à civilização da América um glorioso triunfo.⁷

Mas o “Velho Duque” ainda faria sua última demonstração de desprendimento e humildade, a mesma que o fez escolher seis soldados para conduzirem seu féretro, o mesmo ímpeto com o qual conduziu seus homens ao encontro do inimigo na certeza de que a vitória seria certa.

Caxias preparou um testamento⁸ no qual seu desejo era o de deixar implícito que era um homem de determinada simplicidade. Sua atitude de dispensar, já no testamento, as honras militares a que fazia jus, mostrou a todos os seus subordinados um exemplo de um verdadeiro soldado: um soldado que sacrificou sua vida em defesa da pátria, um soldado que ostentou com dignidade o adjetivo do “ser soldado”.

Prova disso foi a Ordem do Dia do Exército nº 1.514, de 9 de maio de 1880, na qual o Marechal do Exército Graduado – Ministro da Guerra Visconde da Gávea expressa todo o sentimento com o passamento desse grande vulto militar.

Ordem do dia à guarnição da Côrte – Repartição do Ajudante General

Transido de dor, comunico ao Exército o passamento do Excelentíssimo Senhor Marechal de Exército, senador do Império, Duque de Caxias,

cujos restos mortais serão amanhã, às 9 ½ horas do dia, dados à sepultura no cemitério de S. Francisco de Paula. Amigo de infância, ligado por estreitos laços de parentesco, fui companheiro dedicado, admirador das virtudes do eminente cidadão que tanto mais se eleva aos olhos dos seus concidadãos, quanto maiores eram os sacrifícios que a Pátria lhe exigia. **Sua vida foi o conjunto de preclaros feitos; e ao extinguir-se revelou êle a modéstia de seu elevado caráter, na dispensa que fêz de tôdas as homenagens oficiais a que a lei lhe dava direito. Seu último desejo foi que o conduzissem ao túmulo seis soldados (grifo nosso).**⁹

Em síntese, toda uma nação comoveu-se com a morte de seu grande herói. E Caxias, como o povo esperava, deu, em seu momento derradeiro, um exemplo de simplicidade. Queria morrer como um homem comum, queria morrer como um homem do povo, o mesmo povo ao qual sempre defendera como soldado ou como político.

Em seu testamento, Caxias deixou a quantia de 30\$000 réis para que fosse realizado em pagamento aos soldados como gratificação por levarem seu corpo à sepultura,

... e que dezoje que mandem 6 soldados, excohlidos dos mais antigos, e de melhor conducta, dos corpos da guarnição para pegar das argolas de meu caixão, a cada hum dos quaes o meu testamenteiro, no fim do enterro dará...

Essas foram as honras solicitadas pelo grande soldado. Observamos que, na verdade, o número de soldados foi um pouco maior. No Inventário de Caxias, anexo ao Testamento, constam 14 soldados, perfazendo um total de 420\$000 (quatrocentos e vinte mil réis).

Outra demonstração de seu altruísmo foi relativa ao seu criado de nome Luiz Alves, ao qual Caxias deixou a quantia de 400\$000 (quatrocentos mil réis) e toda sua roupa de uso.

Caxias também fez constar em seu testamento o companheiro João de Souza Fonseca, sua irmã a Baronesa de Suruhy, o Visconde Tocantins, o Capitão Salustiano de Barros Albuquerque, que era seu amanuense, e Anna Eulália de Noronha, sua afilhada. A todos eles Caxias fez constar em seu testamen-

to com lembranças simples, como sua espada, suas condecorações, relógio, candeeiro de prata, cavalo, montaria, dentre outros.¹⁰

Tudo o mais que o duque possuía deveria ser repartido entre suas filhas Anna e Luiza.

Caxias, em nossa opinião, demonstrou suas qualidades de chefe e líder, aliadas ao seu altruísmo de cidadão de bem até mesmo em seu momento derradeiro, mediante pequenas atitudes presentes em seu testamento.

Considerações finais

O inimigo, vencido por vós na Ponte de Itororó e no arroio Avahy, nos espera na Lomba Valentina com os restos de seu exército. Marchemos sobre ele, e com esta batalha mais teremos concluído nossas fadigas, e provações. O Deus dos exércitos está conosco! Eia! Marchemos ao combate, que a vitória é certa porque o general, e amigo, que vos guia, ainda até hoje não foi vencido. Marquez de Caxias.¹¹

Caxias era um homem comum e assim ele o queria que fosse. Seus exemplos demonstraram essa atitude durante toda a sua vida pública, como militar ou político. Toda essa trajetória demonstrou sua capacidade de liderança e destacou a principal qualidade do líder em nossa opinião, que é o de ser reservado e discreto.

Caxias não desejou glórias e nem ufanismos. Foi um homem simples e livre de vaidades. Caxias conseguiu mostrar toda essa simplicidade e riqueza de espírito até mesmo em seu momento derradeiro, quando, merecendo todas as glórias terrenas, as dispensou.

Caxias dispensou toda a pompa. Preferiu ter a glória do reconhecimento por meio do silêncio. Terminou seus dias na simples e pacata Estação do Desengano, hoje Barão de Juparanã, no distrito de Valença/RJ, na Fazenda Santa Mônica¹² de propriedade de seu genro, o Barão de Santa Mônica.

Finalmente é preciso situar Caxias como um homem do seu tempo, um homem do século XIX, para que não cometamos o grave erro de sermos anacrônicos em relação a esse personagem histórico.

Caxias foi um herói de guerra e também um agente de destaque no cenário político de sua época. Novamente, em nossa opinião, o duque mostrou veementemente sua posição de líder militar e político. Em sua última ação, que foi o seu testamento, mostrou-se um homem desprendido de vaidades e, com mais essa atitude, tornou-se um exemplo de grande liderança.

Com este breve relato, esperamos ter conseguido demonstrar os exemplos deixados pelo Duque de Caxias, que demonstram sua capacidade de liderança aliada a sua simplicidade.

Referências

ACADEMIA de História Militar Terrestre do Brasil. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/>. Acesso em: 9 set 2023.

ARQUIVO do Exército Brasileiro. Disponível em: <https://www.ahex.eb.mil.br/>. Acesso em: 9 set 2023.

BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

BENTO, Cláudio Moreira. **Significação Histórica do Duque de Caxias**. Revista do Clube Militar. Maio/Junho de 1980. Rio de Janeiro. p. 4-16.

BENTO, Cláudio Moreira. **Como Estudar e Pesquisar a História do Exército Brasileiro**. Brasília, EME, 1978.

BIBLIOTECA do Exército Brasileiro. Disponível em: <https://www.bibliex.eb.mil.br>. Acesso em: 9 set 2023.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BRASIL, **Ordens do Dia**. Ministério da Guerra. 1865, 1866, 1867, 1869, 1870, 1871, 1880, 1881. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

BRASIL. **Fé de Ofício de Luiz Alves de Lima e Silva** – Caixa 11 – Pasta 04 – Coleção Ministros e Patronos. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

BRASIL. **Revista Nação Armada** – 1942, 1946, 1954 – Imprensa Nacional. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

BRASIL. **Boletins do Exército** – 1942, 1946, 1954 – Secretaria-Geral do Exército. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

BRASIL. **Revista Militar Brasileira** – Separata da RMB nº 3, volume XXXV, de 25 de agosto de 1936. – Imprensa Nacional – 1938. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

CARVALHO, Affonso de. **Caxias**. Rio de Janeiro, Ed. Biblioteca do Exército, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.

CARVALHO, Nelson Rodrigues. **O Duque de Caxias, Sainete radiofônico em um ato sobre a vida pública e militar do Duque de Caxias**. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1941.

COUTINHO, Sérgio Augusto de Avelar. **Exercício do comando: a chefia e a liderança militares**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1997.

FILHO, Almerindo Raposo. **Caxias e nossa doutrina militar**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1959.

MAGALHÃES, João B. **A evolução militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

MONJARDIN, Adelpho Poli. **Bolívar e Caxias**. Paralelo entre duas vidas. Rio de Janeiro, Ed. BIBLIEx, 1967.

MORAES, Vilhena de. **Duque de Ferro**: novos aspectos da figura de Caxias. Rio de Janeiro, Ed. Biblioteca do Exército, 2003.

MORAES, Vilhena de. **Novos aspectos da figura de Caxias**. Rio de Janeiro, Ed. Leuzinger, 1937.

PEIXOTO, P. M. 1973. **Caxias**: Nome tutelar da nacionalidade. Rio de Janeiro: Edico.

SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias**: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, Adriana Barreto de. **Osório e Caxias**: a memória militar que a República manda guardar. Vária História. n° 25. Belo Horizonte: UFBH, julho de 2001.

TRIBUNAL de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Cadastro Nacional de Mediadores Judiciais e Conciliadores**. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/web/ccmj/acervo>. Acesso em: 9 set 2023.

KINNI, Theodore B; KINNI, Donna. **MacArthur**: lições de estratégia e de liderança. Tradução Solution Consult Idiomas Ltda. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

Notas

¹ Do Latim, “Lembre-se que você vai morrer”.

² Porta-bandeira ou estandarte. Caxias foi o primeiro a conduzir a Bandeira Imperial do Brasil, seu primeiro porta-bandeira.

³ Antigo título honorífico em Portugal e no Brasil, que se dava ao oficial-mor da Casa Real que servia junto à rainha ou à imperatriz, no paço ou fora dele. Eram geralmente escolhidos entre membros da nobreza e fidalguia. Tinham as funções áulicas de apoio e cooperação direta ao rei e sua família, sem serem serviçais, nas residências reais, em períodos alternados e, por isso, eram chamados também de semanários.

⁴ Coutinho, Sérgio Augusto de Avelar. Exercício do comando: a chefia e a liderança militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

⁵ Kinni, Theodore B.; Kinni, Donna. MacArthur: lições de estratégia e de liderança. Tradução Solution Consult Idiomas Ltda. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

⁶Discurso do Visconde de Taunay proferido na sepultura de Caxias. Revista do Exército Brasileiro.

⁷Texto de autoria de Pinheiro Chagas, publicado na Revista do Exército Brasileiro.

⁸O Testamento do Duque de Caxias e de seu Inventário poderão ser verificados no Cartório do 1º Ofício do Juízo de Direito da Terceira Vara de Órfãos e Sucessões no Rio de Janeiro ou na Revista Nação Armada nº 33 de agosto de 1942 no Arquivo Histórico do Exército – Revistas Militares – Depósito Brigadeiro Pinheiro Guimarães – Divisão de Guarda do Acervo – AHEx.

⁹Ordem do Dia nº 1.514 de 9 de maio de 1880. p. 246. Acervo AHEx – Ordens do Dia – Depósito Brigadeiro Pinheiro Guimarães – Divisão de Guarda do Acervo – AHEx.

¹⁰Nota: Maiores detalhes do Testamento do Duque de Caxias e de seu Inventário poderão ser verificados no Cartório do 1º Ofício do Juízo de Direito da Terceira Vara de Órfãos e Sucessões no Rio de Janeiro ou na Revista Nação Armada nº 33 de agosto de 1942, no Arquivo Histórico do Exército – Revistas Militares – Depósito Brigadeiro Pinheiro Guimarães – Divisão de Guarda do Acervo – AHEx.

¹¹Palavras proferidas por Caxias em Villeta no dia 21 de dezembro de 1868 – Ordem do Dia nº 269 da mesma data, p. 39 – Fonte AHEx – Ordens do Dia – Depósito Brigadeiro Pinheiro Guimarães – Divisão de Guarda do Acervo – AHEx.

¹²O nome da Fazenda é em homenagem a Santa Mônica. A santa, de acordo com a doutrina católica, deixou uma mensagem para todas as mães no ensinamento de que, além de educar os filhos para viverem em sociedade, é preciso também educá-los para Deus, desenvolvendo neles a vida espiritual. Santa Mônica ensina que mães e pais devem se preocupar com a salvação e santificação de seus filhos. Santa Mônica faleceu no ano 387, aos 56 anos. Santo Agostinho, no seu famoso livro autobiográfico intitulado *Confissões*, fez um monumento indelével à memória de Santa Mônica. O corpo de Santa Mônica foi descoberto em 1430. O Papa Martinho V transportou-o para Roma e depositou-o na igreja de Santo Agostinho. Santa Mônica era mãe de Santo Agostinho.

Os valores militares de Caxias presentes na Força Expedicionária Brasileira (FEB): os reflexos desses valores sobre o comandante da FEB

*Bruno Mesquita dos Santos**

Introdução

O legado do comandante-chefe das Forças Imperiais na Guerra da Tríplice Aliança é objeto de permanente estudo e veneração. As ações militares demonstradas pelo Duque de Caxias, a partir de 1866, contra as forças paraguaias de Solano López foram decisivas para mudar o curso das vitórias do exército naquele conflito¹.

As virtudes pessoais e valores militares de Caxias podem ser simbolicamente resumidas no documento que manifestou suas “últimas vontades”, expressando a simplicidade de seu espírito, devotado cidadão e grande líder militar:

(...) Recomendo a estes (testamenteiros), que quero que o meu enterro seja feito, sem pompa alguma. (...) só desejo que me mandem seis soldados, escolhidos dos mais antigos, e de melhor conduta, dos corpos da Guarnição, para pegar as argolas do meu caixão.²

Os valores do Patrono do Exército Brasileiro e seu vasto repertório biográfico, como experto comandante e estrategista militar, refletiram na vida de muitos

vultos que comandaram após sua morte. Tornou-se exemplo e guia de outros notórios personagens castrenses, que, assim como Caxias, fizeram da carreira das Armas o sacerdócio e voto de amor à pátria. Nesse sentido, o General de Divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes, grande líder da FEB, tornou-se referência ao se espelhar no Patrono do Exército. Em quase 50 anos de carreira, o comandante da FEB procurou refletir os valores e atributos militares de Caxias, como *liderança, coragem, simplicidade, estratégia e amor à profissão militar*, obtidos a partir da sua chegada à caserna.

A escolha pela carreira das armas e o surgimento de um “jovem Caxias”

Nascer em uma cidade repleta de tropas oriundas da Guerra do Paraguai, a exemplo do 1º Regimento de Artilharia a Cavalo, comandada pelo então Coronel

* 1º Sgt Int (ESIE/2006, EsSlog/2017). Graduado em Direito (UNESA/2018) e pós-graduado em Direito Administrativo (UCAM/2020).

Mallet, como era a pequena São Gabriel/RS, em 1883, inspirou a decisão do menino João Baptista Mascarenhas de Moraes a seguir a carreira das Armas e ingressar na Escola Militar do Rio Pardo, Rio Grande do Sul. A decisão pelo sacerdócio militar ocorreu em tenra idade, mas de forma irrevogável.

Chegou ao Rio de Janeiro, em 1902, para iniciar sua formação na Escola de Cadetes da Praia Vermelha, local onde surge o “jovem Caxias” e as bases da coragem moral. Nos primeiros anos no novo estabelecimento de ensino, vivenciou grande desagravo, provocado por manter-se na legalidade e não apoiar o levante do seu comandante contra a “vacinação obrigatória”, em 1904. Nesse lamentável episódio, a **coragem moral** do jovem cadete se fez latente e, ainda que inocente, arcou com pesada pena. O governo federal determinou o fechamento da escola e seu rebaixamento a soldado, sendo enviado para servir no 6º Batalhão de Artilharia de Posição, na Fortaleza de São João.

Ante tal episódio e a postura adotada pelo então Cadete João Baptista, Carlos de Meira Mattos se referiu àquele como “jovem Caxias” (Mattos, 1983, p. 14). *A priori*, seus ressentimentos foram mitigados devido ao acolhimento dado pelo seu superior imediato, Sargento Fontoura. Militar experiente nos assuntos da boa formação do soldado, o sargento demonstrou a imersão nos valores de Caxias, como **liderança pelo exemplo e bondade com o subordinado**, ao conduzir o processo de recepção e instrução do Soldado João Baptista³. Manteve-se no apoio do jovem militar até o seu retorno à Escola de Cadetes, após ser reaberta, e a tão sonhada conclusão do curso, sendo João Baptista declarado alferes-aluno (aspirante a oficial) da Arma de Artilharia, em 1905.

A convocação à Amazônia: nos trilhos de Caxias, o amor à profissão militar desbravando o “sertão” do noroeste do Brasil

O “jovem Caxias”, promovido ao primeiro posto em 1907 (figura 1), vivia sua inicial caminhada na caserna,

quando foi enviado para a missão de demarcação de fronteiras, por duas oportunidades (1907 e 1910), no Mato Grosso, Acre e Amazonas. Na ocasião, o jovem Tenente Mascarenhas de Moraes, mesmo ciente dos imensos desafios que o aguardavam nessa missão, demonstrou **pleno entusiasmo** pela causa da nação e profundo **amor à profissão**, espelhando o exemplo do grande patrono, o qual desbravou diferentes regiões durante as campanhas na consolidação da pacificação nacional⁴.



Figura 1 – Oficiais da Comissão de Limites e suas ordenanças – 1907

Fonte: Memorial da FEB

Na difícil missão que recebera, não titubeou, mas a tomou, certo de que seria cumprida, tornando-se severo discípulo de Caxias. Foi um desbravador valente e vibrante, ao suportar os imensos desafios do “sertão” amazônico. Missão para poucos e, por isso, o 1º Tenente Mascarenhas de Moraes merece destaque. Transcrito por Mattos (1983), relatando Cassiano Ricardo, quando este documentava o seu “Tratado de Petrópolis” sobre a vida dos demarcadores, mostrou o desafio que se igualou ao dos antigos Bandeirantes:

Consulte-se qualquer dos “diários de viagens” dos demarcadores, o de um Lacerda e Almeida, por exemplo, o mais enxuto e conciso deles, e aí estará a odisséia que era romper o mato bruto, com cachoeiras, pantanal e bugre pela frente. Quanta vez a expedição toma veredas falsas, nos lugares onde os rios se espriam em lama; e quanta vez Lacerda e seus companheiros passam uns por árvores, outros em canoa por falta de terra (Mattos, 1983, p. 28).

1922 a 1935: a fé no Exército e nos valores de Caxias em tempos de instabilidade no Brasil

O Duque de Caxias, como excepcional líder e comandante na Guerra do Paraguai, firmou aos seus comandados a necessidade de foco no Exército e nos propósitos de ali combater, mantendo o seu permanente e elevado nível de comprometimento⁵.

No período de 1922 a 1935, o Brasil se viu em agitado contexto político, o qual, por vezes, também chegou ao convívio da caserna. De capitão a coronel, Mascarenhas de Moraes, ante os episódios de alvoroços internos, provocados por movimentos políticos, vivenciou por diversas vezes a necessidade de fortalecer a **fé na instituição Exército Brasileiro**, entre pares e subordinados. Entre as décadas de 1920 e 1930, o Exército foi alvo de diversos focos de agitação, por se ver contaminado por ideologias que não faziam parte da construção dos valores militares.

Enquanto comandante da Escola Militar do Realengo, em 1935, atuando contra um levante político-ideológico na Escola de Aviação, o experiente Coronel Mascarenhas de Moraes, visando à preservação dos futuros líderes do Exército de tais filosofias, deu-lhes as seguintes tratativas:

(...) Foi minha preocupação constante modelar a mentalidade dos jovens cadetes no sentido do mais respeitoso e intransigente sentimento de fidelidade à disciplina e lealdade aos superiores hierárquicos (...)”⁶.

Findada a agitação político-partidária dentro dos quartéis naquele ano e ao alvorecer de um novo ciclo, o Coronel Mascarenhas de Moraes invoca “**as tradições gloriosas de Caxias**”, ao dirigir-se aos futuros aspirantes da turma de 1935, forjados sob a liderança do seu comandante:

(...) Em nome do Corpo de Cadetes, da oficialidade desta Escola e no seu próprio, saúda-vos o Comando, vibrante de fé e entusiasmo por vós, nos valores que, para o bem do Brasil, se plasam nas

tradições gloriosas de Caxias”⁷ (Moraes, 2014, p. 123 e 129).

Embora, nesse período tumultuado, o Exército Brasileiro tenha sido recorrente alvo de interesses subversivos de classes extramuros, o futuro comandante da FEB *sempre se manteve no exemplo de Caxias, fortalecido nos valores do Patrono e ao lado da Lei*.

Um estrategista militar no Nordeste: um ensaio preparatório para o “grande comando expedicionário”

Uma das ações iniciais conhecidas do Duque de Caxias ao assumir o comando das Forças imperiais, na Campanha da Tríplice Aliança, foi a de reorganizar e reaparelhar o exército, melhorando suas provisões, posições e condições de combate⁸.

Ao ser nomeado comandante da 7ª Região Militar (7ª RM), em maio de 1941, o General João Baptista Mascarenhas de Moraes sabia que estava diante de um dos maiores desafios da sua vitoriosa carreira. Seguindo as tradições emanadas dos Montes Guararapes, em Pernambuco, sede daquela Região Militar, assim como Caxias, Mascarenhas de Moraes se amparou nas virtudes e vitórias dos antepassados para bem cumprir sua missão. O comandante da 7ª RM encontrou vasta área coberta somente por 6.000 homens, organizações militares insuficientes, com armamentos arcaicos e meios de comunicação deficientes. Ante tamanhos desafios, o sábio estrategista militar, semelhante a Caxias na campanha paraguaia, viu a premente necessidade de reorganizar e mobiliar suas tropas.

A ocupação no Saliente Nordeste foi estrategicamente repensada pelo seu comandante. Este, a partir de então, criou novas unidades em diferentes estados nordestinos e ainda ampliou exponencialmente os efetivos da 7ª RM. Em apenas um ano de trabalho, chegou a quase 50.000 homens, dando-lhes também melhores equipamentos⁹.

O discípulo das virtudes de Caxias deixou o comando da 7ª Região Militar, em janeiro de 1943, e consolidou seu nome entre os comandantes de região mais admirados. Sua gigantesca capacidade de fortalecer tropas e reorganizar estruturas militares, para obter o máximo de seus comandados, foi motivo de prolongados elogios tanto do Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, quanto do Presidente dos EUA à época¹⁰.

Um líder, um estrategista, discípulo dos valores e virtudes de Caxias: o comandante da FEB



Figura 2 – General Mascarenhas de Moraes no P.O. da 6ª Cia do 2º Btl do 1º RI, Sassomolare – abril de 1945

Fonte: ANVFEB

Em 10 de agosto de 1943, ao aceitar comandar uma divisão de infantaria expedicionária, Mascarenhas de Moraes era o comandante da 2ª Região Militar, em São Paulo. Sua ampla e experiente trajetória militar até aquela data seria cabalmente alargada pelo honroso desafio que recebera do Presidente Getúlio Vargas¹¹. Ao tornar-se o Comandante da Força Expedicionária Brasileira (FEB), o experimentado general viveu o ápice da sua carreira. Pôs à prova todas as suas qualidades de grande comandante, espelhando os valores e virtudes do Patrono do Exército Brasileiro. Os atributos de liderança e grande estrategista do General Mascarenhas de Moraes foram notórios desde a sua chegada

à Itália. Procurou incansavelmente fortalecer seus comandados em todos os aspectos, seja em treinamento, equipamento e provisões. Apoiando o Exército dos EUA desde 1941 e depois nos Apeninos de 1944 a 1945 (figura 2), conduziu seus mais de 25.000 combatentes contra exércitos muito bem treinados, experientes na guerra e estrategicamente posicionados para defender a qualquer custo suas posições¹². Sob o comando do herdeiro das “gloriosas tradições de Caxias”, as tropas brasileiras venceram seus fortes inimigos, lutaram em prol da democracia e da liberdade dos povos, elevando o nome do Exército Brasileiro, de seu invicto patrono e do Brasil entre as nações.

Considerações finais

As páginas da vida militar do comandante da FEB dão singular prova dos reflexos dos valores do Duque de Caxias, vivenciados ao longo de sua carreira. Desde a coragem moral e amor à profissão militar, demonstrada com a pouca vivência na caserna, firmados na inabalável fé no Exército, conquistou o ápice de excepcional estrategista militar nos campos de sacrifício da Segunda Guerra Mundial. Sintetizando seus valores militares, herdados do excelso patrono, o General Mascarenhas de Moraes afirmou: “Não há, contudo, temeridade a comentar quando o perigo advém do melhor modo de cumprir a missão”¹³.

Os valores militares de Caxias emanam continuamente sobre os herdeiros de suas gloriosas tradições. São perpetuamente cultuados nas diversas organizações militares do Exército e são componentes inseparáveis de seus integrantes, tornando esteio da caminhada segura e vitoriosa daqueles que seguem os valores de Caxias. Assim representou a vida do comandante da FEB. Sua carreira e legado perpétuo se consagraram ao refletir os valores e atributos do eterno Marechal Luiz Alves de Lima e Silva.

Salve Caxias, o Patrono! Salve Mascarenhas de Moraes, o Febiano! A cobra fumou!

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Divisão de Guarda de Acervos. Acervo da FEB. **Ministério da Guerra, Força Expedicionária Brasileira, Relatório Secreto**. v. 1, 1943-1945, Rio de Janeiro, 165p. 1946.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Divisão de Guarda de Acervos. **Testamento do Duque de Caxias**. Revista Nação Armada, n. 32, Rio de Janeiro, p. 27, 1942.

CAHÚ, S. M. **O Marechal Mascarenhas e a FEB**. Revista do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, v. 120, n. 4, p. 191-199, 1983.

CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. **A estrutura de defesa do hemisfério ocidental**. Rio de Janeiro: Bibliex, p. 325-394, 2000.

JUNIOR, Frank D. Maccan. **A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, p. 175-194, 1995.

MATTOS, Carlos de Meira. **O Marechal Mascarenhas de Moraes e sua época**, v. 2, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1983.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de. **Memórias**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014.

OLIVEIRA, V. C. T. G. **A atuação decisiva de Caxias para o resultado da Guerra do Paraguai, sob o enfoque da liderança militar**. 2020. 60p. Monografia. (Curso de especialização em Ciências Militares, com ênfase em Defesa) Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

Notas

¹ Caxias liderou as Forças Terrestres e Navais na Guerra do Paraguai, a partir de 1866, empregando unidade e poder de combate nas operações bélicas.

² O Testamento do Duque de Caxias é um documento que retrata a personalidade ímpar do Patrono do Exército. Homem simples, cidadão modelo e desprovido de vaidades pessoais à envergadura de seus títulos, mas devotado às Armas e ao Brasil.

³ Em suas Memórias, Mascarenhas de Moraes afirma que o Sargento Fontoura foi um líder-chave para sua formação e o ensinou a ser um bom militar. Recorda, ainda, que, ao receber a notícia de sua conclusão no Curso da Escola Militar do Brasil e a tão sonhada promoção, em sua mais sincera demonstração de afeto, deu um abraço de gratidão por todo auxílio recebido do nobre sargento.

⁴ O Duque de Caxias também é conhecido como “Pacificador”, alcunha recebida por pacificar diversos levantes revoltosos de norte a sul do Brasil Imperial.

⁵ Segundo Oliveira (2020, p. 53), era evidente a constante preocupação de Caxias na manutenção do foco nos objetivos traçados.

⁶ Em 1935, eclodiu, na Escola de Aviação Militar, localizada no Campo dos Afonsos, um foco da Intentona Comunista, sendo a Escola Militar do Realengo uma das unidades que combateram o levante político dentro do Exército, obtendo pleno êxito, sufocando a tentativa revoltosa e aprisionando seus principais mentores.

⁷ O Coronel Mascarenhas de Moraes comandou a Escola Militar do Realengo de 1935 a 1937, sendo, ainda em agosto do último ano, designado como comandante interino da 9ª Região Militar.

⁸ Oliveira, op. cit., p. 36.

⁹ Como exemplo da façanha realizada pelo General Mascarenhas, está a criação do 20º BC em Maceió/AL, 7º GAC, em Olinda/PE, o 16º RI, em Natal/RN, o 23º BC, em Fortaleza/CE. Só a região de Fernando de Noronha recebeu um destacamento de 4.000 militares, alterando significativamente o retrato de capacidades do Exército em defender o território brasileiro naquela importante região.

¹⁰ O General Dutra, em relatório de inspeção na 7ª RM, denominou o Gen Mascarenhas de “incansável obreiro”. Já Franklin D. Roosevelt, em citação de comenda dada àquele comandante, o qualificou de “militar de previsão, excelente critério, iniciativa, habilidade para organização, faculdade inventiva e superior direção”.

¹¹ Transcrição idêntica está posta no AHEx, Relatório Secreto da FEB. v. 1, 1943-1945, Rio de Janeiro, p. 10, 1946.

¹² O Gen Mascarenhas de Moraes, enquanto comandava a 7ª RM, auxiliou as ações dos EUA no Nordeste para a construção de bases aéreas americanas, apoiar o sistema de defesa do hemisfério sul e, posteriormente, na Itália, no comando da FEB, era subordinado ao V Exército Americano.

¹³ Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 120, n. 4, Bibliex, 1983.

02/07/1944: aguardado no norte da África, o 1º escalão da FEB embarca para a Itália

Giovanni Latfalla*

Introdução

Este estudo tem como objetivo mostrar as novas e desconhecidas informações a respeito do envio do 1º escalão da Força Expedicionária Brasileira (FEB), para o teatro de operações da Itália, ocorrido em 2 de julho de 1944. Estudiosos, pesquisadores e simpatizantes da FEB não deram a devida atenção ao que de fato ocorreu naquela oportunidade, quando o previsto, baseado em um livro de um observador militar brasileiro, era o envio de nossa tropa para o norte da África, onde ela continuaria o seu treinamento e receberia o material bélico a ser fornecido pelos norte-americanos, antes de ser enviada para o *front* de batalha.

Baseado em novas pesquisas, verifica-se também que o 1º escalão da tropa brasileira foi enviado em um momento e para um local inadequados, a Itália, o que gerou inúmeros transtornos e situações desagradáveis, que poderiam ter sido evitadas, e que causaram um mal-estar entre militares brasileiros e norte-americanos. O momento inadequado ocorreu por causa da chegada da tropa brasileira durante os preparativos para uma das maiores operações do *front* ocidental na Segunda Guerra Mundial, a Operação Dragão, que envolvia milhares de soldados e viaturas, além de

toneladas de material para a sua execução. A cidade de Nápoles não estava preparada para receber a unidade brasileira e as autoridades militares norte-americanas, responsáveis por receber a nossa tropa, estavam envolvidas com a citada operação.

Caso a FEB houvesse sido enviada para o norte da África, teria sido mais bem atendida para o posterior envio ao *front*. Baseado nos relatos feitos pelos observadores militares brasileiros que estavam no local, as instalações existentes eram propícias para receber a tropa brasileira. Os cursos ministrados naquele local, como, por exemplo, o de motomecanização, teriam sido importantes para que a FEB estivesse muito mais bem preparada para participar da Segunda Guerra Mundial. O que de fato aconteceu foi originário de um grave erro cometido pelo governo norte-americano.

O envio dos observadores militares brasileiros para o *front*

As negociações militares entre Brasil e Estados Unidos ficaram mais intensas a partir do início de 1939, com as visitas ao Brasil do futuro Chefe do

* TC QCO Mag/Hist R/1 (EsAEx/1996; EsAO 2010). Doutor em Ciência Política (UCAM/2016), Mestre em História (USS/2011). Ex-professor de História dos Colégios Militares do Recife, Rio de Janeiro e Juiz de Fora. Sócio Correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora (IHGJF).

Estado-Maior do Exército dos EUA, General George Marshall, e do Chefe do EME do Brasil, General Góes Monteiro, aos EUA, antes do início da Segunda Guerra Mundial. O processo de negociação foi lento e cheio de desconfianças de ambos os lados (Latfalla, 2023b). Somente após a declaração de guerra ao Eixo, em agosto de 1942, e por sugestão dos EUA¹, passou-se a cogitar a possibilidade do envio de tropas brasileiras para o *front* (Latfalla, 2022).

A partir do momento em que foi decidido que o Brasil enviaria tropas para participar do conflito, em 1943, com a anuência dos EUA, os militares brasileiros começaram a questionar onde a futura FEB seria empregada. A questão a respeito do destino da FEB já havia sido tratada nas reuniões entre os dois países ocorridas no Rio de Janeiro, em maio de 1943, conforme pode ser confirmado pela documentação encontrada no Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

Uma das medidas acertadas, a partir do início de 1943, foi o envio de observadores militares brasileiros para o norte da África e depois para a Itália, acompanhando o desenrolar dos combates junto às unidades norte-americanas e francesas.

As missões dos observadores militares brasileiros (Latfalla, 2023a) é um assunto ainda pouco conhecido e estudado, mas os relatórios enviados ao Rio de Janeiro fornecem dados importantes que deveriam ter sido levados em consideração durante a preparação da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Nesses documentos, pode ser destacada a questão do uniforme utilizado pelo Exército naquela época, inadequado para os *fronts* norte-africano e italiano, e que faria com que nossa tropa passasse por situações constrangedoras durante os seus primeiros dias na Itália.

Um outro alerta emitido em um dos relatórios encontrados no AHEx foi quanto às dificuldades que as unidades francesas (cerca de 300.000 soldados, um número bem maior do que todo o efetivo da FEB) estavam passando para serem equipadas com material norte-americano. A deficiência no recebimento do fuzil *Garand*, o mais moderno, foi observada. Entre equipar a tropa francesa e a brasileira, os observadores informaram que a prioridade norte-americana seriam os franceses.

Além dos relatórios enviados ao Brasil pelos observadores militares, outra fonte muito importante a respeito da atuação desses observadores é a obra escrita por um deles em 1953, o então tenente-coronel Antônio Henrique Almeida de Moraes. O livro *No Teatro do Mediterrâneo* traz informações riquíssimas e desconhecidas pela maior parte dos pesquisadores da história da FEB. O autor atuou por vários meses como observador militar junto a unidades norte-americanas e francesas no norte da África e na Itália, inclusive em batalhas como Ânzio e Monte Cassino. A obra aborda o período de uma de suas missões como observador militar iniciada em 19 de dezembro de 1943, em Argel no norte da África, e terminada em 16 de julho de 1944, em Nápoles, Itália, com a chegada do 1º escalão da FEB.

No decorrer de sua missão, os observadores militares brasileiros receberam ordens do Comando do Mediterrâneo para se apresentarem a um general dos EUA em Argel, norte da África, no dia 5 de abril de 1944. Em suas observações, o então Major Almeida de Moraes (1953) relatou que os instrutores norte-americanos estavam em condições de prestar apreciável assistência técnica às tropas brasileiras, mas, naquela oportunidade, ainda não tinham conhecimento da vinda da tropa brasileira. Os militares brasileiros visitaram o local destinado ao treinamento de unidades vindas dos EUA, além de uma área de estacionamento intermediário, local onde as tropas norte-americanas se dirigiam após o desembarque e recebiam seu equipamento.

Almeida de Moraes detalhou como era feita a assistência técnica dos norte-americanos junto às unidades francesas, que também se reuniam no norte da África. Era criada uma Comissão Mista de Rearmamento, que organizava vários centros de instrução, em que eram ministrados vários cursos de motomecanização, material bélico, engenharia, artilharia de campanha, artilharia antiaérea, guerra química, transmissões e saúde. Os observadores militares brasileiros terminaram suas atividades em Oran, no dia 2 maio de 1944, e retornaram para Argel, para aguardar novas ordens. No dia 3 de maio, o Major Luiz Gomes Pinheiro, membro da missão, retornou para o Brasil com informações tomadas e que seriam úteis para a preparação da FEB.

A partir daqui, de acordo com informações do Major Almeida de Moraes, relataremos alguns dos acontecimentos que demonstram que o 1º escalão da FEB era aguardado no norte da África.

O Coronel Higgins, dos EUA, oficial de ligação, relatou ao major o recebimento de um telegrama do Brasil informando a chegada próxima do General Zenóbio da Costa a Argel. Ele perguntou a Almeida de Moraes se ele tinha conhecimento disso e ele respondeu que não. Ao mesmo tempo, o major informou ao coronel que Zenóbio da Costa era o subcomandante da 1ª Divisão Expedicionária Brasileira (1ªDIE) e estaria vindo como tal. Higgins disse que ignorava qualquer comunicação nesse sentido enviada de Washington, e que iria recebê-lo como camarada do Exército Brasileiro, mas sem qualquer relação com sua função naquele teatro de operações. O major brasileiro enviou um expediente sobre esse fato ao General Dutra (Moraes, 1953). A viagem do General Zenóbio nunca se realizou, mas chegariam novas informações.

Em 11 de maio de 1944:

Fui chamado, hoje, ao Quartel-General Aliado, sendo recebido pelo General Foster (norte-americano), que me comunicou haver recebido de Washington um telegrama anunciando a próxima chegada da FEB, em dois escalões. O primeiro constituído de um Grupamento Tático (reforçado), em meados de julho, e, o segundo, com o restante da Divisão, no decorrer do mês de outubro, tudo de acordo com as disponibilidades de transporte. Recomendou-me que se tratava de um documento ultrassecreto (“Top Secret”) e, assim, deveríamos manter o máximo sigilo. Em seguida, formulou perguntas sobre o grau de treinamento da tropa brasileira, declarando que outros oficiais daquela seção deveriam entrar em contato comigo, a fim de estabelecer um plano de instrução para a nossa Divisão. Perguntei como seria recebido o material para a Divisão brasileira e onde ela deveria estacionar, para completar a instrução. Respondeu que nenhuma indicação podia dar-me, uma vez que a respeito ainda estava aguardando instruções complementares de Washington.

Tal comunicação, embora sem pormenores que permitissem providências mais firmes, encheu-nos de satisfação, pois, a partir daquele momento, iríamos trabalhar mais objetivamente, aplicando as observações e ensinamentos colhidos na Itália, e, agora, nas próprias Unidades e Escolas existentes na África do Norte. Fui também procurado pelo Tenente-Coronel Clark (norte-americano),

da 3ª Seção do QG Aliado a fim de tratar de assuntos relativos à instrução da FEB. Ficou então assentado que a Divisão brasileira teria a sua instrução completada nos mesmos moldes das suas congêneres francesas e norte-americanas que haviam passado pela África do Norte (Moraes, 1953).

Em parte, as informações recebidas do Brasil, em 3 e 11 de maio, eram corretas. O General Zenóbio da Costa seria o militar mais antigo que embarcaria junto com o 1º Escalão da FEB. De última hora é que ocorreu o embarque do General Mascarenhas de Moraes (Moraes, 2014). Também estava correta a data de chegada do 1º escalão em meados de julho, além do seu efetivo formado por um grupamento tático reforçado, e não uma divisão inteira.

Faltando menos de dois meses para o embarque da FEB, que ocorreria em 2 de julho de 1944, tudo se encaminhava para um período de treinamento da tropa no norte da África. Observa-se a postura ativa dos militares dos EUA em tomarem as devidas providências para que a FEB tivesse as mesmas condições de treinamento que as unidades francesas e norte-americanas tiveram anteriormente. Aliás, naquele momento, a 91ª Divisão de Infantaria, recém-chegada dos EUA, iniciava o seu período de treinamento em Oran.

É pertinente informar uma anotação de Almeida de Moraes (1953), do dia 3 de maio de 1944:

Embarcou para o Brasil, hoje, a chamado do Ministro da Guerra, o nosso companheiro de missão, Major Luiz Gomes Pinheiro, que vai transmitir suas observações pessoais e as dos demais companheiros sobre o que temos visto, a fim de que possam elas ser úteis à preparação da FEB.

Em 22 de maio, o Major Moraes solicitou e conseguiu uma autorização para fazer um estágio na 91ª Divisão. Ele detalhou as diretrizes para a instrução da citada unidade: 1. Objetivos; 2. generalidades; 3. Pormenores do treinamento; 4. Escolas; 5. Programas e zonas de treinamento. Esse completamento de instrução da 91ª DI durou de meados de maio até o dia 3 de junho de 1944, culminando com um exercício de desembarque no dia 11 de junho (Moraes, 1953). Podemos observar aqui que, além do treinamento em

território dos Estados Unidos, a 91ª Divisão de Infantaria iniciou novas instruções no norte africano. Supõe-se que algo de semelhante seria feito com a FEB, se essa tropa se dirigisse para treinamento naquela região.

Faltando menos de um mês para o embarque do 1º escalão, Almeida de Moraes fez o seguinte relato no dia 22 de junho de 1944:

Desde a chegada do Cel Paca, estamos em ativa ligação com o Comando Aliado do Mediterrâneo, em particular, a Base Norte-Americana, a fim de preparar a chegada da FEB. Tivemos, hoje, uma reunião, com o Ten-Cel Shaw (norte-americano), na qual foi discutido o programa de treinamento da Divisão Brasileira. Esse oficial integra o E. Maior do Gen Kingman, Chefe da Comissão Mista de Rearmamento, que orientou a instrução das Divisões Francesas organizadas na África do Norte (Moraes, 1953).

O General Mascarenhas (2005) fora informado oficialmente, no final de maio, da possibilidade do envio do 1º escalão na segunda quinzena de junho. A leitura do que escreveu o general deixa transparecer uma certa improvisação no embarque da FEB para a guerra.

No dia 2 de julho de 1944, o primeiro escalão da FEB embarcou, não para o norte da África, mas para a Itália. Com a FEB já em viagem, no dia 5 de julho, os observadores militares foram avisados no norte da África de que deveriam se dirigir para Nápoles, local de desembarque da tropa brasileira.

Além dos norte-americanos, somente o General Mascarenhas de Moraes sabia o destino da FEB:

A operação de embarque foi revestida de grande sigilo, como defesa natural contra a preparação de qualquer ataque da aviação, ou de submarinos inimigos, durante o trajeto. A bordo, era eu a única pessoa a saber o nosso porto de destino: Nápoles. O General Kroner, antes do embarque, fez-me essa comunicação secreta, que nesse caráter guardei (Moraes, 2014).

O General Mascarenhas ficou sabendo do destino da FEB na hora do embarque. A decisão de ir direto para a Itália, provavelmente, veio do governo dos EUA (Silva, 1974). Não parece possível acreditar que autoridades do governo brasileiro soubessem do

destino da FEB, e não informassem o seu comando a respeito do local para onde estariam indo. Nesse sentido, a não ida para o período de treinamento em Oran foi uma determinação de autoridades dos EUA.

O ex-Chefe do Estado-Maior da FEB, o Coronel Lima Brayner (1968), disse que, durante a visita do General Mascarenhas de Moraes ao norte da África, em 1943, em uma missão de observação militar, havia ficado combinado que as unidades brasileiras teriam o mesmo roteiro das norte-americanas enviadas ao teatro de operações do Mediterrâneo, ou seja, o treinamento na Argélia. Em um de seus livros, o Marechal Leitão de Carvalho (1952) escreveu a respeito do provável envio da tropa brasileira para o norte da África.

A FEB chegou à Itália em um momento inadequado

No dia 2 de julho de 1944, no mesmo dia em que os brasileiros embarcavam para a Itália, o Alto-Comando Aliado enviou uma mensagem ao General Wilson, Comandante do Teatro de Operações do Mediterrâneo, instruindo-o a ser preparado para executar o desembarque no sul da França, em 15 de agosto, conhecido como Operação Dragão². O objetivo da operação consistia em estabelecer uma cabeça-de-ponte no Mediterrâneo, em Toulon e Marselha, e depois conseguir a exploração para Lyon e Vichy. A lista de força inicial consistia em três divisões de assalto, seguidas por uma rápida construção de até sete divisões adicionais. O Quartel-General Aliado encarregou os serviços de abastecimento de preparar e carregar todos as unidades de combate já posicionadas no Mediterrâneo³.

A Operação Dragão seria desencadeada apenas um mês após a chegada da FEB a Nápoles, e Winston Churchill, primeiro-ministro britânico, e contrário a essa operação (Roberts, 2012), reclamou que ela não teria os meios necessários para o seu sucesso. Com essa situação, a necessidade de equipar e treinar a tropa brasileira na Itália não seria uma tarefa das mais

fáceis, simplesmente porque as prioridades, naquele teatro de operações, eram atender as necessidades da Operação Dragão. E foi o que de fato veio a ocorrer.

A partir da ordem para os observadores se deslocarem para Nápoles para receberem a FEB, ocorrida no dia 5 de julho, eles tiveram apenas 11 dias para cumprir essa missão, pois a tropa brasileira chegaria no dia 16 de julho. Um tempo exíguo, em que era preciso correr e tentar sanar as muitas adversidades que se apresentaram. Encontrar um local, de última hora, para abrigar mais de 5.000 homens e equipamentos, em uma cidade devastada pela guerra, não seria uma tarefa fácil.

Almeida de Moraes observou que os norte-americanos estavam mais preocupados em atender as necessidades da Operação Dragão do que atender as da FEB. As prioridades das unidades de abastecimento na Itália eram para as unidades norte-americanas e francesas que participariam da invasão. No dia 8 de julho, teve início a preparação para a montagem do acampamento, e a oferta da cessão de barracas pelos norte-americanos não foi aceita, pois os militares brasileiros tinham informações vindas do Brasil de que

esse equipamento estava vindo com o 1º escalão: um terrível engano.

Os militares brasileiros também tiveram uma outra surpresa desagradável quanto à requisição de viaturas para a tropa brasileira: apesar da promessa norte-americana de prover a FEB, por motivos da necessidade de equipar o VII Exército dos EUA, encarregado da invasão do sul da França, apenas 24 viaturas foram disponibilizadas para FEB. Um número insignificante para equipar uma brigada. Almeida de Moraes (1953) não especificou quais seriam essas 24 viaturas para 5.075 homens. Se foram 24 caminhões, estes teriam que transportar 211 homens em cada um, e com o seu equipamento, algo impossível de ser realizado. É importante salientar que não vieram viaturas no navio que trouxe o 1º escalão.

No dia 16 de julho, o 1º escalão da FEB chegou à Itália a bordo do navio *General Mann*. A tropa brasileira foi recepcionada pelo General norte-americano Jacob Devers, comandante das Forças dos EUA no teatro de operações do Mediterrâneo, e que lideraria as unidades norte-americanas do VII Exército na Operação Dragão (figura 1).

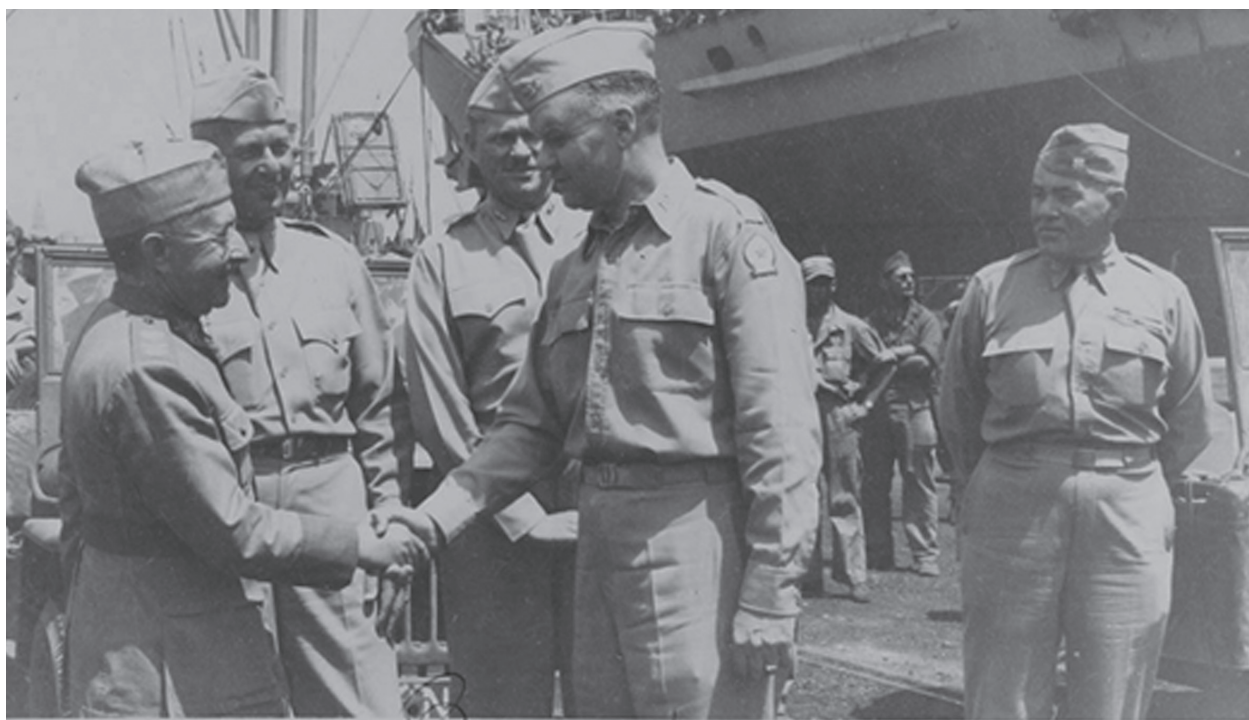


Figura 1 – O General Mascarenhas de Moraes é recebido pelos norte-americanos em Nápoles
Fonte: Foto da DPHCEX, disponibilizada na página *V de Vitória* no Facebook

Por vários dos motivos apresentados anteriormente, os primeiros momentos da FEB na Itália não foram fáceis. Devido à ausência de viaturas, a tropa teve que efetuar uma longa marcha em direção ao improvisado acampamento levantado às pressas para recebê-la. Sem barracas disponíveis, o 1º escalão passou a noite ao relento. Como não existiam cozinhas preparadas, a tropa teve que consumir rações norte-americanas. A farda, além de inadequada, gerou um constrangimento com a população italiana, que achou que a tropa brasileira era de prisioneiros alemães.

Aliás, Brayner (1968) relatou outras situações constrangedoras devido à má qualidade do uniforme brasileiro, além do péssimo tratamento que o Comando da FEB recebeu ao fazer uma visita ao órgão provedor do Exército dos EUA na Itália para solicitar equipamento bélico para o 1º escalão. É preciso salientar, porém, que a prioridade para os norte-americanos era equipar as unidades que participariam em poucas semanas da invasão do sul da França.

Em suas obras escritas no pós-guerra, o General Mascarenhas (2014) e o Coronel Brayner (1968) reclamaram da maneira como foram recebidos pelos militares norte-americanos na Itália. Somente com o passar das semanas e com a vinculação da FEB ao V Exército do General Mark Clark, um dos maiores defensores do emprego de unidades brasileiras na guerra, a situação melhoraria. A partir daí, a FEB, mesmo vencendo muitos obstáculos, esteve em condições de cumprir as suas missões no *front* italiano e, ao final, foi convidada para participar junto com os norte-americanos da ocupação da Áustria (Brayner, 1973; Latfalla, 2022).

Considerações finais

Tendo em vista o que ocorreu com a FEB na sua chegada à Itália, não resta nenhuma dúvida de que o seu 1º escalão deveria ter ido para o norte da África, como estava previsto, e onde existiam instalações adequadas e condições mais propícias para o treinamento sob a supervisão de militares dos EUA. Somente pós equipada e treinada adequadamente, é que a tropa brasileira deveria ter sido enviada para o *front* italiano. Os

observadores militares brasileiros e militares norte-americanos lotados naquele local foram surpreendidos com a mudança nas ordens. E o responsável por essa mudança foi o governo dos Estados Unidos.

Além do erro cometido ao se enviar a FEB para a Itália, e não para o norte da África, o momento em que ele ocorreu foi totalmente inadequado. O VII Exército e as unidades de abastecimento daquele local estavam engajados na preparação das unidades norte-americanas e francesas que participariam da invasão do sul da França, que teria início cerca de um mês após a chegada da FEB. Era uma operação que envolvia números consideráveis de efetivos e equipamentos, e a necessidade de se treinar e equipar a tropa brasileira, presente em um dos locais da preparação para a invasão, e que não participaria dela, não era uma prioridade.

Por fim, foi complicado como o 1º escalão chegou à Itália: uma brigada com treinamento deficiente, sem armas, sem barracas em um acampamento improvisado, com um número desprezível de viaturas e com fardas inadequadas. Com os meses que se passaram, a tropa brasileira conseguiu alterar drasticamente essa situação difícil: passou a ser respeitada pelo Comando norte-americano ao cumprir de maneira brilhante as suas missões no *front* italiano, sendo convidada para participar como tropa de ocupação na Áustria, algo que, infelizmente, o governo brasileiro não aceitou.

Referências

- BRAYNER, Floriano de Lima. **A verdade sobre a FEB**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- BRAYNER, Floriano de Lima. **Luzes sobre memórias**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1973.
- CARVALHO, Estevão Leitão de. **A Serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 2. ed., 1952.
- LATFALLA, Giovanni. **Segunda Guerra Mundial**: Propostas para o emprego de tropas do Brasil. Juiz de Fora: Editar, 2022.
- LATFALLA, Giovanni. **FEB, Missões e Observadores Militares**. Juiz de Fora: Editar, 2023a.
- LATFALLA, Giovanni. **Relações Militares Brasil-EUA 1939/1943**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2023b.
- MORAES, Antônio Henrique Almeida de. **No Teatro de Operações do Mediterrâneo**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert e Bibliex, 1953.
- MORAES, João Batista Mascarenhas de. **Memórias**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014.
- MORAES, João Batista Mascarenhas de. **A FEB pelo seu Comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.
- ROBERTS, Andrew. **Mestres e Comandantes**. Como Roosevelt, Churchill, Marshall e Alan Brooke ganharam a guerra no Ocidente. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- ROMANUS, F. Cooties e ROSS, Willian F. **The Quartermaster Corps**: Operations in the war Against Germany. Washington: Superintendent of Documents, U.S., Government Printing Office, 1991.
- SILVA, Hélio. **1944: O Brasil na Guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

Notas

¹ National Archives. Record Group 165. Employment of Brazilian Troops. Do coronel Claude Adams, adido dos EUA no Brasil, para o Chefe da Inteligência Militar do Departamento de Guerra, em Washington. 06/10/1942.

² Report by the Supreme Allied Commander Mediterranean to the Combined Chiefs of Staff on the Operations in Southern France, 23-24.

³ National Archives. Record Group 492, box 124. Memorandum, Allied Force Headquarters: subject: Operation Anvil. Dated 7 July 1944.

Os “olhares” de artistas/pintores de guerra

Diogo Velez*

Introdução

A pesar de terem obras artísticas de outras temáticas distintas, neste artigo pretende-se dar a conhecer quem foram estes homens, com nacionalidades diversas, que vivenciaram experiências de guerra como pintores e apresentar algumas de suas obras. Uns podem ser descritos como sendo algo ecléticos, balanceando-se entre as aproximações ao impressionismo e formas de representação mais acadêmicas, percorrendo uma grande diversidade de temas, dos retratos, paisagens e naturezas mortas a episódios da história. Outros, classificados como *naïf*, tornaram-se célebres por meio dos seus quadros históricos sobre a Guerra da Tríplice Aliança. A ideia de representar as experiências da guerra teve a sua origem durante as campanhas, como testificam normalmente a liberdade dos esboços que foram produzidos.

Outros ainda vivenciaram conflitos mundiais e cenários de guerra para os quais partiam mal preparados, nos quais tiveram de aprender a sobreviver percorrendo a destruição ao lado dos outros soldados. No meio da desolação e da dureza da sua participação, porém, os “militares-artistas” aqui representados conseguiram oferecer a visão dessa vivência por meio de

fotografias, croquis, caricaturas, ilustrações e pinturas. Para além da pintura sobre temáticas de guerra, outra singularidade que os une foi o fato de terem aperfeiçoado as suas técnicas e os seus conhecimentos com grandes figuras da pintura da época em território europeu.

Assim propõe-se ao conhecimento os seguintes artistas e respectivas áreas temáticas principais desenvolvidas:

- **Victor Meirelles de Lima:** pintor histórico de batalhas navais e batalhas terrestres;
- **Edoardo Federico de Martino:** pintor de paisagens marinhas e combates navais, documentarista;
- **Cándido López:** pintor-retratista e fotógrafo-retratista;
- **Pedro Américo de Figueiredo e Melo:** pintor, romancista, poeta, cientista, teórico de arte, ensaísta, filósofo, político e professor;
- **Adriano de Sousa Lopes:** pintor modernista e gravador;
- **Carlos Sciar:** desenhista, gravurista, pintor, militar, ilustrador, cenógrafo, roteirista e designer gráfico.

* Chefe da Repartição de Museus da Direção de História e Cultura Militar de 2016 a dezembro 2022. É membro institucional da Associação Portuguesa de Museologia (APOM); membro efetivo da Academia História Militar Terrestre do Brasil – Rio de Janeiro (AHMTB); membro efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB); membro efetivo do Conselho Executivo do Comité Internacional dos Museus e Coleções Visitáveis e História Militar (ICOMAM); parceiro institucional do Conselho Internacional dos Museus (ICOM); membro efetivo do International Guild of Battlefield Guides – Reino Unido; membro da Associação da Força Aérea Portuguesa; membro da Liga dos Combatentes (Portugal).

Os artistas

No final do século XIX, a América do Sul foi marcada pela guerra que ocorreu entre a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai (1864-1870). Esse conflito bélico, que ainda marca as tradições do Exército e Marinha brasileiros, alterou a conjuntura política e militar da região, mas também influenciou muito o cenário artístico do Brasil. Nesse contexto destacaram-se os artistas a seguir apresentados.

Victor Meirelles de Lima (18 de agosto de 1832 a 22 de fevereiro de 1903)



Figura 1 – Retrato de Victor Meirelles na década de 1860
Fonte: Wikipédia

Oriundo de uma família de imigrantes portugueses que se dedicava ao comércio, nasceu na cidade de Desterro, atual Florianópolis. De origem humilde, o seu talento foi identificado e reconhecido desde muito cedo, sendo admitido como aluno da Academia

Imperial de Belas Artes. Especializou-se no gênero da pintura histórica e, ao ganhar o Prêmio de Viagem ao Exterior da Academia, passou vários anos em aperfeiçoamento na Europa, onde pintou sua obra mais conhecida, *Primeira Missa no Brasil*. Quando retornou ao Brasil, foi um dos pintores preferidos de D. Pedro II.

As obras do artista que retrataram a guerra contra o Paraguai não se delimitam à temáticas de batalhas navais, já que ele também retratou batalhas terrestres desse acontecimento.

Tornou-se estimado professor da academia, formando uma geração de grandes pintores, e continuou o seu trabalho pessoal realizando outras pinturas históricas importantes, como *Batalha dos Guararapes* (**figura 2** – que ilustra um evento histórico ocorrido em 19 de abril de 1648, quando se travou a primeira luta contra a ocupação holandesa no Brasil. Foi pintada no Rio de Janeiro em 1870); a *Moema* (**figura 3** – pintura a óleo, de 1866, que retrata a personagem homônima do poema épico *Caramuru* (1781), de Santa Rita Durão. A obra não reproduz uma cena da produção literária. Trata-se da interpretação do pintor acerca do destino da índia, que imerge nas águas após ser rejeitada por seu amado Caramuru); e *Combate Naval do Riachuelo*¹.

Depois do fim do conflito e da Proclamação da República, em 1889, o pintor foi demitido da Academia Imperial de Belas Artes, vindo a falecer no Rio de Janeiro em 22 de fevereiro de 1903.



Figura 2 – Batalha dos Guararapes, 1879. Museu Nacional de Belas Artes
Fonte: Wikipédia

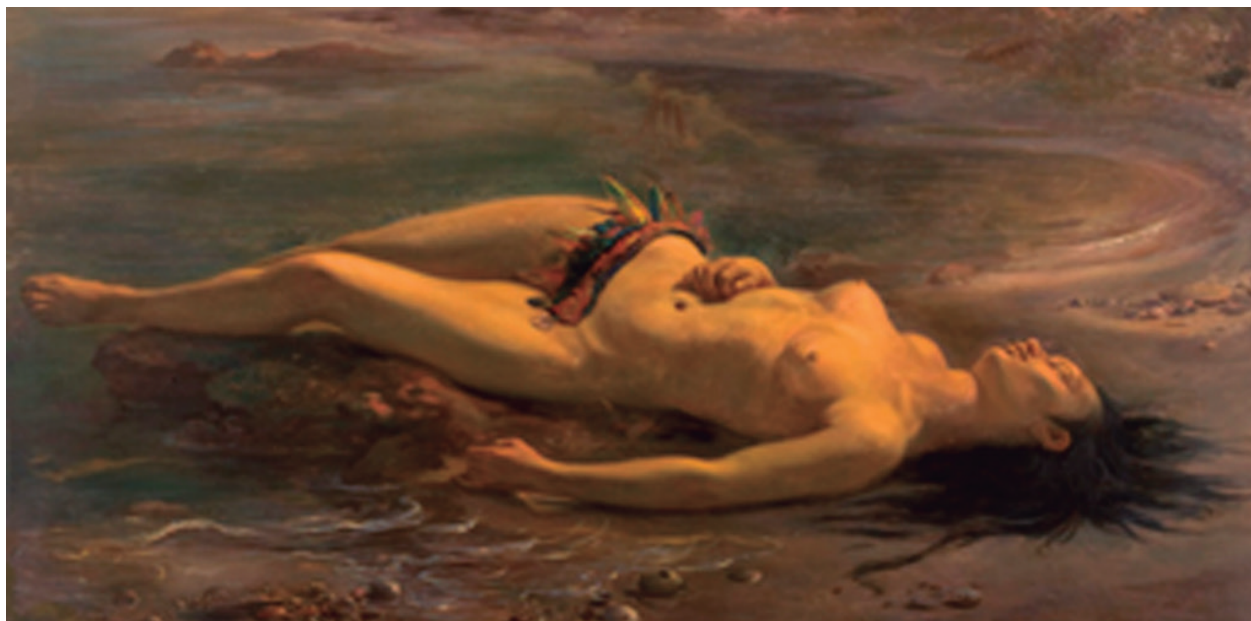


Figura 3 – Moema. Museu de Arte de São Paulo, Brasil

Fonte: Wikipédia

Combate Naval do Riachuelo (**figura 4**), ou simplesmente *Batalha do Riachuelo*, travou-se a 11 de junho de 1865 às margens do arroio Riachuelo, um afluente do rio Paraná, na província de Corrientes, na Argentina.

Foi um acontecimento decisivo e vitorioso, o marco da vitória brasileira na guerra, sendo considerada pelos historiadores militares como uma das mais importantes batalhas da Guerra do Paraguai (1864-1870).



Figura 4 – Combate Naval do Riachuelo. Cópia do original de Victor Meirelles. Autor: Óscar Pereira da Silva (1867-1939)

Fonte: Wikipédia

Edoardo Federico de Martino (29 de março de 1838 a 21 de maio de 1912)



Figura 5 – Edoardo Federico de Martino no seu estúdio em Londres
Fonte: Wikipédia

Edoardo de Martino (**figura 5**) nasceu em Meta (Reino das Duas Sicílias) e faleceu aos 74 anos em Londres (Reino Unido). Foi um artista que realizou, ao longo da sua trajetória de vida, uma quantidade considerável de paisagens marinhas e pinturas de combates navais.

Durante a sua vida foi agraciado com os seguintes prêmios:

- Imperial Ordem da Rosa² (D. Pedro II do Brasil, 1871);
- Real Ordem Vitoriana (1898): ordem dinástica da cavalaria, atribuída pela prestação de serviços ao soberano a cidadãos da *Commonwealth*;
- Ordem da Coroa³ da Itália.

Edoardo de Martino, pintor napolitano e oficial da Marinha de Guerra do Reino das Duas Sicílias, a partir de 1861 passou a servir a Marinha do Reino da Itália após a unificação do país. Deslocou-se para Montevideu e, depois, em 1868, para o Brasil, tendo se estabelecido no Rio de Janeiro. Viajou para Porto Alegre para divulgar suas obras e ministrou aulas de pintura para Telles Júnior (pintor, desenhista, político e professor brasileiro).

Por ocasião da Guerra do Paraguai, foi encarregado por Dom Pedro II, na condição de pintor oficial da Marinha Imperial Brasileira, para retratar os feitos militares brasileiros, tendo para isso assistido a várias batalhas, dentre elas a de Humaitá.

A Passagem de Humaitá foi uma operação naval durante a Guerra do Paraguai, que ocorreu em 19 de fevereiro de 1868, quando uma força de seis monitores encouraçados brasileiros forçaram a passagem, sob fogo da artilharia paraguaia, pela Fortaleza de Humaitá. A Fortaleza de Humaitá⁴ (**figura 6**), conhecida como Gibraltar da América do Sul, era uma instalação militar paraguaia próxima à foz do rio Paraguai. O local era uma curva acentuada em forma de ferradura no rio. Praticamente todas as embarcações que desejassem entrar na República do Paraguai – e de fato seguir adiante até a província brasileira de Mato Grosso – eram obrigadas a navegá-la. A curva era comandada por uma linha de baterias de artilharia de 1,8km.

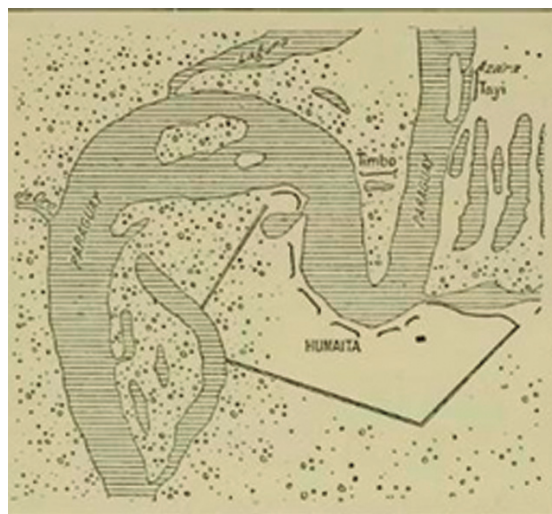


Figura 6 – Fortaleza de Humaitá
Fonte: Wikipédia

De Martino apresentou-se na Exposição Geral de Belas Artes, em 1870, com diversas obras, sendo premiado com a medalha de ouro. Foi eleito membro correspondente da Academia Imperial de Belas Artes em 1871.

Foi um artista bastante ativo, realizando, ao longo de sua trajetória, uma quantidade considerável de paisagens marinhas e, sobretudo, pinturas de combates navais da Guerra do Paraguai e da Guerra da

Cisplatina. De Martino é visto pelos estudiosos como um documentarista. Procura dar um caráter de veracidade histórica às suas obras.

Algumas das grandes vistas marítimas pintadas por Edoardo de Martino (**figuras 7, 8 e 9**) podem ser vistas no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Existem algumas obras de sua autoria nos acervos do Museu Nacional de Belas Artes, Pinacoteca do Estado de São Paulo e Museu Naval e Oceanográfico.



Figura 7 – Chegada da Fragata *Constituição* ao Rio de Janeiro. Museu Histórico Nacional

Fonte: Wikipédia



Figura 8 – Abordagem da Fragata *Imperatriz*. Museu Histórico Nacional

Fonte: Wikipédia



Figura 9 – Combate Naval do Riachuelo. Museu Histórico Nacional
Fonte: Wikipédia

Cándido López (29 de agosto de 1840 a 31 de dezembro de 1902)



Figura 10 – Autorretrato, 1858. Museu Nacional de Belas Artes
Fonte: Wikipédia

Nasceu em Buenos Aires e foi um pintor argentino que nasceu no seio de uma família crioula. Demonstrando vocação especial pelas artes, estudou com professores italianos (Carlos Descalzo, Baldassarre Verazzi e Ignacio Manzoni) em uma época em que a pintura era pouco praticada na cidade-porto. Ainda jovem, aprimorou-se como pintor retratista e fotógrafo retratista, dedicando-se a fotografar pequenas cidades das províncias de Buenos Aires e Santa Fé.

Quando começou a Guerra da Tríplice Aliança⁵, ele estava planejando uma viagem à Europa para aperfeiçoar a sua arte, mas decidiu alistar-se no exército para lutar na guerra. Assim, conseguiu registrar cada momento, realizou 90 pinturas e contou as suas experiências em um diário⁶.

Em 1865, integrou como voluntário o batalhão de infantaria de San Nicolás, que partiu para o norte sob o comando máximo do General Wanceslao Paunero. Essa decisão não constituiu uma rotura com a pintura,

já que o jovem tenente “carregava” consigo o material necessário para realizar o seu objetivo de fixar cenas daquele conflito. Dos 800 que marcharam para o combate, voltaram, cinco anos mais tarde, apenas 83, em boa parte estropiados, como no caso de Cândido López.

A sua vida e a sua arte mudaram na Batalha de Curupaytí⁷ (**figuras 11 e 12**), quando uma granada destruiu sua mão direita e seu braço teve que ser amputado para estancar a gangrena. O “Curupaytí Maneta”, como ficou conhecido desde então, foi obrigado a treinar a mão esquerda e, ao longo dos anos, pintou 52 quadros. Algumas peças representam acampamentos militares, outras narram batalhas ou momentos em que um rio é atravessado de margem a margem, outras faixas militares, invernações de gado, fortalezas inimigas conquistadas, navios sobre rios (Paraná, Paraguai etc.), embarque de tropas, entre outras.

López foi soldado e cronista e escreveu um diário, onde esboçou a carvão algumas cenas da guerra. As pinturas a óleo de López têm grande valor testemunhal e artístico, pois ele foi um ator histórico que pintou o que sofreu nas frentes de batalha. Foi à guerra

não só com armas, mas também com papel e lápis para testemunhar o que estava acontecendo.

A maioria das pinturas vinha acompanhada de textos explicativos, que serviam para descrever o que não se vê dos acontecimentos (exemplo: para depois da Batalha de Curupaytí, o seu texto é dos mais breves:

Obedecendo ao toque de retirada, as tropas a iniciaram sem ser perseguidas pelo inimigo. Quando ao alcance do desfiladeiro não ficou um só soldado aliado, o regimento nº 12 de infantaria paraguaio saiu das trincheiras a coletar a pilhagem.

López declarou que as suas pinturas sobre cenas de guerra (**figura 13**) não eram precisamente um primor, mas os pormenores e a precisão dos fatos, guardados no tempo, alcançariam certamente a história do seu país. O pintor nunca deu relevo artístico à sua obra, mas as suas pinturas foram reconhecidas tanto artisticamente quanto pelo seu valor testemunhal (além de todo a valia estética, a sua obra é fonte documental não só do processamento histórico, mas também do processo ambiental).



Figura 11 – Assalto da 1ª coluna brasileira a Curupaytí, de Cândido López, 1897. Museu Nacional de Belas Artes (Argentina)
Fonte: Wikipédia



Figura 12 – Ataque da esquadra brasileira às baterias de Curupaytí, em 22 de setembro de 1866, de Cândido López, 1901. Museu Nacional de Belas Artes (Argentina)
 Fonte: Wikipédia



Figura 13 – Cândido López e algumas de suas obras
 Fonte: Wikipédia.

Pedro Américo de Figueiredo e Melo (29 de abril de 1843 a 7 de outubro de 1905)



Figura 14 - Pedro Américo de Figueiredo e Melo
Fonte: Wikipédia

Pedro Américo (**figura 14**) nasceu em Areia/PB e faleceu em Florença. Foi um romancista, poeta, cientista, teórico de arte, ensaísta, filósofo, político e professor brasileiro, mas é mais lembrado como um dos mais importantes pintores acadêmicos do Brasil, deixando obras de impacto nacional.

O seu estilo na pintura, em conformidade com as grandes orientações do seu tempo, fundia elementos neoclássicos, românticos e realistas, e a sua produção é uma das primeiras grandes expressões do academismo no Brasil em sua fase de apogeu, deixando obras que permanecem vivas até hoje, como *Batalha de Avaí*, *Fala do Trono*, *Independência ou Morte* e *Tiradentes esquarterado*.

Ganhou diversas homenagens e honrarias, entre elas o título de Pintor Histórico da Imperial Câmara, a Ordem da Rosa e a Ordem do Santo Sepulcro. Também deixou algumas poesias, quatro romances e alguns textos teóricos.

A *Batalha do Avaí* (**figura 15**) é uma pintura a óleo realizada por Pedro Américo de Figueiredo e Melo. A obra foi pintada entre os anos de 1872 e 1877, quando Américo tinha cerca de 29 anos, e retrata a Guerra do Paraguai. O artista procurou trazer para a tela o drama vivenciado pelos brasileiros que perderam familiares e amigos ou que lutaram na guerra. Logo após ser finalizado, em Florença, o quadro desembarcou no Rio de Janeiro, em junho de 1877.



Figura 15 – Batalha do Avaí. Pedro Américo (reprodução)
Fonte: Wikipédia

Outra das suas obras maiores é considerada a representação mais consagrada e difundida do momento da independência do Brasil (**figura 16**), sendo o gesto oficial da fundação do Brasil. O seu título vem da exclamação de D. Pedro I ao proclamar a independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822: “É tempo! Independência ou Morte! Estamos separados de Portugal!”.



Figura 16 – Independência ou Morte! Também conhecido como O Grito do Ipiranga, 1888. Museu Paulista
Fonte: Wikipédia

Adriano de Sousa Lopes (13 de fevereiro de 1879 a 21 de abril de 1944)



Figura 17 – Autorretrato, 1917. Museu Nacional de Arte Contemporânea

Fonte: Wikipédia

Sousa Lopes (**figura 17**) nasceu no lugar de Vidiagal, freguesia de Pouzos, concelho de Leiria/Portugal e foi um gravador e pintor modernista português. Em 1898, inscreveu-se na Academia de Belas Artes. Partiu para Paris em 1903 como pensionista do Legado Valmor em pintura de história. Frequentou a École Nationale des Beaux-Arts e, depois, a Academia Julian. Faz uma viagem à Itália em 1907 e, depois, regressou a Paris.

Foi nomeado pelo governo da República capitão-artista do Corpo Expedicionário Português⁸ (CEP) e realizou, em 1917, uma missão oficial com o objetivo de propaganda. Quando chegou à frente de batalha, passou a ter uma visão mais pessoal da guerra, destinada a testemunhar o drama humano das trincheiras de França.

Algumas das suas extraordinárias pinturas estão visíveis no Museu Militar de Lisboa (**figura 18**). Pintor

expressamente eclético, oscilou entre as aproximações ao impressionismo e as formas de representação mais académicas. Transitou por uma imensa diversidade de temas, dos retratos a paisagens e a naturezas mortas, a episódios da história.

Em 1917, realiza uma primeira exposição individual na Sociedade Nacional de Belas Artes (SNBA), em Lisboa. Nesse ano, parte para a frente na Grande Guerra como oficial artista, produzindo uma série de trabalhos em que registra a ação do Corpo Expedicionário Português. Em 1918, instala-se perto de Versailles e faz esboços preparatórios sobre a Grande Guerra. Em 31 de julho de 1919, foi agraciado com o grau de Cavaleiro da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada.

Em 1923, expõe em Paris. Até 1927, viaja pela Europa e pelo Norte de África, passando temporadas na França e em Portugal. Nesse ano, expõe de novo na SNBA e assume a direção do Museu Nacional de Arte Contemporânea, em Lisboa. Ao longo da década de 1930, recebe diversas encomendas oficiais, nomeadamente para o Museu Militar de Lisboa e para o Salão Nobre da Assembleia Nacional, projeto que ficará interrompido pela sua morte.

A sua obra inicial do período parisiense revela uma “admiração empenhada pela pintura académica, que praticou como discípulo de Cormon”, assemelhando-se por vezes ao “simbolismo temático e pictural vindo de Ingres a Gustave Moreau”. A essa situação estilística concernem pinturas como *Ondinas*⁹ (1908) e *Caçador de águias* (1905), pertencentes à coleção do Museu do Chiado (renovou a sua pintura com uma aproximação ao impressionismo).

A participação na Grande Guerra como oficial encarregado de pintar os seus temas determinou a fase seguinte da sua vida. Sousa Lopes realizou uma série genericamente denominada *Portugal na Grande Guerra*, em que ilustrou de forma expressiva uma multiplicidade de cenas tais como: *9 de Abril ou O Capitão Beleza dos Santos atravessa uma densíssima barragem de artilharia e consegue salvar a sua bateria de 75*.

Em 1978, a Câmara Municipal de Lisboa homenageou o pintor, dando o seu nome a uma rua próxima da avenida Álvaro Pais, em Lisboa.



Figura 18 – Destruição de um obus para não ser utilizado pelo inimigo. Museu Militar de Lisboa
Fonte: Wikipédia



Figura 19 – A Rendição, de Adriano de Sousa Lopes. Museu Militar de Lisboa
Fonte: Wikipédia



Figura 20 – As mães dos Soldados desconhecidos, de Adriano de Sousa Lopes. Museu Nacional de Arte Contemporânea
Fonte: Wikipédia



Figura 21 – Imagem das salas da Grande Guerra do Museu Militar de Lisboa
Fonte: Wikipédia

Essa imagem das salas da Grande Guerra do Museu Militar de Lisboa¹⁰ representa as monumentais pinturas de Adriano de Sousa Lopes, dedicadas à Grande Guerra e à participação portuguesa no conflito.

Carlos Scliar (21 de junho de 1920 a 28 de abril de 2001)



Figura 22 – Carlos Scliar, no seu atelier
Fonte: Wikipédia

Carlos Scliar (**figura 22**) nasceu em Santa Maria e faleceu no Rio de Janeiro. Foi um destacado desenhista, gravurista, pintor, ilustrador, cenógrafo, roteirista e designer gráfico Brasileiro. Nascido no seio de uma família judaica, desde cedo revelou vocação para a comunicação, o desenho e a pintura. Aos 11 anos, começou a publicar os seus primeiros artigos ilustrados e, aos 14 anos, recebeu as primeiras aulas de arte com o pintor austríaco Gustav Epstein.

Em 1935, em Porto Alegre, participou da Exposição do Centenário Farroupilha. Em 1938, uniu-se a João Fahrion e juntos fundaram a Associação Rio-grandense de Artes Plásticas Francisco Lisboa, da qual foi eleito secretário. Em 1940 mudou-se para São Paulo,

onde se juntou a Rebolo e aos artistas do Grupo Santa Helena. No mesmo ano, tornou-se colaborador da *Revista Cultura* e realizou sua primeira mostra individual. Animado com o relativo sucesso obtido pela Família Artística Paulista em uma mostra realizada no Rio de Janeiro, Scliar (**figura 23**) inscreveu-se para o Salão Nacional de Belas Artes, onde conquistou medalha de prata.



Figura 23 – Carlos Scliar na sua primeira exposição antes de ir para a Guerra em 1944
Fonte: Wikipédia

Em 1943, foi convocado para a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e seguiu para o Rio de Janeiro. Nessa ocasião, conheceu a pintora Maria Helena Vieira da Silva e seu marido, o pintor Árpád Szenes, que se encontravam no Brasil como refugiados de guerra. Em 1944, seguiu para a Itália com o segundo escalão da FEB, comandado pelo General Cordeiro de Farias, voltando em julho de 1945. Ao retornar, trouxe consigo profundas recordações de sua passagem pelos campos de batalha. Observador atento, desenhou casas e imagens do norte da Itália, formando a série “*Com a FEB na Itália*”, exibida no Rio de Janeiro, em São Paulo e Porto Alegre.

Desenha-se a si mesmo e aos seus companheiros fardados; soldados mortos, dormindo ou ao telefone; cenários de combates, como o Monte Castelo, paisagens, casas e naturezas mortas (**figuras 24 a 26**). Sua visão de mundo e sua arte mudam com a brutal vivência da guerra. Anos mais tarde, Scliar escreveu:

Foi na guerra, em contato com a miséria que ela produz, vivendo aqueles instantes derradeiros, que banham de luz nova tudo que nos cerca, que se iniciou uma nova etapa em minha pintura. Eu era, senão um pessimista, quase um cético; me descobri então um lírico, um lírico visceralmente otimista, com uma tremenda confiança na humanidade.



Figuras 24, 25 e 26 – Carlos Scliar procurava o belo, paisagens e objetos singelos nos seus desenhos durante a Segunda Guerra Mundial, para fugir aos horrores da guerra
Fonte: Wikipédia

Viajou para Paris em 1947, percorreu a Itália, a Checoslováquia, a Polônia, Portugal e outros países, com sua atenção voltada para a gravura e as artes gráficas.

Retornando ao Brasil, no ano de 1950, fixou-se em Porto Alegre em busca das suas raízes e dedicou-se à pintura e à gravura, iniciando uma nova fase na carreira, participando de atividades na imprensa. Dedicou-se, também, à execução de ilustrações para diversos livros, entre os quais alguns romances de Jorge Amado. A peça *Orfeu da Conceição*, de Vinícius de Moraes, foi lançada em edição comemorativa de luxo em 1956, ilustrada por Carlos Scliar. Depois, alternou sua permanência entre Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Ouro Preto.

A partir de 1960, Scliar passou a viver exclusivamente da pintura, realizando inúmeras mostras individuais com trabalhos criados em seus ateliês de Cabo Frio, onde passou a residir, e Ouro Preto.

Na década de 1970, produziu painéis para o Museu Manchete, no Rio de Janeiro, para a prefeitura de Porto Alegre, para o Centro Administrativo de Salvador e para a Imprensa Oficial do Rio de Janeiro, em Niterói.

Em 1998, Scliar foi admitido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso à Ordem do Mérito Militar, no grau de Cavaleiro especial.

O *Caderno de Guerra*, de Carlos Scliar, é uma coleção de desenhos produzidos pelo artista durante sua participação na Força Expedicionária Brasileira na Campanha da Itália. Uma produção pouco conhecida e comentada pelo artista, porém extremamente significativa no conjunto de sua obra. Destacam-se, especialmente, as figurações humanas nos seus desenhos (**figuras 27 e 28**), evitando, contudo, que o olhar dessas pessoas desenhadas cruze com o dos espectadores dos desenhos. Esse efeito deliberado de ocultar o olhar, na verdade, revela a impossibilidade de expressão do que é a experiência existencial da guerra.

O pracinha retratado por Scliar não tem nome. É cada um dos mais de 25.400 membros da FEB. Cada um deles tem que reconfigurar a sua existência e a sua capacidade de olhar nos olhos e, como Scliar, revalorizar a vida e redescobrir à sua maneira o mundo.



Figura 27 – Retrato do Soldado
Fonte: Wikipédia



Figura 28 – Autorretrato, nanquim (Porreta Terme, Itália, 23 dez 1944)

Fonte: Wikipédia

Súmula adicional

A temática da guerra vista apenas por eventos políticos e militares é apenas uma escassa e simplificadora perspectiva da história, e em muito exaurida de conteúdos emotivos e humanos. Muitas vezes, a guerra é-nos relatada em documentos oficiais, por testemunhos pessoais, por jornalistas, até por boatos ou ainda por notícias preparadas convenientemente pelos vencedores ou por quem controla a comunicação social e a história oficial.

Um artista de guerra é um artista encarregado por um governo, ou imbuído de automotivação, para documentar a sua experiência de guerra sob a forma de um arquivo ilustrativo ou de uma descrição de como os eventos no campo de batalha se desenrolam na vida de quem a cruza; e/ou para fins de informação ou propaganda. Os artistas de guerra exploram com mestria as dimensões visuais e sensoriais da guerra, muitas vezes ausentes em histórias ou relatos escritos sobre a guerra.

Os artistas de guerra podem estar envolvidos como espectadores das cenas, militares que respondem a vigorosos impulsos internos para reproduzir a experiência direta da guerra ou indivíduos que são oficialmente encarregados para estar presentes e registrar a atividade militar. Um artista de guerra cria um relato visual do impacto da guerra, apresentando como os homens e as mulheres se preparam, lutam, sofrem, celebram ou são destruídos.

As suas obras ilustram, realçam e registram (as atividades militares que o visual e a escrita não obtêm) experiências da guerra, sejam elas aliadas ou inimigas, militares ou civis. A função do artista e da sua obra tem um propósito essencialmente educacional.

Os militares artistas são importantes sem dúvida, pois são testemunhas estéticas de um momento de suma importância na história militar da humanidade, uma vez que contribuem para criar uma visão da intervenção bélica onde estão inseridos.

A panorâmica desses ilustres artistas que procuramos fixar pretende ser alcançada com apenas alguns dos mais significativos trabalhos que realizaram. Pretendeu-se dar uma visão geral de tendências estéticas por meio das quais se retratam vivamente os acontecimentos de quem os viveu *in loco*, em períodos dramáticos da história da humanidade.

Deseja-se, mais que tudo, que esses nomes e essas obras não sejam esquecidos, mas, sim, recordados como pedagogia para os entes vindouros.

Referências

CATÁLOGO da exposição de Sousa Lopes. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1980.

FERNANDES, Fernando Lourenço. **A estrada para Forno: a FEB – Força Expedicionária Brasileira, outros exércitos & outras guerras na Itália, 1944-1945.** São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2009.

FRANÇA, José Augusto. **A Arte em Portugal no Século XX: 1911-1961 [1974].** Lisboa: Bertrand Editora, 1991, p. 182.

FRANZ, Teresinha Sueli. **Mariano Moreno e a primeira formação artística de Victor Meirelles.** *In:* 19&20 – A revista eletrónica de DezenoveVinte, 2011; VI (1).

FREDERICO BEUTTENMÜLLER, Alberto. **Viagem pela arte brasileira.** Editora Ground, 2002. p. 68.

FREIRE, Laudelino. **Pedro Américo.** Um Século de Pintura: 1816-1916. Arquivado do original em 9 de setembro de 2012.

MALLMANN, Regis. **Os passos do maior pintor brasileiro do século XIX entre Desterro, Paris e o Rio de Janeiro.** Museu Victor Meirelles, 2010.

OS PINTORES Viajantes. Acervo do Museu Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1994.

RUBENS, Carlos. **Victor Meirelles.** *In:* Pequena História das Artes Plásticas no Brasil [1941]. Edição Brasileira online, p. 123-131.

SCLIAR, Carlos; BRAGA, Rubem. **Caderno de Guerra de Carlos Scliar.** São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 1996.

SCLIAR, Carlos. **Scliar: a persistência da paisagem.** Col: Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. O Museu, 1991. p. 11.

SILVA, Raquel Henriques da. **Adriano Sousa Lopes.** *In:* A.A.V.V. – Museu do Chiado: Arte Portuguesa 1850-1950. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1994, p. 183.

TORRES, Francisco Tancredo. **As Origens de Pedro Américo de Figueiredo e Melo**. In: Torres, Francisco Tancredo. Pedro Américo. Parte I: Origem de Pedro Américo, seus Autógrafos a Louis Jacques Brunet e Outros. Edição Especial para o Acervo Virtual Osvaldo Lamartine de Faria. Fundação Vingt-Un Rosado, 2011, p. 70-146.

Notas

¹ O **Combate Naval do Riachuelo** ilustra um dos episódios mais marcantes e decisivos da Guerra do Paraguai, o confronto entre a coligação argentina-uruguaia-brasileira – a Tríplice Aliança – e as forças paraguaias, ocorrido na manhã do dia 11 de julho de 1865 no arroio Riachuelo, um afluente do rio Paraguai. A obra foi encomendada em 1868, junto com a *Passagem de Humaitá*, pelo ministro da Marinha Afonso Celso de Assis Figueiredo.

² A **Ordem da Rosa** foi uma ordem honorífica brasileira, criada em 17 outubro 1829 pelo Imperador Pedro I para perpetuar a memória de seu matrimônio com a Princesa Amélia de Leuchtenberg. A ordem premiava militares e civis, nacionais e estrangeiros, que se distinguiram por sua fidelidade à pessoa do imperador e por serviços prestados ao Estado.

³ A **Ordem da Coroa de Ferro** foi uma ordem de mérito que foi estabelecida em 5 de junho de 1805 por Napoleão Bonaparte sob o título de Rei Napoleão I da Itália. A ordem recebeu o nome da antiga Coroa de Ferro da Lombardia, uma joia medieval com o que se pensava ser um anel de ferro, mais tarde mostrado ser de prata, forjado do que deveria ser um prego da Verdadeira Cruz como uma banda o interior. Essa coroa também deu nome à **Ordem da Coroa da Itália**, que foi criada em 1868.

⁴ No seu apogeu, **Humaitá** era considerada intransitável para a navegação inimiga. O canal navegável tinha apenas 200 metros de largura e era facilmente acessível à artilharia. A fortaleza era protegida de ataques pelo lado terrestre por um pântano impenetrável ou por terraplenagens defensivas que compreendiam um sistema de trincheiras estendendo-se por 13km. Tinha uma guarnição de 18.000 homens e 120 canhões.

⁵ A **Guerra do Paraguai** foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América Latina. Foi travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta pelo Império do Brasil, Argentina e Uruguai. Estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870. É também chamada Guerra da Tríplice Aliança, na Argentina e no Uruguai, e de Guerra Grande, Guerra Contra a Tríplice Aliança e Guerra-Guaçu no Paraguai.

⁶ “Ao me apresentar como soldado voluntário em defesa de meu país em uma guerra nacional, também me propus a servir como historiador com o pincel” – narrou López em uma carta que enviou a Bartolomé Mitre em junho de 1887.

⁷ **A Batalha de Curupaytí** foi uma das grandes batalhas da Guerra do Paraguai, travada no dia 22 de setembro de 1866 no Forte de Curupaytí, às margens do rio Paraguai. Foi um confronto que envolveu cerca de 25 mil soldados, sendo 20 mil soldados aliados e por volta de 20 navios da Armada Imperial contra 5 mil paraguaios entinchados.

⁸ O **Corpo Expedicionário Português** (CEP) foi a principal força militar portuguesa que participou na frente europeia da Grande Guerra. Foi enviada para o norte da França com a finalidade de, por meio da sua participação ativa no esforço de guerra contra a Alemanha, que também ameaçava os territórios ultramarinos portugueses, conseguir apoios dos seus aliados, evitar a perda daqueles territórios e estabelecer uma reputação séria em nível europeu.

Portugal também enviou para a França uma outra força: o Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI), que se destinou a responder a um pedido de ajuda francesa, ficando sob comando do Exército Francês, sendo aí conhecido por *Corps de Artillerie Lourde Portugaise* (CALP) e tendo operado artilharia superpesada de caminho de ferro, com obuses de 320mm, 240mm e 190mm.

⁹ **Ondinas** são uma categoria dos elementais religiosos, sendo associadas com a água, quase que invariavelmente descritas como femininas, e normalmente encontradas em piscinas florestais e cachoeiras. Apesar de parecerem humanas, não possuem uma alma humana, pois são espíritos da natureza. Sua forma humana é resultado da proximidade que elas mantêm com os humanos, adquirindo sua aparência.

¹⁰ O **Museu Militar de Lisboa** é uma unidade museológica do Exército Português, é o maior museu militar em Portugal e um dos mais antigos da cidade de Lisboa, sendo possuidor de um vasto e valioso patrimônio museológico (coleções apresentadas em 33 espaços expositivos de: peças de artilharia em bronze; azulejaria; quadros e esculturas). Encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1963. Em 10 de junho de 2022, foi agraciado com o grau de Membro-Honorário da Ordem Militar de Santiago da Espada, pelo Presidente da República.

Completando as fronteiras do Brasil: Plácido de Castro e a Revolução Acreana (1899-1903)

*Carlos Roberto Carvalho Daróz**

Introdução

A presente pesquisa¹ está inscrita no campo dos estudos históricos de fronteiras e tem como objetivo investigar o papel da Revolução Acreana, liderada por Plácido de Castro, na constituição das fronteiras do Brasil. O artigo examina o contexto histórico, político e social que envolveu esse evento crucial na história brasileira, destacando sua importância na conclusão do processo de configuração territorial do país. Por meio de uma análise detalhada dos acontecimentos e das dinâmicas que marcaram a Revolução Acreana, busca-se compreender como esse episódio contribuiu para a definição das fronteiras brasileiras na região amazônica e para a consolidação do território nacional.

A delimitação das fronteiras do Brasil foi um processo intrincado, influenciado por uma série de tratados internacionais, conflitos territoriais e marcos históricos. O início desse processo remonta ao Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494 entre Portugal e Espanha, que estabeleceu uma linha de demarcação a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, dividindo as terras descobertas entre as duas potências coloniais (Vianna, 1998).

Em 1750, após o fim da União Ibérica², o Tratado de Madri foi assinado, modificando os limites

estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas e proporcionando uma definição mais precisa das fronteiras na região do rio da Prata. Posteriormente, o Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, reafirmou essas delimitações (Sylvio, 1966).

Com a proclamação da independência do Brasil em 1822, as fronteiras coloniais deram lugar a fronteiras nacionais, embora persistissem questões de limites pendentes. A Guerra da Tríplice Aliança, travada entre 1864 e 1870, modificou significativamente a configuração do território brasileiro, particularmente na Região Sul. Esses tratados e eventos históricos desempenharam um papel crucial na configuração das fronteiras do Brasil até o término do século XIX, estabelecendo um arcabouço essencial para o desenvolvimento territorial do país.

A formação de fronteiras nacionais é um tema complexo e multifacetado, abordado por diversos estudiosos ao longo da história. Para compreender esses processos complexos, mobilizei algumas obras de referência, que permitem abordagens múltiplas sobre a questão da constituição das fronteiras. Uma obra fundamental nesse campo é *Fronteiras do mundo: uma história da civilização Ocidental*³, de Anthony Pagden,

* Cel Art R/1 (AMAN/1991, EsAO/1999). Doutor em História (UFF-Université Libre de Bruxelles/2023), pesquisador-chefe da Seção de Memória Institucional do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército. E-mail: cdaroz@yahoo.com.br

a qual oferece uma análise abrangente das fronteiras como construções culturais e políticas, destacando como elas moldaram e foram moldadas pelas interações entre diferentes civilizações. Sua abordagem interdisciplinar e histórica fornece uma base sólida para compreender a formação e evolução das fronteiras nacionais ao longo do tempo.

Outro trabalho instrumentalizado na presente investigação é *Território, autoridade e direitos: de São Paulo a Washington, 1500-2000*⁴, de Stuart Elden. Nesse estudo, o autor explora as relações entre território, poder e soberania, fornecendo referências valiosas sobre como as fronteiras são estabelecidas e contestadas. Sua análise crítica das teorias do território e da governança territorial é especialmente útil para compreender as dinâmicas contemporâneas de formação de fronteiras nacionais em um contexto globalizado.

Um dos episódios mais notáveis da configuração territorial do Brasil foi a Questão do Acre, ocorrida na transição dos séculos XIX para o XX, que emergiu devido à exploração intensiva da borracha na região. Esse contencioso territorial entre Bolívia e Brasil foi resolvido, após campanha militar⁵, em 1903, por meio diplomático, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, que concedeu ao Brasil o território do Acre mediante uma compensação financeira à Bolívia (Sousa, 2003).

Essa questão fronteiriça no coração da Amazônia consiste no objeto de estudo da presente investigação e, nessa perspectiva, seu propósito é analisar o processo que levou à anexação do Acre, definindo, finalmente, a extensão territorial de 8.511.964km² do Brasil, com destaque para a atuação de Plácido de Castro enquanto liderança militar, e a constituição de sua memória.

A conquista do Alto Peru e a posse boliviana

As expedições de Samuel Fritz e de La Condamine foram importantes incursões exploratórias na região amazônica, contribuindo significativamente para o conhecimento e mapeamento da área. Samuel

Fritz, um missionário jesuíta, liderou expedições na região amazônica no século XVII, em que descreveu a geografia, os povos indígenas e realizou importantes trabalhos missionários. La Condamine, por sua vez, foi um explorador e cientista francês, que, no século XVIII, participou da expedição franco-espanhola ao Equador, durante a qual explorou a região amazônica, incluindo áreas próximas ao atual Estado do Acre (La Condamine, 1989)⁶.

A região que hoje corresponde ao Estado do Acre foi alvo de diversas expedições exploratórias desde o século XVIII. Entre as mais notáveis, destacam-se as lideradas por exploradores como Francisco de Melo Palheta, que, em 1723, navegou pelo rio Madeira adentrando a região. Além disso, a expedição de Felix da Gama, em 1742, também contribuiu para a exploração inicial da área, seguida por incursões de outros exploradores, como Leme do Prado (Freitas, 2015). Tais expedições foram essenciais para a posterior ocupação e colonização da região do Acre.

O Tratado de Madri de 1750 estabeleceu os limites entre as terras portuguesas e espanholas na América, mas foi anulado pelo Tratado de El Pardo, em 1761, quando as linhas limdeiras voltaram basicamente ao que eram, segundo o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777 (Sylvio, 1966). Apenas poucas alterações foram estabelecidas. As demarcações, não definitivas, teriam o seu assentamento a cargo de enviados especiais de cada parte, mas não se concretizaram. Assim se apresentava a linha de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, por ocasião da independência brasileira.

O Alto Peru alcançou sua independência em 1825, transformando-se na República da Bolívia e herdando uma região fronteiriça não demarcada. Esse território, inicialmente deserto e pouco explorado, permanecia em grande parte desconhecido. Durante a Guerra da Tríplice Aliança, o governo boliviano aproveitou a oportunidade para buscar a regularização das linhas de fronteira, e ficou acordado que o traçado seguiria o paralelo 10° 20' Sul, estendendo-se do rio Madeira ao rio Javari (Oliveira, 2004). Caso as nascentes se encontrassem mais ao norte, a linha reta seria desviada para ajustar-se a elas, com a ressalva de preservar possíveis povoados em ambos os países.

Em 1867, o Tratado de Ayacucho foi estabelecido com base no princípio do *uti possidetis*⁷ (Brasil, 1868), embora a menção ao rio Aquiri (localizado no Acre) estivesse redigida de acordo com os termos dos Tratados de Madri e Santo Ildefonso. Ambos os tratados faziam referência às nascentes do rio Javari, cuja localização até então permanecia desconhecida, sendo chamado de “rio Mistério” (Gomes, 1899).

O Tratado de Ayacucho previa uma validade de seis anos para questões de navegação, enquanto as delimitações territoriais seriam de duração indefinida. Em 1870, iniciou-se um processo de demarcação que avançava até a Baía Negra. A vigência do tratado, no entanto, dependia de uma verificação posterior, realizada no local, para que fosse plenamente efetivado.

Em fins do século XIX, a migração de nordestinos para o Acre foi impulsionada por dois fatores preponderantes. Em primeiro lugar, a Revolução Industrial, que teve um impacto significativo na economia global, estimulou a demanda por borracha, um recurso natural abundante na região amazônica. A crescente industrialização e a expansão do mercado consumidor demandavam uma quantidade cada vez maior de borracha para a produção de pneus, correias e outros produtos (Mariano, 2005). Essa valorização da borracha como *commodity*⁸ essencial proporcionou um incentivo econômico irresistível para migrantes em busca de oportunidades econômicas.

Além disso, a grande seca que assolou o Nordeste brasileiro em 1877 dificultou ainda mais as condições de vida já precárias na região. A falta de chuvas levou à escassez de alimentos, à fome e ao desespero generalizado entre os habitantes nordestinos, forçando muitos deles a buscar novas perspectivas em outras partes do país. O Acre, com sua promessa de terras férteis e oportunidades de trabalho na indústria da borracha, tornou-se um destino atraente para os migrantes nordestinos que buscavam escapar das condições adversas em suas terras natais. Diante dessas questões, surgiu a ideia da migração de nordestinos para a região amazônica (Ibid.), onde a borracha começava a destacar-se nas exportações brasileiras.

Os intermediários dos donos de seringais na Amazônia organizavam o transporte dos migrantes, embarcando-os em barcos precários como se fossem

mercadorias, com condições de vida extremamente precárias durante a viagem. Muitos morriam ao longo do percurso devido às condições adversas. Ao chegarem ao destino final, eram desembarcados em áreas remotas próximas às margens de rios como o Madeira, Purus, Acre, Tarauacá, Juruá, Abunã, Yacó e Beni, onde iniciavam o processo de ocupação das terras selvagens da região amazônica.

Em 1895, uma comissão demarcatória foi estabelecida com a responsabilidade de definir os limites entre o Brasil e a Bolívia, conforme estipulado pelo Tratado de Ayacucho de 1867. O Coronel Thaumaturgo de Azevedo liderou a delegação brasileira nessa comissão e, ao verificar a latitude da nascente do rio Javari, ponto inicial da fronteira entre os dois países, percebeu que uma extensa área rica em borracha, habitada principalmente por brasileiros, ficaria sob jurisdição boliviana. Thaumaturgo expressou sua preocupação com as possíveis perdas territoriais do Brasil, incluindo o Alto Rio Acre, grande parte do rio Iaco e o Alto Purus (Costa, 1996). Suas objeções, no entanto, não foram aceitas pelo ministro brasileiro, levando-o a renunciar e tornar público, por meio da imprensa, o erro diplomático, o que provocou uma reação da opinião pública nacional.

As divergências surgidas fizeram com que sobressaísse o trabalho de Thaumaturgo de Azevedo quando afirmava que não havia, naquela região, um só palmo de terra que pudesse ser considerado como pertencente à Bolívia, pois a linha do Madeira ao Javari, consignada no protocolo Carvalho-Medina, não estava até então demarcada (Souza, 2010).

A questão tomou vulto, quando o governo brasileiro se manteve aferrado ao Tratado de 1867. Foi então nomeado novo comissário o Capitão-Tenente Augusto Cunha Gomes, o qual cumpriu literalmente as ordens da chancelaria brasileira, reconhecendo os limites estabelecidos pelo acordo (Gomes, 1899).

O Estado Independente do Acre

No território, quase não havia estradas, e os principais meios de transporte eram limitados a alguns vapores fluviais, canoas e balsas. Por volta de 1880, aproximadamente 60 mil brasileiros já habitavam a região (Fausto, 2012), provenientes de diversas partes do país, com destaque especial para o Nordeste.

Após o reconhecimento oficial da fronteira entre Brasil e Bolívia, o governo boliviano despachou uma expedição militar para o Alto Acre, liderada pelo Major Benigno Gamarra e composta por 30 soldados. Conhecido como *Piquete Gamarra*, o grupo enfrentou várias dificuldades, incluindo escassez de alimentos, devido à situação econômica precária da Bolívia. Apesar dos obstáculos, em 12 de setembro de 1898, a força militar boliviana chegou ao seringal Carmen e posteriormente dirigiu-se à vila de Xapuri, onde anunciou a intenção de estabelecer uma delegação nacional (Cavalcante, 2022). Essa presença boliviana, contudo, provocou descontentamento entre alguns brasileiros, liderados pelo Coronel da Guarda Nacional Manuel Felício Maciel, que exigiram a retirada imediata dos bolivianos. Inferiorizados em número e ameaçados, em 30 de novembro de 1898 os soldados bolivianos acabaram deixando a região (Campos, 2012).

Em 2 de janeiro de 1899, com a permissão do governo brasileiro, o ministro plenipotenciário boliviano D. José Paravicini chegou ao Acre por vias fluviais e estabeleceu uma aduana e um assentamento chamado Puerto Alonso nas terras do seringal Caquetá (Calvo, 1984). Paravicini emitiu uma série de decretos, incluindo um controverso que permitia o comércio internacional nos rios amazônicos, infringindo a soberania brasileira (Ibid.). Ele arrecadou grandes quantias em impostos sobre a borracha, exigiu a demarcação imediata dos seringais e a regularização das propriedades, anteriormente registradas no Estado do Amazonas, gerando apreensão entre os habitantes dos rios acreanos.

A insatisfação começou a se espalhar entre os seringueiros brasileiros, que se opunham à autoridade estrangeira, enquanto aumentavam as denúncias de

violência contra brasileiros, que se sentiam cada vez mais ameaçados em seus direitos. Após a partida de Paravicini para Belém, depois dos chamados “Cem dias de Paravicini” (Ibid.), os habitantes do Acre decidiram unir forças para resistir à dominação boliviana.

À frente de numerosos seringueiros, o jornalista brasileiro José de Carvalho intimou os bolivianos a retirarem-se com todos os elementos de seu governo. O governador boliviano cedeu, mas exigiu uma intimação por escrito para se resguardar perante o governo de La Paz (Ferreira, 2013). Esse documento veio servir, posteriormente, para um protesto diplomático. Os habitantes do Acre fizeram sentir à autoridade boliviana que não iriam renunciar à terra que povoavam.

Enquanto ocorriam esses fatos, o jornalista espanhol Luís Galvez Rodríguez de Arias descobriu haver um acordo secreto entre a Bolívia e os Estados Unidos da América (EUA), altamente prejudicial ao Brasil. Pelo acordo, os EUA se comprometiam a apoiar a Bolívia na pressão sobre o Brasil para que reconhecesse o Tratado de Ayacucho e permitisse a livre navegação pelos rios amazônicos, visando garantir interesses econômicos e estratégicos na região. Esse acordo secreto entre Bolívia e EUA era altamente prejudicial ao Brasil, uma vez que comprometia sua soberania sobre o Acre e colocava em risco seus interesses na região amazônica (Silva; Albuquerque, 1998).

Ao expor o acordo, Galvez contribuiu para despertar a atenção das autoridades brasileiras para a importância estratégica do Acre e para as ameaças externas à soberania brasileira na região. Residente em Belém, Galvez levou essas informações ao conhecimento dos governadores do Pará e do Amazonas. A revelação desse acordo preliminar chocou a opinião pública brasileira, apesar das autoridades bolivianas e norte-americanas negarem veementemente as denúncias veiculadas pelos jornais.

Em 1º de maio de 1899, alguns seringalistas reunidos no seringal Bom Destino, de Joaquim Vitor, sob a liderança de José Carvalho, decidiram que era chegada a hora de expulsar o delegado boliviano Moisés Santivanez, que havia substituído Paravicini no comando de Puerto Alonso. Intimidadas a partir do Acre, as autoridades bolivianas, em evidente inferioridade numérica

e militar, não resistiram ao movimento revolucionário e partiram para Manaus (Ibid.).

Mesmo sem o disparo de um tiro, estava iniciada oficialmente a Revolução Acreana com a assinatura de um manifesto por mais de 60 proprietários de seringais e outros profissionais que atuavam nessa região (Ferreira, 2013).

Para dar direção ao movimento, foi estabelecida uma junta central revolucionária. Pouco tempo depois, José Carvalho retornou para Manaus acometido pela malária. O governo do Amazonas organizou uma expedição encabeçada por Galvez para impedir a expansão e o domínio boliviano.

Do encontro de Galvez com os seringalistas da junta revolucionária, surgiu a intenção de se fundar um Estado independente, pois o governo brasileiro continuava reconhecendo os direitos bolivianos sobre a região (Zaluar, 2001). Em 14 de julho de 1899, foi criado o Estado Independente do Acre, com capital na Cidade do Acre, como passou a ser chamada Puerto Alonso. Os revolucionários alegaram ao governo brasileiro que, se o Brasil não queria o Acre, eles, brasileiros, não queriam ser bolivianos (Campos, 2012). Luís Galvez foi escolhido, por aclamação, como presidente do novo país e logo começou a organizar internamente o Acre e a expedir inúmeras correspondências a diversos países da Europa e da América, a fim de obter o reconhecimento internacional.

Galvez elaborou uma legislação abrangente para organizar os diversos aspectos da vida no novo país, abordando questões que iam desde a saúde até a educação, passando pelas forças armadas (Ferreira, 2013). Algumas dessas leis, contudo, consideradas bastante progressistas para a época, entraram em conflito com os interesses de certos seringalistas e, especialmente, dos exportadores de Manaus e Belém. Sofrendo forte oposição promovida por esses segmentos, Galvez foi destituído do cargo em 28 de dezembro de 1899 pelo seringalista Antônio de Souza Braga, que assumiu a presidência do Acre.

A Bolívia, por sua vez, enviou uma nova comissão à região, escoltada por um navio brasileiro e por uma coluna de 500 homens por terra. O navio permaneceu em Manaus, e a comissão boliviana foi atacada

por Souza Braga, que não conseguiu controlar a situação, chamando Galvez para reassumir o cargo em 30 de janeiro de 1900 (Campos, 2012). Galvez passou a governar, preparando, também, uma força brasileira para enfrentar a coluna boliviana, que marchava em direção ao Acre.

A partir desses acontecimentos e da enorme polêmica nacional que se tornou a questão acreana, o governo federal mandou ao Acre uma força-tarefa da Marinha. Em 15 março de 1900, a flotilha brasileira chegou a Porto Acre com a missão de impedir o desenvolvimento da Revolução Acreana e fazer reconhecer o Tratado de Ayacucho (Ibid.). Galvez, que se preparava para resistir aos bolivianos, não quis combater as forças brasileiras e cedeu, retirando-se definitivamente da região.

Os bolivianos recuperam o controle

Novas autoridades bolivianas apareceram em setembro com uma coluna militar, agindo com tato e moderação. Entenderam-se com as lideranças brasileiras, procurando conquistar a população, mas a região continuava tensa, com bolivianos hostilizados ou mortos pelas doenças tropicais.

A questão do Acre cresceu na opinião pública, em particular do norte do país. O governo do Amazonas, com o firme objetivo de anexar o Acre ao seu estado, financiou uma expedição armada – a Expedição Floriano Peixoto, como foi oficialmente chamada – composta por boêmios e profissionais liberais de Manaus, sem qualquer experiência militar. Essa força, sob o comando do jornalista Orlando Corrêa Lopes, formou-se ao redor do vapor *Solimões*, equipado com a ajuda do governador da Província do Amazonas, Silvério Néri, contando com um canhão leve, uma metralhadora e cerca de 200 homens. O *Solimões*, operando no rio Purus, apreendeu a embarcação boliviana Alonso, que foi renomeada *Rui Barbosa*. O jornalista Rodrigo de Carvalho tornou-se, então, presidente da recém-declarada República do Acre, a qual contava com um canhão leve, uma metralhadora e cerca de 200 homens

(Calvo, 1984). Por volta do Natal de 1900, a expedição atacou Puerto Alonso, mas foi vencida pelos militares bolivianos, resultando na perda do canhão e da metralhadora, o que acabou levando à dissolução dessa segunda república. Com a derrota, os remanescentes da “Expedição dos Poetas” – nome mais popular da iniciativa – regressaram para Manaus, e o território do Acre manteve-se sob o controle boliviano.

Apesar das negativas dos EUA e da Bolívia em relação ao acordo denunciado por Luís Galvez, em junho de 1901, o governo boliviano, então sob a liderança do General José Manuel Pando, firmou um contrato de arrendamento do Acre com a *Bolivian Trading Company*, também conhecida como *Bolivian Syndicate of New York City*⁹, com sede em Nova Jersey (Souza, 2010). A Bolívia concedeu à companhia um controle quase absoluto sobre a Província do Acre, visando proteger sua soberania na região. De acordo com o contrato, o grupo de capitalistas estadunidenses e britânicos teria controle total sobre a região, podendo mobilizar tropas e explorá-la por um período de 30 anos. Enquanto isso, o número de brasileiros que se estabeleciam na região crescia, especialmente nordestinos, em busca dos recursos naturais da floresta.

O Brasil e o Peru, que também reivindicava o território, condenaram vigorosamente o acordo. O Brasil retirou seu cônsul de Puerto Alonso e fechou os afluentes do rio Amazonas para o comércio com a Bolívia. As potências internacionais, que consideravam os rios da bacia como águas internacionais, exerceram pressão, levando o Brasil a reduzir a proibição para aquisição de materiais bélicos pela Bolívia, além de liberar as mercadorias bolivianas destinadas a nações estrangeiras.

Plácido de Castro entra em cena

Ainda durante a expedição Floriano Peixoto, cogitou-se o nome de José Plácido de Castro (**figura 1**) para liderar um movimento dos seringueiros brasileiros contra o domínio boliviano na região. Agrimensor

gaúcho de 26 anos de idade, veterano de guerra da Revolução Federalista de 1893 e que teria frequentado as Escolas Militares de Rio Pardo e Porto Alegre, Plácido de Castro não foi inicialmente localizado, visto que se encontrava na região do Purus, convalescendo de beribéri. Doente, Plácido de Castro recusou a proposta (Miranda, 2003).



Figura 1 – Plácido de Castro, fotografado em 1907 pelo Coronel Percy Fawcett
Fonte: Wikimedia/Wikicommons

A insatisfação entre os colonos brasileiros e as autoridades bolivianas, os conflitos internos entre diferentes facções e a presença do *Bolivian Syndicate* contribuíram para potencializar as tensões na região, originando um novo movimento revolucionário no Acre. Já recuperado da enfermidade e novamente instado para atuar em sua organização, Plácido de Castro finalmente assumiu a liderança do movimento (Ferreira, 2013).

Castro iniciou sua jornada pela região do Baixo Purus com o objetivo de recrutar voluntários, a maioria seringueiros, para libertar o Acre. Enquanto isso, a Bolívia despachou um batalhão de infantaria para a região, comandado pelo Coronel Rosendo Rojas e contando com 180 homens (Calvo, 1984). Castro recrutou homens acostumados à rigidez da vida na selva

e aptos ao manejo de armas. Por meio de treinamento militar eficiente, transformou-os rapidamente em um pequeno exército coeso e experiente, pronto para combater na floresta. Ao retornar de suas missões de recrutamento, foi informado da aproximação do batalhão boliviano. Sem hesitar, partiu com os 70 homens sob seu comando para emboscar o inimigo em 18 de setembro.

Embora a intenção fosse surpreender o inimigo, foram os acreanos que caíram em uma emboscada preparada pelas forças de Rojas. Mesmo assim, conseguiram se reagrupar e responder ao fogo inimigo. Os sertanejos de Castro enfrentaram o fogo boliviano por uma hora, até que suas munições se esgotaram. Diante disso, não restou alternativa senão a retirada. No confronto, 22 acreanos foram mortos e 10 ficaram feridos. Os bolivianos, por sua vez, não se aventuraram a perseguir os acreanos através da selva, onde teriam dificuldade de orientação. Em contrapartida, os bolivianos sofreram 10 baixas fatais e 8 feridos (Ibid.). A vitória nessa batalha convenceu o Coronel Rojas da iminência de uma insurreição em Xapuri.

As tropas acreanas se reorganizaram, recebendo várias adesões. Passaram a usar um uniforme escuro e ocultar insígnias de oficiais, pois o combate na selva era travado a curta distância. O problema maior de Plácido de Castro era a logística difícil, em razão do ambiente operacional de selva, e a escassez de munição e víveres.

A força revolucionária foi estruturada em quatro batalhões (Campos, 2012):

- Batalhão Novo Destino (c. 150 homens);
- Batalhão Pelotas (c. 100 homens);
- Batalhão Acreano (c. 300 homens);
- Batalhão Xapuri (c. 300 homens).

Em 2 de outubro, os comandantes de batalhão aclamaram Plácido de Castro general do Exército do Acre, o que não foi aceito por ele, uma vez que ele considerava péssimo precedente a promoção por aclamação.

Devido à impossibilidade de avançar para Porto Acre, Rojas optou por permanecer na Vila da Empresa.

Enquanto os acreanos se preparavam para a revolução, os bolivianos realizavam incursões nos seringais, que eles chamavam de “correrias”. Na primeira dessas ações, ocorrida no seringal Telheiros, que havia sido fortificado por orientação de Plácido de Castro, os bolivianos capturaram sete acreanos, os quais foram sumariamente executados por fuzilamento. Os demais seringueiros fugiram para a selva em busca de proteção.

Uma segunda incursão foi descoberta por uma sentinela acreana, e os soldados bolivianos, inexperientes na selva, começaram a disparar suas armas a esmo. Ao atravessarem uma clareira para atacar um barracão, eles se expuseram ao fogo preciso dos acreanos, que estavam entrincheirados ao redor da casa, resultando em várias baixas. O Coronel Manuel Causaco, responsável pela operação, foi alvo de severas críticas. Seu fracasso levou à abertura de um inquérito militar em La Paz (Calvo, 1984).

Em Porto Acre, a guarnição se concentrou na fortificação da localidade, barrando o trânsito pelo rio. Na Vila da Empresa, iniciaram um ataque às tropas do Coronel Rojas, no dia 5 de outubro, mas os bolivianos tiveram tempo para fortificar o local, usando, inclusive, arame farpado. Transformaram o gaiola *Rio Afua*, que estava encalhado no rio, em um pequeno fortim (Ferreira, 2013).

O ataque teve início durante a madrugada, em meio à densa vegetação da selva, onde os nordestinos, com pouca experiência em assuntos militares, tentaram avançar diretamente contra a posição boliviana. As primeiras trincheiras foram capturadas usando armas brancas, e os primeiros sucessos encorajaram os seringueiros (**figura 2**). Os soldados bolivianos, no entanto, bem liderados e protegidos, responderam ao fogo abrindo brechas entre os atacantes. A noite foi dedicada ao sepultamento dos mortos e à evacuação dos feridos para um hospital improvisado em um local seguro. Plácido de Castro viu a necessidade de economizar munição e transformar os nordestinos em soldados mais aptos.



Figura 2 – Tropas acreanas entrincheiradas em uma clareira na selva

Fonte: Arquivo Histórico do Acre

Dois dias após o ataque, um grupo de acreanos conseguiu capturar a embarcação *Rio Afuá*, que permanecia encalhada, e começou a impedir que os bolivianos tivessem acesso à água do rio. Encurralados, os bolivianos enfrentavam dificuldades para lidar com essa situação. Aproveitando-se dessa circunstância, Plácido de Castro sugeriu uma rendição, mas o comandante boliviano recusou a proposta. Um dos desertores da tropa acreana, que havia servido como guia para os bolivianos no primeiro confronto, resultando na morte de vários brasileiros, foi condenado à morte por fuzilamento. Esta não foi a única execução realizada nesse contexto.

Plácido de Castro recebeu relatos sobre as incursões bolivianas no Baixo Acre, onde os industriais de borracha bolivianos estavam armando índios pacíficos para atacar seringais e povoações brasileiras, resultando em execuções cruéis de todos os encontrados. Diante disso, Plácido de Castro preparou-se para o ataque final, mas antes fez uma última tentativa de evitar o confronto. Em 14 de outubro, enviou um oficial boliviano que estava prisioneiro para propor a rendição, visando evitar um derramamento de sangue desnecessário, uma vez que a tropa boliviana não tinha chance de sucesso (Miranda, 2003). Após algum tempo, bandeiras brancas surgiram no acampamento boliviano em sinal de rendição.

Plácido de Castro recusou-se a receber a espada do comandante boliviano, o qual, com um aperto de mãos, pediu que o comandante brasileiro a guardasse não como um troféu, mas como uma lembrança de amizade. Os soldados bolivianos casados foram libertados e enviados de volta para suas casas, enquanto os demais foram encaminhados para Manaus. O delegado boliviano, D. Lino Romero, solicitou que um dos soldados levasse duas cartas para La Paz: uma para sua esposa e outra para o presidente Pando. Na carta ao presidente, ele destacou a futilidade de permanecer no Acre, um território com um clima de difícil adaptação e já povoado por muitos brasileiros, os verdadeiros pioneiros da região (Ibid.). Ele sugeriu a busca de um acordo honroso e equitativo, ou até mesmo a troca de territórios.

O governo boliviano, contudo, não podia atender a esse apelo, pois estava comprometido com o *Bolivian Syndicate*. Proprietários bolivianos favoráveis à presença do *Syndicate* mobilizaram seus caboclos e índios, armando-os com o objetivo de expulsar os seringueiros brasileiros (Calvo, 1984).

As informações recebidas pelo exército acreano eram alarmantes. Xapuri, ameaçada por um assalto de 800 caboclos, preparava-se para uma resistência desesperada. Esses caboclos já haviam atacado o povoado de Carmem, aniquilando totalmente a guarnição acreana de 53 homens, executando todos os feridos e prisioneiros. Diante disso, Plácido sentiu a necessidade de passar para a ofensiva (Souza, 2010). Ele decidiu levar a guerra até a Bolívia e destruir os depósitos de suprimentos inimigos no rio Orton. Porto Acre ficaria apenas com uma pequena guarnição para vigilância.

A tropa acreana avançou até o rio Abunã, onde enfrentou, em 7 de novembro, tropas irregulares bolivianas em Santa Rosa, baseadas no território boliviano. No dia seguinte, pela manhã, os acreanos cruzaram o rio, enfrentando um intenso tiroteio onde estavam posicionadas as forças militares da Bolívia, protegidas por barricadas de borracha. O combate durou cinco horas, até que os bolivianos se dispersaram pela selva. O conflito terminou com o incêndio de todas as casas do povoado.

Três dias mais tarde, Plácido de Castro marchou com 400 homens em direção a Palestina, no interior

da Bolívia, na calha do rio Orton, esperando atrair as tropas que guarneciam Puerto Alonso para uma emboscada e destruí-las (Ibid.). Sua intenção, contudo, foi frustrada, e seus oficiais pediram para que ele não mais ingressasse em território boliviano. Plácido de Castro, então, retrocedeu até o rio Tuamano, realizando uma operação de limpeza e destruindo o remanescente de guerrilheiros bolivianos. Daí retornou rapidamente para capturar Puerto Alonso, antes mesmo de receber reforços, com o fim da seca.

No dia 14 de janeiro de 1903, iniciou-se o ataque a Puerto Alonso, e, 10 dias mais tarde, os bolivianos que guarneciam a localidade renderam-se às forças de Plácido de Castro, que já haviam tomado toda a região. Três dias depois, em 27 de janeiro, foi proclamada a República do Acre, agora com o apoio do presidente Rodrigues Alves e do seu ministro do Exterior, o Barão do Rio Branco, que ordenou a ocupação do Acre e estabeleceu um governo militar sob o comando do General Olímpio da Silveira (Miranda, 2003).

A solução pela diplomacia

Reagindo à conquista de Plácido de Castro, logo um expressivo contingente militar boliviano, sob o comando pessoal do General Juan Manuel Pando, presidente do país, ocupou a margem oposta do rio Orton, ameaçando a força de revolucionários brasileiros.

Plácido de Castro recebeu, então, um expediente do General brasileiro Olímpio da Silveira, requerendo o fim das hostilidades. O mesmo foi feito para o General Pando. Terminaram, assim, as hostilidades. A partir desse momento, as forças brasileiras passaram a ocupar os territórios conquistados no Acre, mas o relacionamento entre o General Olímpio e os acreanos não foi dos melhores. Os acreanos, para evitar um choque com o comando brasileiro, desmobilizaram seu exército, que permaneceu de sobreaviso, pronto para reagir caso o território fosse devolvido aos bolivianos.

O que os acreanos mais queriam, na realidade, era continuar brasileiros. Em face dos desencontros, o

General Olímpio acabou repreendido e afastado do seu comando (Campos, 2012). Ao seu substituto, foram emitidas ordens para reorganizar o exército acreano, mas isso não foi necessário, pois a diplomacia já havia consolidado as conquistas acreanas.

Antes que fosse travado algum combate significativo, a diplomacia brasileira entrou em ação, liderada pelo Barão do Rio Branco, resultando na assinatura, pelos governos do Brasil e da Bolívia, em 21 de março de 1903, de um tratado preliminar, o qual seria ratificado pelo Tratado de Petrópolis (Souza, 2010).

A mudança na presidência do Brasil assinalou uma nova postura do governo brasileiro em relação ao Acre. Enquanto Campos Sales (1898-1902) não quis envolver a República brasileira na problemática questão acreana e manteve-se aferrado ao estabelecido no Tratado de Ayacucho, o novo presidente, Rodrigues Alves (1902-1906), desenvolveu uma política oposta.

Rio Branco iniciou as negociações com a Bolívia e obteve a resolução definitiva do contencioso por meio do Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903. De acordo com o pacto, o Acre passou a fazer parte do Brasil, restando ainda o problema com o Peru, que só seria definitivamente resolvido em 8 de setembro de 1909, com a assinatura do Tratado do Rio de Janeiro. O Tratado de Petrópolis definiu que o Brasil adquiriria o Acre pela quantia de 2 milhões de libras esterlinas, cedia algumas terras no Mato Grosso e comprometia-se a construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré, a fim de garantir o escoamento da produção de borracha boliviana pelo rio Amazonas (Ibid.). O *Bolivian Syndicate* foi indenizado em 110 mil libras esterlinas. Em 30 anos, contudo, os tributos arrecadados pelo Brasil no Acre compensaram as indenizações e o empréstimo contraído para a construção da ferrovia (Ibid.).

Por meio de uma legislação federal datada de 25 de fevereiro de 1904, e posteriormente regulamentada por decreto presidencial em 7 de abril de 1904 (Brasil, 1904), o Acre foi oficialmente incorporado ao território brasileiro. José Plácido de Castro foi nomeado o primeiro presidente do Território do Acre, o qual foi, posteriormente, elevado à condição de Estado, em 15 de junho de 1962 (Brasil, 1962).

Plácido de Castro – um herói nacional (?)

A construção e preservação da memória coletiva de heróis nacionais desempenham um papel crucial na formação da identidade de uma nação. Estes são frequentemente venerados e lembrados por meio de monumentos, datas comemorativas e narrativas históricas que os destacam como exemplos de virtude, coragem e patriotismo. Suas ações e sacrifícios são frequentemente glorificados para fortalecer o sentimento de orgulho nacional e coesão social. A construção dessa memória, no entanto, é um processo complexo, sujeito a influências políticas, sociais e culturais, que moldam a interpretação e representação dos heróis ao longo do tempo (Assman, 2011).

A memória de heróis frequentemente emerge inicialmente em um contexto nacional, com o potencial de se tornar um símbolo unificador para toda uma nação. Em alguns casos, no entanto, essa memória pode ser restringida a um âmbito regional, limitada por uma série de variáveis históricas, políticas e culturais. Fatores como rivalidades regionais, disputas de poder ou até mesmo a marginalização deliberada por parte das autoridades nacionais podem contribuir para essa regionalização da memória de um herói. Assim, o que poderia ter sido uma figura venerada em todo o país é, em vez disso, celebrada e lembrada apenas dentro de fronteiras regionais, resultando em uma perspectiva mais fragmentada e localizada da história nacional (Smith, 1991).

Nessa perspectiva, o caso de Plácido de Castro, na relação entre memória cultural e identidade nacional, examinando os processos de incorporação dos heróis nacionais na memória coletiva, representa um exemplo clássico de como uma personalidade da história pode ser parte de um processo de inserção no imaginário regional, que, apesar de sua relevância, raramente atinge o plano nacional.

Plácido de Castro, líder da Revolução Acreana, faleceu vitimado por uma pneumonia em 11 de agosto de 1908, aos 39 anos de idade. Ainda que tardiamente,

muitas foram as homenagens a ele dirigidas, a maioria de caráter regional, restritas ao território por ele conquistado e à região amazônica.

Em 1964, foi inaugurada uma estátua de bronze em sua homenagem na Praça da Revolução, em Rio Branco, capital do Estado do Acre. Considerado um símbolo da Revolução Acreana, o monumento foi esculpido por Honório Peçanha e localiza-se diante da sede da Prefeitura Municipal de Rio Branco, no centro da cidade (Jady, 2021).

Em um gesto de reconhecimento histórico e simbólico, o Exército Brasileiro concedeu, em 1985, ao Comando de Fronteira do Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva a denominação histórica de Batalhão Plácido de Castro (Brasil, 1985). Essa designação homenageia o líder da Revolução Acreana e destaca a relevância histórica e o papel desempenhado pela organização militar na proteção das fronteiras, na manutenção da soberania nacional e na defesa territorial na região amazônica.

O Memorial do Centenário da Revolução Acreana, em Rio Branco, foi erguido como parte das comemorações do centenário desse evento histórico significativo e inaugurado em 6 de agosto de 2002. A construção do memorial foi uma iniciativa do governo estadual do Acre, buscando preservar a memória desse episódio e homenagear os envolvidos na luta pela soberania da região. O memorial serve como um espaço de reflexão sobre a identidade e a história do Estado do Acre, além de promover o turismo histórico na região (Assis Brasil, 1985).

No mesmo ano, Plácido de Castro foi reconhecido nacionalmente ao ser entronizado no Panteão da Pátria e da Liberdade (Brasil, 2002). Essa honra foi concedida em virtude da relevância histórica de seus feitos, que contribuíram para a integridade territorial do Brasil. Ao ter seu nome inscrito no *Livro dos Heróis da Pátria*, Plácido de Castro foi oficialmente reconhecido como um dos grandes protagonistas da história brasileira¹⁰, cujo legado de bravura e determinação foi fundamental para a consolidação do território nacional.

No plano cultural, a minissérie *Amazônia – de Galvez a Chico Mendes*, escrita por Glória Perez e exibida

pela Rede Globo de televisão em 2007, proporcionou uma significativa visibilidade à Revolução Acreana e aos seus protagonistas (Memória Globo, 2007). Ao destacar os eventos históricos, a produção ressaltou a importância da região amazônica na formação da identidade nacional brasileira, bem como os desafios enfrentados por aqueles que lutaram por sua integridade territorial. O papel de Plácido de Castro na minissérie foi crucial, pois ele foi retratado como um líder determinado e visionário, cujas ações foram fundamentais para a conquista da soberania do Acre.

A produção cultural desempenhou um papel fundamental na divulgação da história da Amazônia para um público nacional mais amplo, contribuindo para uma compreensão mais profunda e ampla das questões regionais e históricas relacionadas à região. Com uma abordagem cinematográfica envolvente, com participação de grande elenco e marcada por uma narrativa cativante, a minissérie alcançou um numeroso público em todo o país, levando a história da Revolução Acreana e o legado de figuras como Plácido de Castro para lares em todas as regiões do Brasil. Como resultado, a produção não apenas celebrou a herança histórica da Amazônia, mas também despertou um interesse renovado por essa parte vital do patrimônio nacional.

Embora Plácido de Castro tenha sido inscrito no Panteão dos Heróis da Pátria e a minissérie televisiva exibida Rede Globo de televisão tenha desfrutado de uma exposição nacional, a memória da Revolução Acreana e o papel de seu principal líder acabaram por ser predominantemente enquadrados em uma perspectiva regional. Esse fenômeno pode ser atribuído a uma série de fatores socioculturais e políticos que influenciam a construção da memória coletiva.

Essa regionalização da memória da Revolução Acreana pode ser explicada, em parte, pela centralidade dos discursos históricos dominantes, que tendem a favorecer eventos e figuras associadas às narrativas nacionais mais amplas. Apesar dos esforços para promover a história do Acre e de seus protagonistas em um contexto nacional, a influência dessas narrativas hegemônicas muitas vezes limita a projeção dessa memória além das fronteiras regionais. Além disso, a própria identidade regional pode desempenhar um papel

significativo na manutenção e perpetuação da memória da Revolução Acreana como um evento fundamentalmente vinculado à identidade e à história local.

Assim, embora Plácido de Castro e a Revolução Acreana tenham sido reconhecidos por meio de honrarias e produções culturais de alcance nacional, a prevalência da memória regional indica as complexidades envolvidas na formação e na perpetuação das narrativas históricas, bem como na negociação de identidades regionais e nacionais no contexto brasileiro contemporâneo.

Considerações finais

A expansão portuguesa na Amazônia e a posterior definição do território brasileiro na região foram marcadas por processos heterogêneos e diferenciados, refletindo a diversidade de estratégias e circunstâncias históricas ao longo dos séculos. Enquanto a expedição do Capitão Pedro Teixeira, no século XVII, representou uma das mais conhecidas ações de expansão territorial, caracterizada pela exploração dos rios e pela instalação de feitorias, a Revolução Acreana, ocorrida na transição dos séculos XIX para o XX, destacou-se por ser um movimento protagonizado por brasileiros em busca da integração e soberania sobre a região do Acre. Essas diferentes abordagens para a conquista da Amazônia evidenciam a complexidade e a variedade de interesses envolvidos, desde questões econômicas e geopolíticas até rivalidades entre potências coloniais e movimentos de resistência locais.

Enquanto a expansão portuguesa inicial priorizava o estabelecimento de rotas comerciais e a exploração dos recursos naturais, a Revolução Acreana refletia um desejo nacionalista e uma aspiração por autonomia regional, confrontando o domínio estrangeiro sobre o território. Essa heterogeneidade na conquista da Amazônia não apenas ressalta a complexidade da história da região, mas também destaca a interação dinâmica entre diferentes atores e interesses ao longo do tempo, moldando o desenvolvimento territorial e político da maior floresta equatorial do mundo.

No desfecho desta análise sobre a Revolução Acreana e o papel crucial desempenhado por Plácido de Castro, é essencial ressaltar a complexidade e as múltiplas facetas envolvidas nesse importante episódio da história brasileira. Ao enfrentar uma série de desafios de toda ordem, que vão desde as adversidades do ambiente operacional de selva até a falta de apoio governamental brasileiro, a distância dos grandes centros e o limitado poder de combate, as forças revolucionárias lideradas por Plácido de Castro demonstraram uma extraordinária capacidade de resistência e resiliência diante das adversidades.

A presença de forças militares bolivianas regulares, aliada à atuação de forças irregulares brasileiras, compôs um cenário de conflito assimétrico, intrincado e desafiador, exacerbando as dificuldades enfrentadas pelas forças revolucionárias. Nesse contexto, a relevância econômica da região do Acre, impulsionada pela exploração da borracha e pela demanda mundial por esse valioso recurso natural, desempenhou um papel preponderante na intensificação do conflito e na atenção dispensada ao território por parte dos governos brasileiro e boliviano.

É importante ressaltar, no entanto, que a contenda resultante da Revolução Acreana foi solucionada por meio da diplomacia, sobretudo pelas habilidades negociadoras do Barão do Rio Branco, culminando na anexação negociada do Acre ao território brasileiro.

Apesar da magnitude histórica desse evento e do protagonismo de Plácido de Castro, observa-se uma tendência à regionalização da memória, que muitas vezes limita a celebração e o reconhecimento dessa história aos contextos regionais do Acre, em detrimento de uma narrativa nacional mais ampla.

Por fim, é inegável que a Revolução Acreana representou não apenas a consolidação do território brasileiro, mas também uma significativa expansão territorial do país, completando a extensão atual do território brasileiro de 8.511.964km². Esse evento histórico continua a ecoar como um marco na história nacional, evidenciando não apenas a determinação e o espírito de luta daqueles que buscaram a integridade e soberania do Brasil, mas também a vocação histórica do país na valorização da diplomacia e da negociação na resolução de conflitos internacionais.

Referências

ASSIS BRASIL, Sebastião Dantas. **A Revolução do Acre**: ensaio histórico-político. Rio Branco: EDUFAC, 1985.

ASSMANN, Aleida. **Cultural memory and Western civilization**: functions, media, archives. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 5.188, de 7 de abril de 1904**. Organiza o território do Acre. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5188-7-abril-1904-516300-publicacao-107275-pe.html>. Acesso em: 29 fev 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 10.440, de 2 de maio de 2002**. Inscreve o nome de Plácido de Castro no Livro dos Heróis da Pátria. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10440-2-maio-2002-343856-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 2 mar 2024.

BRASIL. **Decreto nº 4.280, de 28 de novembro de 1868.** Promulga o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Commercio e Extradicação, Celebrado em 27 de março de 1867, entre o Brasil e a República de Bolívia. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4280-28-novembro-1868-553624-publicacaooriginal-71754-pe.html>. Acesso em: 22 fev 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962.** Eleva o território do Acre à categoria de estado e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=4070&ano=1962&ato=a51cXS61kMVRVT0ed>. Acesso em: 29 fev 2024.

BRASIL. **Portaria Ministerial nº 1.270, de 13 de dezembro de 1985.** Concede ao Comando de Fronteira do Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva a denominação histórica de Batalhão Plácido de Castro. Brasília: SGEEx, 1985.

CALVO, Roberto. **La guerra federal del Acre:** um análisis de las relaciones boliviano-brasileñas em el periodo 1899-1903. La Paz: Editorial Los Amigos del Libro, 1984.

CAMPOS, André Luiz Vieira. **A Revolução Acreana:** território e história. Rio Branco: EDUFAC, 2012.

CASTRO, Genesco. **O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro:** excertos históricos. Brasília: Senado Federal, 2005.

CAVALCANTE, Ormifran Pessoa. **Carmen:** era uma vez um seringal. Rio Branco: EDUFAC, 2022.

COSTA, Iracilda. **A questão do Acre.** Rio Branco: EDUFAC, 1996.

ELDEN, Stuart. **Território, autoridade e direitos:** de São Paulo a Washington, 1500-2000. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil:** Império. São Paulo: EDUSP, 2012.

FERREIRA, Carlos Eduardo da Silva. A Revolução Acreana e os destinos do Acre: a criação de um território (1870-1903). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.** Rio Grande, v. 5, n. 9, 2013.

FREITAS, Djalma. **A conquista da Amazônia Ocidental:** 1707-1777. Manaus: EDUA, 2015.

GOMES, Augusto da Cunha. **Comissão de Limites entre o Brazil e a Bolivia:** re-exploração do Rio Javary. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1899.

GOYCOCHÊA, Luís Felipe de Castilhos. **O Espírito Militar na Questão Acreana.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.

JADY, Ellem. No dia que Rio Branco comemora 139 anos, estátua do Plácido de Castro recebe nova espada após furto. **G1**, Rio Branco, 28 dez 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/12/28/no-dia-que-rio-branco-comemora-139-anos-estatua-do-placido-de-castro-recebe-nova-espada-apos-furto.ghml>. Acesso em: 2 mar 2024.

LA CONDAMINE, Charles-Marie. **Journal du voyage fait par ordre du roi, a l'equateur**. Paris: Fayard, 1989.

MARIANO, Neiva. **A migração Nordestina para a Amazônia no Ciclo da Borracha**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2005.

MEMÓRIA GLOBO. **Amazônia – de Galvez a Chico Mendes**. 2007. Disponível em: <https://memoria-globo.globo.com/entretenimento/minisseries/amazonia-de-galvez-a-chico-mendes/>. Acesso em: 3 mar 2024.

MIRANDA, Márcio Lúcio. **José Plácido de Castro: uma biografia política (1880-1908)**. Rio Branco: EDUFAC, 2003.

OLIVEIRA, Gilson. **História das fronteiras do Brasil: expansão territorial e conflitos**. São Paulo: Annablume, 2004.

PAGDEN, Anthony. **Fronteiras do mundo: uma história da civilização Ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Hélio; ALBUQUERQUE, Ivan. **Acre: a terra do nunca mais**. Brasília: Senado Federal, 1998.

SMITH, Anthony. **National identity**. Reno: University of Nevada Press, 1991.

SOUSA, Clodoaldo Bueno. **A questão do Acre**. Curitiba: Editora UFPR, 2003.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia: da conquista à integração nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SYLVIO, Sérgio. O Tratado de Madrid e as fronteiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, 1966.

VIANNA, Hélio. **A formação territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1998.

ZALUAR, Luiz. **A República da borracha: história do Acre**. São Paulo: Moderna, 2001.

Notas

¹ A pesquisa foi apresentada no Seminário de História Militar da Amazônia, organizado pelo Comando Militar da Amazônia em novembro de 2023.

² A União Ibérica foi um período na história em que Portugal e Espanha estiveram sob a mesma Coroa. Durante esse período (1580-1640), o Brasil passou por várias mudanças, incluindo uma maior centralização administrativa sob o domínio espanhol e uma significativa expansão territorial em direção ao interior, além de uma maior pressão econômica sobre as colônias, visando financiar as guerras espanholas na Europa. A União Ibérica teve consequências políticas, econômicas e culturais para o Brasil, contribuindo para moldar sua história colonial e suas relações com as potências europeias.

³ Ver PAGDEN, Anthony. **Fronteiras do mundo: uma história da civilização ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

⁴ ELDEN, Stuart. **Território, autoridade e direitos: de São Paulo a Washington, 1500-2000**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

⁵ A revolução acreana é conhecida na Bolívia como Guerra Federal ou Guerra del Acre. Os termos são frequentemente utilizados para se referir ao conflito ocorrido entre as forças militares bolivianas e os rebeldes acreanos durante o período em que o Acre buscava sua independência da Bolívia. Ver CALVO, Roberto. **La guerra federal del Acre: um análisis de las relaciones boliviano-brasileñas em el periodo 1899-1903**. La Paz: Editorial Los Amigos del Libro, 1984.

⁶ As expedições de Samuel Fritz e de La Condamine foram importantes incursões exploratórias na região amazônica, contribuindo significativamente para o conhecimento e mapeamento da área. Samuel Fritz, um missionário jesuíta, liderou expedições na região amazônica no século XVII, onde descreveu a geografia, os povos indígenas e realizou importantes trabalhos missionários. La Condamine, por sua vez, foi um explorador e cientista francês que, no século XVIII, participou da expedição franco-espanhola ao Equador, durante a qual explorou a região amazônica, incluindo áreas próximas ao atual Estado do Acre. Cf. LA CONDAMINE, Charles-Marie. **Journal du voyage fait par ordre du roi, a l'équateur**. Paris: Fayard, 1989.

⁷ O princípio jurídico do *uti possidetis*, originado do direito romano e aplicado em contextos contemporâneos, estabelece que as partes envolvidas em processos de divisão territorial devem manter a posse dos territórios que ocupavam antes da divisão, a menos que haja acordo mútuo ou decisão contrária explicitamente estabelecida. Esse princípio visa garantir a estabilidade das fronteiras, prevenindo disputas e conflitos territoriais, ao reconhecer a posse como base para a definição dos limites territoriais entre Estados ou entidades políticas. Cf. RIBEIRO, Cláudio. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2019.

⁸ Em economia, *commodity* ou mercadoria é um termo que corresponde a produtos básicos globais não industrializados, ou seja, matérias-primas que não se diferem independentemente de quem as produziu ou de sua origem, sendo seu preço uniformemente determinado pela oferta e procura internacional.

⁹ O *Bolivian Syndicate of New York* foi uma empresa americana que teve um papel significativo na exploração econômica da borracha na região do Acre, na Amazônia, durante o final do século XIX. Fundada em 1879, essa empresa era uma das várias empresas estrangeiras que buscavam lucrar com a crescente demanda mundial por borracha natural. O sindicato obteve concessões do governo boliviano para explorar a borracha na região do Acre, mas seu controle monopolista e as condições de trabalho opressivas levaram à insatisfação entre os seringueiros e colonos locais. Isso eventualmente contribuiu para a Revolução Acreana. Entre seus acionistas, encontravam-se figuras proeminentes do mundo dos negócios e da política dos Estados Unidos na época. Entre eles, estavam Samuel P. Colt, irmão de um famoso fabricante de armas, e Charles R. Flint, um empresário conhecido por fundar a empresa de seguros American Express Company. Cf. MARTINS, H. M. de Mello. **O Ciclo da borracha: história da economia do Acre**. Lisboa: Oficina do Livro, 2007.

¹⁰ Ainda que configurada como uma homenagem de caráter nacional, a inscrição do nome de Plácido de Castro no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria* deu-se por meio de projeto de lei apresentado pelo senador Tião Viana, representante do Acre, ou seja, uma iniciativa regional visando proporcionar uma visibilidade nacional.

Carlos Antonio Nacion: o legado para a indústria e a formação militar do Exército Brasileiro

*Alexandre Marques de Medeiros**
*José Carlos Meireles da Silva***

Introdução

Este estudo pretende apresentar o legado deixado pelo Tenente-General Carlos Antonio Nacion ao Exército Brasileiro, nos setores da indústria militar e na formação do oficialato, na ocasião em que ocorreu a transmigração da Família Real para a colônia portuguesa, episódio que marca o início do Período Joanino. Com a ameaça de invasão das tropas francesas ao território português, “em 24 de novembro de 1807, o Conselho de Estado, chefiado por Dom João, reuniu-se e decidiu”¹ transferir toda a Corte para o Brasil.

Para Riccardo Fontana, o processo de mudança da Corte portuguesa não foi um simples ato de fuga, pelo “contrário, uma operação sofrida, porém ponderada e planejada”². Essa movimentação também possibilitou a transferência de todo o aparato burocrático, que logicamente geraria a necessidade de desenvolver a colônia para sua própria acomodação e defesa.

A decisão de transferência da Corte para o Brasil trouxe uma série de resultados, especialmente nos campos da educação, da indústria militar, da infraestrutura urbana e da cultura. Nesse sentido, a colônia portuguesa passou a ter plenas condições de criar, anos depois, as bases para sua independência política em relação à metrópole portuguesa.

Entre os ilustres fidalgos que viajaram rumo ao Brasil, estava presente, na embarcação Príncipe Real, Carlos Antonio Nacion, militar, de origem italiana, nascido na cidade de Turim, em 30 de outubro de 1756³, filho do Senador Carlo Giuseppe Amedeo Valeriano Napione (Magistrado do Reino) e da senhora Maddalena Maistre, de descendência de nobre família piemontesa. Homem dotado de grande inteligência, que teria sido contratado pelo príncipe regente, indicado pelo Conde de Linhares, para compor a equipe de pessoas das mais distintas ordens do Estado

* Cap QAO (CFS/1990, CAS/2000, CHCAO/2015). Graduado em História (FFCG-FEUC/1997), pós-graduado em História do Brasil (2000) e História Contemporânea (FFCG-FEUC/2001) e História Militar (UNIRIO/2007). Membro titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Atualmente, é pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiME).

** ST QMS Intendência (CFS/1987, CAS/1997) Licenciado em História (UFAM/2003) e Geografia (UNICESUMAR/2020), mestrado em História (UNIVERSO/2017) e pós-graduado em Docência do Ensino Superior (Universidade Candido Mendes/2009). Atualmente, é pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiME).

português, com a finalidade de reestruturar o Exército de Portugal.

Antes de ser contratado pela Coroa portuguesa, Nacion, em sua terra natal, desempenhou inúmeras funções, como, por exemplo, “Coronel do Exército, Diretor do Laboratório Químico Metalúrgico e do Museu de Mineralogia; membro do conselho de Minas e Inspetor de Minas. Como escritor e cientista, pertencia à Academia de Ciências de Turim”⁴, onde teve a oportunidade de publicar vários trabalhos. Além disso, lutou com heroísmo nas campanhas de 1793 e 1795 contra a França e, naquele último ano, foi designado inspetor de minas.

Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, que exercia a função de embaixador em Turim, ficou muito impressionado pela competência do militar. Em 26 de agosto de 1800, o conde recomendou ao governo de Portugal a contratação imediata do militar, com o objetivo de reorganizar e modernizar a artilharia do Exército Lusitano. Dois anos depois, Nacion foi promovido a coronel, recebendo o cargo de inspetor-geral de oficinas. No ano seguinte, foi designado inspetor de artilharia e, ainda, em 1807, assumiu a função de diretor do Arsenal da Guerra de Portugal.

Já no Brasil, o Tenente-General Nacion exerceu, com maestria, diversos cargos importantes, dentre os quais se destacam: Inspetor-Geral da Real Junta de Fazenda dos Arsenais, Fábricas e Fundições; Diretor do Arsenal Real do Exército, atual Arsenal de Guerra do Rio; Organizador e Diretor da Fábrica de Pólvora da Lagoa, e Diretor de Ensino e Presidente da Junta Militar da Academia Real Militar, montada na Casa do Trem, embrião da atual Academia Militar das Agulhas Negras.

Nacion: o desenvolvimento da indústria militar brasileira no início do Século XIX

Segundo Fontana, a vinda da Família Real teria sido incentivada por George Canning, Ministro do Exterior inglês, que tinha muito apreço por D. João.

O príncipe regente, acolhendo as orientações daquela autoridade, resolveu publicar o decreto nos seguintes termos:

Tenho procurado por todos os meios possíveis conservar a neutralidade de que até agora tem gozado os meus fiéis e amados vassallos e apesar de ter exaurido o meu Real Erário, e de todos os sacrificios a que me tenho sujeitado, chegando ao excesso de fechar os portos dos meus reinos aos vassallos do meu antigo e leal aliado, o rei da Grã-Bretanha, expondo o comércio dos meus vassallos a total ruína, e a sofrer por este motivo grave prejuízo nos rendimentos de minha coroa. [...] Tenho resolvido, em beneficio dos mesmos meus vassallos, passar com minha rainha senhora e mãe, e com toda a real família, para os estados da América, e estabelecer-me na Cidade do Rio de Janeiro até paz geral⁵.

Em 29 de novembro de 1807, a Família Real embarcou rumo ao Brasil, tendo como principais caravelas “*Príncipe Real, Alfonso de Albuquerque, Príncipe do Brasil, Rainha de Portugal, Medusa, Martim de Freitas e Conde Dom Henrique*”⁶. Segundo Fontana, na frente de Lisboa,

a capitânia inglesa Hibernia teria avistado 56 velas (36 de bandeira portuguesa e 20 de bandeira inglesa), sendo provavelmente este o número total dos navios de grande e de pequeno porte que formavam a frota luso-britânica⁷.

O autor afirma que algumas embarcações viajaram de forma independente em relação ao grosso da frota. Nesse sentido, as caravelas chegaram ao Brasil em portos e datas diferentes, como, por exemplo, Recife, Paraíba, Salvador, Cabo Frio entre outros locais. A maior parte da esquadra, no entanto, aportou na Bahia, em 23 de janeiro de 1808, supostamente a fim de realizar uma parada técnica de reparo e de abastecimento de gêneros secos e molhados para alimentar a tripulação.

A armada continuou sua viagem em direção ao Rio de Janeiro, aportando no destino, em 7 de março de 1808, com salvas de canhões das embarcações *Príncipe Real* e *Bedford*, simbolizando a chegada da Família Real. Embora não exista uma lista de passageiros, estima-se que foram transportadas entre “11.000 e 12.000 pessoas, sendo 7.500 homens das tripulações”⁸. Em estudos mais recentes, o professor inglês Kenneth H.

Light afirma que a transmigração da Corte para o Brasil foi uma decisão sábia e corajosa de Dom João em sair de Portugal.

A chegada da Corte Portuguesa possibilitou o desenvolvimento da indústria militar no Brasil. Para isso, foi confiado ao Tenente-General Nacion a nobre missão de organizar e reformular as fortificações existentes no Brasil, objetivando aperfeiçoar a defesa da colônia portuguesa, uma vez que o príncipe regente temia que as guerras napoleônicas chegassem até o continente americano.

O Decreto de 13 de maio de 1808 publicou a nomeação de Nacion para o cargo de Inspetor Geral da Artilharia da Corte e da Capitania do Rio de Janeiro. Em 24 junho do mesmo ano, o Príncipe D. João baixou normas e atribuições para o novo inspetor geral, que “devia ficar a par do estado das forças sob seu comando, fardamento, armamento, os progressos obtidos pela tropa nos exercícios práticos a que tinham de se submeter”⁹. Além disso, deveria examinar “todas as fortalezas, baterias e fortificações de qualquer natureza, no que se referisse ao estado das mesmas, quer no armamento ou nas munições”¹⁰.

Em consequência, Nacion adotou diversos procedimentos a fim de cumprir as determinações da Coroa portuguesa como, por exemplo, a reorganização do Arsenal Real do Exército, da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema e da Fábrica de Armas do Morro da Conceição. Organizou, também, a Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas, sendo esse estabelecimento criado para suprir em explosivo a demanda do Império Colonial Português. Ressalta-se que, antes, o Exército Lusitano era abastecido pela Fábrica de Lisboa.

Para Carlos Dittz Chaves e Marcelo Pereira Carvalho, para a implantação da Fábrica de Pólvora, Nacion escolheu um local bem afastado da cidade, “às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, dentro da propriedade da família Freitas Castro”¹¹. Em consequência, em 13 de junho de 1808, o príncipe regente determinou que fosse incorporado

aos próprios da Coroa esta grande propriedade, onde se localizava um dos mais antigos engenhos de açúcar do Rio de Janeiro, o Engenho de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, estabelecido em 1575, pelo Governador Antonio Salema¹².

Em 1809, iniciaram-se os trabalhos para a construção das oficinas da Fábrica de Pólvora. As oficinas precisavam empregar a força motriz, com a finalidade de desenvolver suas atividades laborais e, para isso, foram arquitetadas próximas ao sopé do morro. Para atender a nova demanda, os construtores desviaram o curso d'água do riacho que existia na localidade em direção às instalações com a intenção de mover as rodas hidráulicas nelas instaladas¹³.

Em 1810, a Real Fábrica de Pólvora da Lagoa entrou em atividade. Em seguida, foi aprovado um acordo, estabelecendo que fosse considerada como contrabando a aquisição de explosivo fora das fábricas e administrações do Reino. A norma, no entanto, não impedia a importação de produto,

devido à interrupção do fornecimento de pólvora produzida em Portugal; apenas procurou forçar que a sua compra fosse realizada nas fábricas do Reino, para que estas também lucrassem com a comercialização do explosivo importado¹⁴.

Segundo Chaves e Carvalho, anos mais tarde, surgiu a ideia de mudar a Fábrica de Pólvora para outra localidade, uma vez que o rápido crescimento urbano do bairro de Botafogo e a “abertura do Jardim Botânico à visitação pública davam início à integração daquela região à malha urbana da capital do Império”¹⁵. Esse desenvolvimento regional poderia acarretar sérios transtornos, causando um grande risco à segurança da unidade fabril militar.

Em consequência, o Ministério da Guerra decidiu transferir o estabelecimento para outra localidade a fim de atender a exigência da norma técnica da época. Em 1826, tiveram início os trabalhos para a instalação de uma nova unidade produtora de pólvora, junto à Serra da Estrela, atual fábrica de explosivos da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL). Para Chaves e Carvalho, a construção da fábrica ocorreu de forma lenta, sendo concluída apenas em 1832¹⁶. Já a antiga oficina localizada na Lagoa Rodrigo de Freitas começou a ser desativada a partir de 1831.

Nota-se que a missão de Nacion era bastante ampla, competindo-lhe, à frente do Arsenal Real do Exército e da Casa das Armas, a responsabilidade por todos os trabalhos desenvolvidos nesses setores, como o refino do salitre e de carvoaria. Cabia a ele,

também, a incumbência pela aclimação e propagação de espécies vegetais do Jardim Botânico e de plantas exóticas estabelecidas na Lagoa Rodrigo de Freitas.

O Arsenal Real do Exército ocupou as instalações existentes na Ponta do Calabouço. Essa denominação foi dada a partir do Alvará de 1º de março de 1811, que criou o Real Junta da Fazenda dos Arsenais, Fábricas e Fundições da Capitania do Rio de Janeiro. Antes, porém, da chegada da Família Real, já funcionava a Casa do Trem. Para Antonio Pimentel Winz, a transmigração da Corte lusitana trouxe mudanças em diversas repartições reais existentes no Brasil. Essas transformações acabaram desocupando “vários edifícios para dar lugar a outras mais importantes; umas foram temporariamente extintas”¹⁷.

A Casa do Trem, supostamente teria sido construída em 1762, por Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, com a finalidade de atender a principal demanda do Exército Português, bem como armazenar material bélico daquela força militar. Segundo Winz, essa repartição

foi olvidada pelo Príncipe D. João, pois, devido à situação desfavorável no ultramar, os arsenais reais não mais podiam enviar, para o Brasil e outras possessões, armas e munições indispensáveis para a sua defesa¹⁸.

O autor ainda menciona que

fazia-se necessária maior atribuição àquela real repartição, com o fim de desenvolver os serviços de manutenção, consertos e manufatura de vários tipos de armamentos, inclusive canhões¹⁹.

Para isso, seria necessário adicionar mais recursos orçamentários a fim de atender as despesas da Casa do Trem (**figura 1**), uma vez que haviam aumentado os encargos com os artífices e operários especializados para a repartição. Em consequência, foram criados o Erário Régio e o Conselho da Fazenda, por meio do Alvará de 28 de junho de 1808, o que acabou resolvendo a questão financeira. O documento assinado pelo príncipe regente e estruturado por seu congênere de Lisboa visava supervisionar todos os gastos das diversas repartições reais, quer fossem civis ou militares²⁰.



Figura 1 – Casa do Trem

Fonte: Extraída do livro *Nápiom: revolucionário do ensino e da indústria militar brasileira*. Autores: Fernando José Campos Guimarães e Alexandre Marques de Medeiros

Segundo Winz, a mão de obra empregada na Casa do Trem foi um fator preocupante, já que vários

soldados artífices trabalhavam-nos diversos ofícios ali existentes, como carpinteiros, latoeiros, ferreiros, funileiros, serralheiros, torneiros etc. [...] Muitos vinham ou eram requisitados da Fábrica de Armas da Conceição, quando se tratava de espingardeiros, coronheiros etc.²¹.

Outros funcionários eram oriundos da Ribeira das Naus (depois, Arsenal Real da Marinha), tendo a finalidade de prestar serviços de marcenaria, aqueles considerados mais complicados de serem elaborados. Com a intenção de resolver o problema da repartição, o príncipe regente determinou que fosse publicado o Decreto de 3 de setembro de 1810, criando a Companhia de Artífices para a Casa do Trem.

Sou servido mandar organizar uma Companhia, na conformidade do plano, que com este baixa, assinado pelo Conde de Linhares, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a qual, posto que seja anexa ao Regimento de Artilharia da Corte, deverá sempre considerar-se como destacada no Arsenal Real, e ficará diretamente às ordens do Inspetor Geral de Artilharia, e na sua falta, do Oficial Militar de maior patente que comandar no mesmo Arsenal²².

Embora a organização militar (OM) estivesse subordinada ao Regimento de Artilharia da Corte, mesmo assim, seria considerada destacada ao Arsenal Real do Exército.

Por consequência, debaixo das ordens imediatas do Inspetor Geral de Artilharia e, nos seus impedimentos, do oficial militar de maior patente que governar no dito Arsenal²³.

A OM foi estruturada no dia da formatura com o seguinte efetivo, conforme mostra o **quadro 1**.

Posto / Graduação	Efetivo
Capitão	01
1º Tenente	01
2º Tenente	01
2º Tenente agregado	01
Sargentos	02
Furriel	01
Cabos	04
Carpinteiros de machado e obra branca	37
Ferreiros serralheiros	20
Torneiro de madeira	01
Funileiro	01
Tanoeiro	01
Tambores	02
Soma	73

Quadro 1 – Efetivo da Companhia de Artífices
Fonte: Documento extraído do livro História da *Casa do Trem*, p. 224. Autor: Antonio Pimentel Winz

A instituição da companhia denota a preocupação do príncipe regente a fim de melhorar aquele estabelecimento, colocando-o em uma posição de destaque, ao lado das mais importantes repartições reais. Vale lembrar que outros estabelecimentos congêneres foram criados, com a finalidade de suprir a demanda da Coroa portuguesa:

A fábrica de canos de espingarda da Conceição, a fábrica de pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas e a necessidade de fundição de peças de artilharia vieram dar maior projeção ao antigo Arsenal do Trem, que precisava ser reorganizado totalmente com o fim de ser transformado num grande estabelecimento que atendesse não só à Corte e província do Rio de Janeiro, mas também a outras regiões brasileiras²⁴.

Napion atuou, ainda, na área da educação, após a instituição da Academia Real Militar, em 4 de dezembro de 1810, pelo príncipe regente. O estabelecimento, instalado na Casa do Trem, foi criado com a finalidade de formar oficiais de infantaria, cavalaria, artilharia e engenheiros militares e civis, consagrando-se historicamente como o berço do ensino militar acadêmico nas Américas e do ensino superior civil no Brasil.

A educação militar: a formação da oficialidade do Exército Brasileiro

Para falarmos da formação da oficialidade do Exército Brasileiro, temos que voltar ao Brasil colonial, antes mesmo da criação oficial do nosso Exército, ato realizado pelo Imperador Pedro I, por meio do Decreto de 1º de dezembro de 1824, que é considerado a certidão de nascimento da Força.

O grande marco da formação da oficialidade do Exército Brasileiro foi a criação, por Dom João, da Academia Real Militar (**figura 2**), pelo Decreto de 4 de dezembro de 1810. Na época, o militar designado como presidente da junta que dirigiu os trabalhos foi o Tenente-General Napion. A Academia Real Militar

absorveu a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho da Cidade do Rio de Janeiro, fundada em 1792, que não oferecia estrutura que atendesse aos anseios de defesa exigidos pelo novo contexto.

O ato de criação da academia caracterizou uma ampla reformulação do ensino militar, já que procurou reunir os melhores professores nas áreas das ciências matemáticas, das ciências de observação e das ciências militares, tudo em prol do Exército, que já contava, em sua constituição, com o maior percentual de brasileiros.

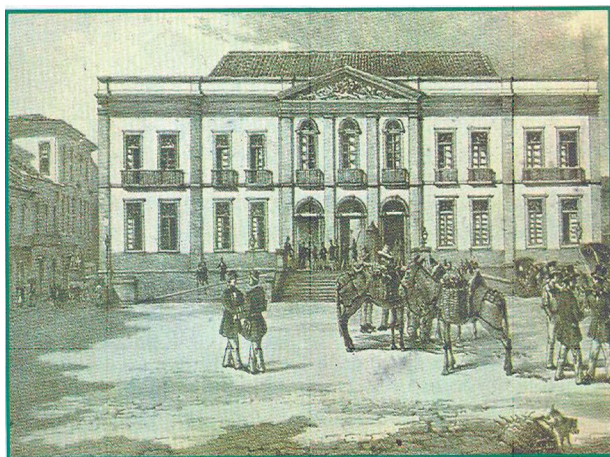


Figura 2 – Academia Real Militar no Largo de São Francisco (litografia de Bertichem, 1856)

Fonte: Extraída do livro *O Tenente-General Napione*, de Riccardo Fontana

Nesse período, o príncipe regente intencionava criar no Brasil as bases da formação de um grande império. Para isso, estruturou a defesa da colônia pelo aprimoramento da formação dos militares do exército, em sua maioria, brasileiros. É preciso, ainda, citar que Portugal possuía um Exército que não poderia suprir as necessidades de defesa exigidas pelas intenções de Dom João.

A Academia Real Militar funcionou, inicialmente, em caráter provisório, por dois anos, na Casa do Trem, de 1810 até 1812. Após esse período, passou a funcionar no Largo de São Francisco. O General Aurélio de Lyra Tavares, em seu livro *Nosso Exército, Essa Grande Escola*, diz:

Foi, sem dúvida, o funcionamento da Academia Real Militar, no edifício antes destinado à Sé Nova, no Largo de São Francisco de Paula, em 11 de abril de 1812, que o ensino superior do nosso Exército, dez anos antes da independência, na capital da colônia, ganhou a sua pedra fundamental, para começar a constituir o grande núcleo de formação da elite profissional e cultural do futuro Exército do Império com os oficiais brasileiros nela matriculados²⁵.

Em 1º de março de 1858, no mesmo edifício da Academia Real Militar, que, desde 1822, já havia mudado seu nome para Imperial Academia Militar (1823-1831), Academia Militar da Corte (1832-1838) e Escola Militar (1839-1857), foi criada, pelo Decreto 2.116, a Escola Central do Exército (1858-1874). Desde 1823, a academia aceitava a matrícula de civis que não tinham o compromisso em realizar a formação militar, ou seja, a partir desse momento, surgia a engenharia civil, e a academia, além de ser o berço da formação da oficialidade do Exército, passou também a ser o berço da engenharia civil, sendo o único centro de formação de engenheiros no Brasil, tanto civis como militares, e objetivava dar suporte ao Exército no que diz respeito à engenharia militar, tão necessária na política externa empreendida pelo Império Brasileiro. Foram alunos dessa academia: Luiz Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias), Patrono do Exército Brasileiro, matriculado em 1818, e Emílio Luís Mallet, Patrono da Arma de Artilharia, matriculado em 1823.

A fundação da Academia Real Militar representou uma verdadeira transmissão de conhecimentos da metrópole portuguesa para sua colônia, já que a presença do príncipe regente no Brasil trouxe a necessidade de maior segurança militar, o que seria suprido com a formação de oficiais com sólido conhecimento acadêmico.

O curso da academia era muito semelhante ao curso de matemática da Universidade de Coimbra, e dividia-se em: um curso de matemática, que durava quatro anos, e um curso militar, que durava três anos. A outra semelhança era a direção da academia ter sido conduzida por uma junta de professores denominada Junta Militar, cujo primeiro presidente foi Carlos Antonio Napione.

Após a Guerra do Paraguai, o ensino militar foi reformulado por meio do Decreto 5.529, de 17 de janeiro de 1874, pelo qual a formação militar foi separada da formação de engenharia civil, sendo transferida para a Praia Vermelha, com o nome de Escola Militar do Brasil, enquanto a Escola Central do Exército deixou de pertencer ao Ministério da Guerra, sendo transferida para o Ministério do Império, passando a ser denominada Escola Politécnica.



Figura 3 – Academia Real Militar no Largo de São Francisco (atual prédio da UFRJ)

Fonte: Extraída do livro *Napion: revolucionário do ensino e da indústria militar brasileira*. Autores: Fernando José Campos Guimarães e Alexandre Marques de Medeiros

Entre os professores da Escola Militar do Brasil, podemos citar o General Roberto Trompowski Leitão de Almeida e o Tenente-Coronel Benjamim Constant. Também ali estudaram figuras que se destacariam como grandes chefes dentro do Exército, como Rondon, Tasso Fragoso, Mascarenhas de Moraes e José Pessoa Cavalcanti.

A Escola Militar do Brasil funcionou na Praia Vermelha até 1904, quando se insurgiu contra o governo do presidente Rodrigues Alves durante a Revolta da Vacina. Após esse acontecimento, ocorreu uma mudança de mentalidade em relação ao ensino, sendo o principal líder reformista o Marechal Hermes da Fonseca. Na época, os chefes militares chegaram à conclusão de que a Escola Militar do Brasil, na Praia Vermelha, ministrava um ensino equivocado, mais voltado

para o bacharelismo, e não para o profissionalismo militar, ou seja, dava ênfase ao ensino que valorizava questões científicas, políticas, filosóficas e matemáticas, em detrimento da formação do verdadeiro oficial combatente, aquele que estaria preparado para defender a pátria.

Um exemplo que pode ser citado para confirmar a opinião dos chefes militares da época foi a atuação do Exército em Canudos. Dentro dessa nova mentalidade, foi implantado o novo regulamento de ensino de 1905, que marcou a mudança de um ensino ligado ao bacharelismo para um ensino ligado ao profissionalismo militar, que perdura até os dias atuais.

Essa nova orientação dividiu a formação dos oficiais em quatro escolas: Escola de Guerra de Porto Alegre; Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria; Escola de Artilharia e Engenharia e Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia.

A formação de oficiais das armas de infantaria e cavalaria se realizava nas escolas de formação situadas no Rio Grande do Sul, em duas fases: a primeira fase preliminar, teórica e prática, na Escola de Guerra de Porto Alegre; e a segunda, profissionalizante, na Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, onde, ao final do curso, o aluno era declarado aspirante a oficial.

A formação dos oficiais das armas de artilharia e engenharia era realizada nas escolas de formação situadas no Rio de Janeiro, também em duas fases. Para serem matriculados, porém, os alunos teriam que cumprir um pré-requisito, que era já ter concluído os cursos de infantaria e cavalaria das escolas anteriores, ou seja, a formação na Escola de Artilharia e Engenharia, localizada em Realengo, e a sua complementação realizada na Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia, localizada em Santa Cruz. Em 1913, as escolas voltaram a ser reunidas em apenas uma, com a denominação de Escola Militar do Realengo (**figura 4**).

Sobre a Escola Militar do Realengo, o General Aurélio de Lyra Tavares cita:

Como estabelecimento mais representativo do Ensino do Exército, ao tempo em que Olavo Bilac empolgava a juventude, na campanha cívica pelo Serviço Militar, de que ele foi o grande

apóstolo, a Escola Militar do Realengo, regida por nova organização e nova mentalidade, marcava o advento de uma nova época em que a formação dos cadetes passava a ter o objetivo fundamental de preparar oficiais para a guerra e para as missões estritamente militares, com vistas ao emprego do Exército, tanto na guerra como nos outros serviços em tempo de paz, no preparo cívico da juventude, como nas ações e empreendimentos em proveito do desenvolvimento do país e da sua destinação constitucional precípua²⁶.

Entre os alunos dessa Escola Militar que se destacaram como grandes chefes, podem ser citados Eurico Gaspar Dutra, Euclides Zenóbio da Costa, Humberto de Alencar Castello Branco, Artur da Costa e Silva, João Batista Mascarenhas de Moraes, Aurélio de Lyra Tavares, Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Batista de Oliveira Figueiredo.

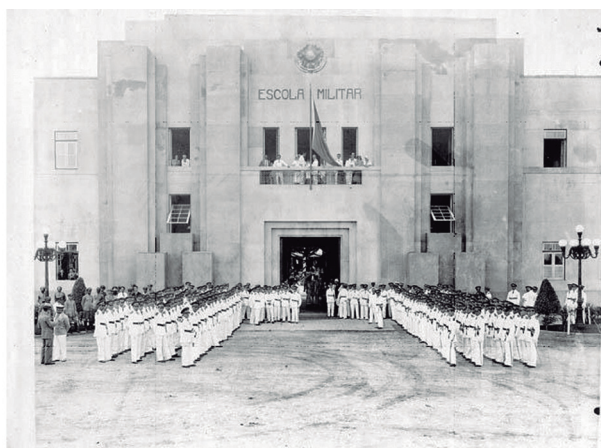


Figura 4 – Escola Militar do Realengo
Fonte: Extraída do livro *Napion: revolucionário do ensino e da indústria militar brasileira*. Autores: Fernando José Campos Guimarães e Alexandre Marques de Medeiros

A formação da oficialidade do Exército ocorreu na Escola Militar do Realengo até 1945, quando o Brasil participou da Segunda Guerra Mundial. Nessa época, foi criada a Escola Militar de Rezende (1944-1951), sob a idealização do Coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que verificou a necessidade de adequação aos novos tempos, quando o Brasil mudava a sua doutrina de guerra, antes francesa, para a norte-americana. A academia, a partir de 1951, passou a chamar-se Academia Militar das Agulhas Negras (figura 6).



Figura 5 – Escola Militar do Realengo (atual QG 9ª Bda Inf Mtz)
Fonte: Extraída do livro *Napion: revolucionário do ensino e da indústria militar brasileira*. Autores: Fernando José Campos Guimarães e Alexandre Marques de Medeiros

Novamente, devemos recorrer às palavras do General Aurélio de Lira Tavares, que disse o seguinte:

A Academia Militar das Agulhas Negras, conforme o feliz conceito do General Francisco Pondé, teve como “célula mater” a Academia Real Militar, a grande Escola do Largo de São Francisco, no Rio de Janeiro. E a sua história, destinada à mesma grande missão das Escolas Militares da Praia Vermelha e do Realengo, terá que ser escrita, como parte integrante dos nossos dias²⁷.



Figura 6 – Academia Militar das Agulhas Negras
Fonte: Extraída do livro *Napion: revolucionário do ensino e da indústria militar brasileira*. Autores: Fernando José Campos Guimarães e Alexandre Marques de Medeiros

Esse foi o caminho percorrido pela formação da oficialidade brasileira, caminho iniciado durante o período colonial brasileiro sob a direção pioneira de Napion, que teve uma participação ativa e reconhecida

no campo do ensino militar, comprovada nas fontes primárias a seguir, pertencentes ao Arquivo Histórico do Exército (figuras 7 e 8).

M.º e Ex.º S.º

Acuso a recepção do Officio que V.ª Ex.ª me dirigiu na data de 5 do corrente, e devo prevenir a V.ª Ex.ª quanto ao Curso de Algebra e Cálculo Integral, que no caso que não esteja ainda impressa a obra de Lacroix, ao momento que os alunos da aula do Regimento de Artilheria devam entrar a tratar destas matérias, poderão estudar ou pelo há aqui bastantes exemplares, que os mesmos Alunos podem comprar. Quanto porém aos objetos de que V.ª Ex.ª remette a relação que acompanhava o mesmo offcio, e que V.ª Ex.ª presume necessários para os estudos de Desenho e Fortificação, pode V.ª Ex.ª mandá-los comprar, remetendo a conta da sua importância ao official maior desta Secretaria de Estado, será por ele immediatamente embolsado da sua soma.

Deus guarde a V.ª Ex.ª. Palácio do Rio de Janeiro em 7 de Fevereiro de 1810.

Conde de Linhares

Carlos Antonio Napion

Figura 7 – Napion e o ensino
Fonte: Extraída do livro *Napion: revolucionário do ensino e da indústria militar brasileira*. Autores: Fernando José Campos Guimarães e Alexandre Marques de Medeiros

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Acuso a recepção do Officio que Vossa Excelência me dirigiu na data de 5 do corrente, e devo prevenir a Vossa Excelência quanto ao Curso de Algebra e Cálculo Integral, que no caso que não esteja ainda impressa a obra de Lacroix, ao momento que os alunos da aula do Regimento de Artilheria devam entrar a tratar destas matérias, poderão estudar ou pelo há aqui bastantes exemplares, que os mesmos alunos podem comprar. Quanto porém aos objetos de que Vossa Excelência remeto a relação que acompanhava o mesmo offcio, e que Vossa Excelência presume necessários para os estudos de Desenho e Fortificação, pode Vossa Excelência mandá-los comprar, e remetendo a conta da sua importância ao official maior desta Secretaria de Estado, será por ele imediatamente embolsado da sua soma.

Deus guarde a Vossa Excelência.

Palácio do Rio de Janeiro em 7 de fevereiro de 1810.

Conde de Linhares

Sr. Carlos Antônio Napion

M.º e Ex.º S.º

Sendo necessário mandar-se para a Sua Alteza Real do Príncipe, um official q. sirva até com a patente de Capitão de Artilheria, e q. tenha a instrução necessária para a disciplina que se requer. Le S.ª A.ª R.ª o Príncipe Regente Nosso Senhor servido ordenar, q. V.ª Ex.ª sem perda de tempo haja de propor a que julgar com as circunstâncias q. se requer.

Deus guarde a V.ª Ex.ª. Palácio do Rio de Janeiro em 17 de Maio de 1810.

Conde de Linhares

Carlos Antonio Napion

Figura 8 – Napion e o ensino
Fonte: Extraída do livro *Napion: revolucionário do ensino e da indústria militar brasileira*. Autores: Fernando José Campos Guimarães e Alexandre Marques de Medeiros

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Sendo necessário mandar-se para a Sua Alteza Real do Príncipe, um official que sirva até com a patente de Capitão de Artilheria e que tenha a instrução necessária para a disciplina que se requer. Ilustríssimo Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor servido ordenar, que Vossa Excelência sem perda de tempo haja de propor aquele que julgar com as circunstâncias que se requer.

Deus guarde a Vossa Excelência. Palácio do Rio de Janeiro em 17 de maio de 1810.

Conde de Linhares

Sr Carlos Antônio Napion

Conclusão

Napion, durante os seis anos em que esteve no Brasil, foi subordinado de três Ministros da Guerra: Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (Conde de Linhares), Dom João de Almeida Melo e Castro (Conde das Galveas) e Dom Fernando José de Portugal e Castro (Marquês de Aguiar). Ele foi o responsável direto por implementar no Brasil tudo o que fosse necessário para garantir a segurança do governo português recém-instalado no país. Para isso, atuou no campo industrial e no ensino militar, ambos muito incipientes no final do século XIX.

No que concerne à indústria, Napion reformulou inúmeras repartições que já existiam no Brasil, bem como criou outros estabelecimentos para atender a demanda da Coroa portuguesa. Esses setores possibilitaram o desenvolvimento da colônia portuguesa durante o Período Joanino.

Quanto à formação militar, merece destaque a implantação, sob a presidência de Napion, da primeira academia de formação de oficiais brasileiros, tendo esse feito representado uma grande contribuição para que a independência política brasileira se consolidasse em 1822, garantindo, assim, o final de um processo iniciado em 1808.

Nesse sentido, podemos concluir que Carlos Antônio Napion foi o pioneiro da reestruturação e da elaboração da indústria militar brasileira. Além disso, criou o “Berço da Formação da Oficialidade Brasileira” no país, época em que ocorreu sua nomeação para Presidente da Real Junta Militar da Academia Real Militar, primeira academia de formação da oficialidade brasileira, sendo considerado o precursor na implantação do ensino militar no Brasil. Importante lembrar, ainda, que Napion é considerado o primeiro comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Referências

EME. **História do Exército Brasileiro**, Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, 4. ed., Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

FONTANA, Riccardo. **O Tenente-General Napione**. Brasília: Ed. do Autor, 2006.

FROTA, Guilherme de Andréa. **Quinhentos anos de História do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2000.

GOMES, Laurentino. **1808**. Brasil. Ed. Planeta, 2007.

PILLAR, Olyntho. **Os Patronos das Forças Armadas**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1981.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. **Manuscritos da Casa do Trem**. Xerox do Brasil S.A. Reproduções Gráficas, 1972.

TAVARES, Aurélio de Lyra. **Nosso Exército, essa grande escola**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1985.

WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962.

Fontes impressas

Coleções das Leis e decisões do Império do Brasil, 1808-1831.

Coleção Ministros e patronos – pasta Carlos Antonio Napion – AHEx.

Notas

¹ FONTANA, Riccardo. **O Tenente-General Napione**. Brasília: Ed. Do Autor, 2006, p. 60.

² FONTANA, Riccardo. **O Tenente-General Napione**. Brasília: Ed. Do Autor, 2006, p. 65.

³ O Professor Germain Rigault de La Longrais, Diretor do Departamento de Ciências Físicas, afirma que Napion nasceu em Turim em 31 de outubro de 1756 e morreu no Rio de Janeiro em 27 de junho de 1814. A citação está publicada no livro: **O Tenente-General Napione**, de Riccardo Fontana, p. 25.

⁴ PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. **Manuscritos da Casa do Trem**. Xerox do Brasil S.A. Reproduções Gráficas, 1972, p. 86.

⁵ FONTANA, Riccardo. **O Tenente-General Napione**. Brasília: Ed. Do Autor, 2006, p. 61.

⁶ FONTANA, Riccardo. **O Tenente-General Napione**. Brasília: Ed. Do Autor, 2006, p. 62.

⁷ FONTANA, Riccardo. **O Tenente-General Napione**. Brasília: Ed. Do Autor, 2006, p. 62.

⁸ FONTANA, Riccardo. **O Tenente-General Napione**. Brasília: Ed. Do Autor, 2006, p. 63.

⁹ WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962, p. 220.

¹⁰ WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962, p. 220.

¹¹ Revista do Exército brasileiro. **As raízes do Exército**. vol 131 nº 4 – Out/Dez 1994. ISSN 0101-7184, p. 60.

¹² Revista do Exército brasileiro. **As raízes do Exército**. vol 131 nº 4 – Out/Dez 1994. ISSN 0101-7184, p. 60/61.

¹³ Revista do Exército brasileiro. **As raízes do Exército**. vol 131 nº 4 – Out/Dez 1994. ISSN 0101-7184, p. 61.

¹⁴ Revista do Exército brasileiro. **As raízes do Exército**. vol 131 nº 4 – Out/Dez 1994. ISSN 0101-7184, p. 61.

¹⁵ Revista do Exército brasileiro. **As raízes do Exército**. vol 131 nº 4 – Out/Dez 1994. ISSN 0101-7184, p. 62.

¹⁶ Revista do Exército brasileiro. **As raízes do Exército**. vol 131 nº 4 – Out/Dez 1994. ISSN 0101-7184, p. 62.

¹⁷ WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962, p. 219.

¹⁸ WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962, p. 219.

¹⁹ WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962, p. 219.

²⁰ WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962, p. 220.

²¹ WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962, p. 223.

²² WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962, p. 223.

²³ WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962, p. 224.

²⁴ WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962, p. 225.

²⁵ TAVARES, Aurélio de Lyra, **Nosso Exército, essa grande escola**. p. 24.

²⁶ TAVARES, Aurélio de Lyra. **Nosso Exército, essa grande escola**. Rio de Janeiro, BIBLIEx, 1985, p. 34.

²⁷ TAVARES, Aurélio de Lyra. **Nosso Exército, essa grande escola**. Rio de Janeiro, BIBLIEx, 1985, p. 40.

Hoc signo vinces: o 1º Corpo de Voluntários da Província do Piauí, o 19º Corpo de Voluntários da Pátria - 1865

*Jobny Santana de Araújo**

Introdução

A construção do voluntariado para a guerra contra o Paraguai em fins de 1864

Em fins de 1864, a possibilidade de guerra nas fronteiras meridionais do Brasil era algo indiscutível. Havia uma grande expectativa que parecia haver tomado conta do espírito das pessoas nas capitais das províncias e nas principais cidades do Império¹. Na cidade de Teresina, a notícia ferveu em todos os cantos. Uma lista de voluntariado logo foi aberta na Secretaria Militar do Palácio da Presidência. A lista era engrossada a cada dia pela assinatura de diversas pessoas com o propósito de ir lutar na guerra.

Enquanto uma parte da Guarda Nacional, desconfiada, apresentava resistência em seguir para a guerra, outra parte de guardas nacionais e voluntários diversos, provenientes dos setores mais populares da sociedade, demonstrava um forte entusiasmo patriótico.

Muitos eram oficiais reformados do Exército e oficiais da Guarda Nacional, com alguma experiência de combate, ou que possuíam em seu histórico um longo período no serviço militar. Alguns escreveram

cartas ao presidente, pedindo permissão para seguirem com qualquer tropa que fosse formada, como o Capitão reformado do Exército Antonio José Vital de Negreiros, cujo comunicado de 14 de março de 1865 fez ciente ao Presidente Franklin Dória que “[...] se oferece(ia) voluntariamente para o serviço da guerra.”²

Outros, como Benjamim José Teixeira, tomado por uma súbita decisão, escreveu uma carta ao presidente da província “[...] oferecendo-se para o serviço de guerra, não querendo receber soldos, para ajudar nas despesas da guerra.”³

Muitas dessas cartas eram do interior do Piauí. A maioria foi recusada, pois não se enquadrava nas instruções de seleção para o Exército. Alguns desses homens estavam doentes, outros em idade já muito avançada e, mesmo reformados, eram simplesmente guardas nacionais casados, que possuíam filhos e, por lei, não estavam obrigados a prestar o serviço militar.

* Professor de História da Universidade Federal do Piauí (UFPI), sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEEx).

O Tenente da Guarda Nacional do Piauí Raimundo Pereira de Carvalho, da Vila de Marvão, enviou carta ao Presidente Franklin Dória, na qual insistia sobre o seu “[...] oferecimento [...] ao serviço da guerra, mesmo possuindo filhos e esposa”⁴.

A recusa por parte do governo levou uma parte desses ex-militares a oferecerem seus filhos ou parentes em idade compatível ao que era pedida pelo governo para o serviço militar, tal como fez Antonio José Baptista Ferreira, residente na cidade de Oeiras. Apesar da recusa, foi um ato elogiado pelo então Ministro dos negócios da Guerra, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, afirmando que, “[...] os sentimentos de patriotismo que revela offerecendo para vir servir no Exército de operações contra o Paraguay quatro voluntários da Pátria, inclusive dous filhos seus [...]”⁵. Outra parte da população ofereceu mesmo dinheiro para custear a formação de um corpo de voluntários.

No início de 1865, porém, a própria afluência de voluntários surpreendeu muito ao Visconde de Camamu, fato observado no seu relatório encaminhado à Assembleia Legislativa antes de ser substituído por Ângelo Moniz da Silva Ferraz.

Lisongeia-nos, porém, a afluência que tem havido de voluntários denominados da Pátria, a fim de marcharem para as nossas fronteiras, d’onde cumpre expellir o inimigo, que invadio o nosso território.

De todas as classes da sociedade apresentam-se diariamente cidadãos pedindo a honra de alistarem-se nos corpos, que seguem para o Sul e Matto-Grosso.

Pais de família, empregados públicos, todos procurão concorrer para desafronta do paiz, sem olhar para trabalhos de viagem, e commodidades que abandonão.⁶

Segundo Camamu, já havia uma quantidade muito grande de voluntários, podia-se [...] calcular em 10.000 o número de cidadãos que têm concorrido para formar batalhões que engrossam o nosso exército em operações; e a mais se elevará esse número de voluntários [...].⁷

A partir de abril de 1865, a quantidade de voluntários na Província do Piauí havia se elevado, algo em torno de mais de 300 homens. Somente em Teresina,

havia por volta de 200 homens aguardando a formação oficial de uma força.

Desde março daquele ano, o Decreto 3.371 dos voluntários da pátria havia sido prorrogado por meio da emissão de outros dois decretos: o 3.409, de 1º de março de 1865, e o 3.428, de 1º de abril de 1865, que prorrogavam por um mês consequente ao outro os prazos de apresentação de voluntários da pátria,⁸ bem como os benefícios prescritos pelo artigo 14 do Decreto 3.371, cujo texto indicava que:

Art. 14º. Gozarão de todas as vantagens aqueles que na Corte e Província do Rio de Janeiro se apresentarem dentro do prazo de 60 dias, nas províncias mais próximas no de 3 meses, e nas mais remotas em 4, contados da data de publicação deste Decreto, nas respectivas capitais, os Guardas Nacionais aos seus Comandantes Superiores, e onde os não houver aos Comandantes de Corpos, e os outros voluntários às Autoridades que o governo designar.⁹

É muito provável que o interesse despertado por esses homens se relacionava com a série de benefícios oferecidos pelo novo decreto do governo, de nº 3.371, que sistematizou o processo de alistamento, valorizando a perspectiva do voluntariado. Com o abandono da ideia de recrutamento forçado, a estratégia adotada pelo governo imperial para isso foi a de tentar convencer a população por um discurso que tinha por base a propaganda.

Uma das estratégias dessa propaganda já pôde ser vista, e que se resume ao discurso de nacionalismo;¹⁰ a outra era exatamente a própria divulgação dos benefícios oferecidos pelo referido decreto aos que se alistassem de livre e espontânea vontade no corpo de voluntários que estava sendo formado na Província do Piauí.

A formação de um batalhão de voluntários

Franklin Américo de Meneses Dória recebeu o comunicado do decreto e respondeu ao Ministro da Justiça e Presidente do Conselho de Ministros, Senador Francisco José Furtado, sobre as providências que

estava tomando para a organização de alguns corpos de voluntários a fim de auxiliar as forças na guerra contra o Uruguai e Paraguai. Assegurou ainda que iria empregar todos os esforços para atender ao que o governo imperial desejava [...]”¹¹.

Dória acreditava que, em parte, o sentimento de repúdio ao Paraguai, muito especialmente à pessoa do Presidente Solano López, faria com que a população, na cidade de Teresina e no interior da província, aderisse à causa da guerra.

Este é, sem dúvida, o sentimento unânime do povo desta província, como é das outras: apelando, primeiro para o seu patriotismo, espero que não recusará o contingente que dele reclama o país.¹²

A ampla campanha de mobilização da sociedade para a formação de efetivos começou a se espalhar por toda a província do Piauí. No interior e em vários locais, surgiram pessoas com alguma capacidade de liderança, que se responsabilizaram por multiplicar a capacidade de discurso do governo, atuando como oradores e divulgadores das vantagens do decreto. Dessa forma ocorreu em Oeiras, Parnaíba, Paranaguá, Picos, Valença, Jaicós, Piracuruca e Campo Maior.

De muitas partes da província, como a cidade de Parnaíba, os membros da Câmara Municipal responderam à solicitação do governo provincial, acenando de forma positiva sobre a arregimentação de voluntários, detalhando inclusive sobre a providência para a remessa “[...] de dinheiro e armamento para as tropas que estão se formando e [que] serão enviadas à guerra.”¹³

Em algumas localidades e vilas da província, como a de São Gonçalo, os membros da Câmara Municipal, tais como Constantino da Costa Veloso, José Silveira, Raimundo Lopes, além de Jeremias da Costa, chegaram a pedir verba ao presidente da província para o envio de homens para a capital, a fim de que pudessem compor o corpo de voluntários que estava sendo formado.¹⁴

O mesmo aconteceu em Marvão, cujos membros da Câmara Municipal – Cândido Francisco da Costa, José Homem, Manoel Luis e Manoel Isidoro – enviaram um comunicado ao governo provincial, afirmando que a câmara “Se sente no dever de cumprir as ordens

para enviar voluntários da pátria à guerra [...]”.¹⁵ O mesmo problema comum a várias outras vilas, no entanto, evidenciava a precariedade da organização de um corpo de voluntários no Piauí para a guerra: a falta de verba para o deslocamento dos homens. Tal era a situação que os membros da câmara informaram que “[...] precisa de cinco contos de reis para as despesas de viagens.”

Eram 17 horas do dia 4 de maio de 1865, quando chegou a Teresina um contingente de 52 homens e 2 oficiais da Guarda Nacional, proveniente da Vila de Barras de Marataoan. Vieram capitaneados por um capitão da Guarda Nacional chamado Francisco Luiz Pereira de Carvalho e Silva.

Segundo o jornal *Liga e Progresso*, o Capitão Francisco “[...] foi o primeiro a inscrever-se no alistamento e o primeiro a procurar, com o poder da persuasão e do estímulo, fazer-se acompanhado de tantos cidadãos [...]”¹⁷.

Deve-se levar em consideração qual o poder de persuasão e estímulo utilizados pelo capitão. Teria sido a força do discurso lançado aos moradores da vila a partir de um homem com razoável grau e domínio das letras e da oratória, que o credenciaria como uma liderança? Tal como Leonardo Castelo Branco havia feito na época da guerra de independência ou de outros instrumentos próprios utilizados por muitos senhores em relação aos seus agregados, como as redes de clientelismos? Como o Brigadeiro Manoel de Sousa Martins igualmente fez para formar um exército independentista no centro-sul do Piauí, também por ocasião da guerra de independência?¹⁸

Ou o capitão, a fim de mostrar-se um ativo participante das causas do país, simplesmente convidasse aqueles que ele considerasse dispensáveis e em troca dos benefícios do decreto, enquanto ele mesmo teria o reconhecimento da sociedade, o que também se tornou muito comum, para muitos alistadores que viviam se autoencarregando de conseguir voluntários.

Além do capitão, algumas outras pessoas também se tornaram indicadores de “voluntários”, como Jeremias de Castro Lima, que, aparentemente sem grande representatividade na sociedade teresinense, enviou uma carta ao Presidente Dória sobre a sua ocupação

na aquisição de voluntários da pátria. Segundo a carta, ele estava fazendo “[...] os esforços necessários para enviar [voluntários] o quanto puder à guerra.”¹⁹

Outros eram tidos como personalidades importantes da sociedade piauiense e prestadores de relevantes serviços, em grande parte eram juizes de direito, como Cândido Gil Castelo Branco, e o Comandante Superior da Guarda Nacional no Piauí, Coronel Francisco Felix Correia, além de David Moreira Caldas, jornalista que nutria por Dória uma relação de grande amizade e apreço, atestada inclusive em sua correspondência ativa. Certa vez David Caldas teria enviado a Dória um couro de onça, que havia sido alvejada e morta por Theodoro de Carvalho, considerado um grande poeta, mas também caçador.²⁰

Theodoro de Carvalho, David Caldas e Franklin Dória eram amigos, poetas e exímios oradores. Os três vivenciaram de forma diferenciada o momento da guerra. Theodoro de Carvalho era oficial da Guarda Nacional e seguiu para o campo de batalha; David Caldas trabalhou como jornalista pela causa da guerra e, desde 1865, era colaborador no jornal *A Imprensa*, de propriedade de Deolindo Mendes da Silva Moura; e, por fim, Franklin Américo era o presidente da província.

É muito plausível afirmar em amizades como estas a presença de interesse que se consubstancia na apropriação do público e privado. David Caldas era redator e diretor de um periódico de apoio à administração Dória.

Quanto a fazer referência desses voluntários, também era um ato semioficial, por parte do presidente da província, nos relatórios que encaminhava à Assembleia Legislativa Provincial.²¹

No trabalho de Anísio Britto, é possível identificar uma lista de estudantes voluntários, que, segundo ele, havia sido anexada aos meios oficiais. A adesão desses voluntários à guerra estaria, então, dessa forma, “associada a toda a classe acadêmica”.

[...] Os estudantes piauienses, no Recife, compareceram ao palácio da presidência, solidarizando-se com o Governo e oferecendo seus serviços. Foram: Basílio Mendes da Rocha, Francisco da Cunha Castelo Branco, José Lustosa de Sousa, Joaquim Newton de Carvalho, Elpidio José de

Carvalho e Sousa, Justino José Batista, Simplicio Coelho de Resende Filho, Sesostres Silveiro de Moraes Sarmento, Honório da Silva Rabelo Castro, Fontenele César Burlamaque, Ricardo José Teixeira, Agésilau Pereira da Silva.²²

A formação desse 1º corpo foi tão heterogênea que o seu comandante não era militar de carreira. Apesar de oficial da Guarda Nacional, José Fernandes Moraes Junior exercia a atividade de administrador do *Correio da Província*. Nomeações como essa acarretaram uma série de dificuldades durante a campanha.²³

Um grupo bastante significativo de oficiais provenientes da Escola Militar nunca viu com bons olhos os oficiais da Guarda Nacional, quer fossem fazendeiros, professores, comerciantes ou funcionários públicos, como o caso de José Fernandes, que era administrador do *Correio*, no comando de um batalhão ou qualquer outra composição orgânica do Exército de campanha. E essa foi uma das questões que mais suscitaram discussões e desconfianças por parte dos militares de carreira do Exército.

O Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, então Marquês de Caxias, via com bastante desconfiança a presença desses oficiais da Guarda Nacional, a ponto de narrar os problemas relativos a eles em uma carta enviada ao Ministro da Guerra, afirmando que,

Tem entendido alguns presidentes de província que se acham autorizados para nomear oficiais ou promoverem a postos superiores indivíduos que, pertencendo à Guarda Nacional das respectivas províncias, para aqui vierão como designados para auxiliar o Exército, e, portanto, ficarão desde logo sujeitos às leis e foro militares.²⁴

A preocupação de Caxias se fundamentava em uma questão extremamente profissional, tanto que alertava sobre a possibilidade de entregar o comando de suas tropas a oficiais superiores que considerava sensivelmente despreparados para a missão a que se propunham.

Ricardo Salles identificou que Caxias acreditava na capacidade do Exército se renovar a partir do “[...] ingresso de setores médios nas fileiras, ou ainda a formação de uma camada ampla de oficiais e suboficiais decorrentes da expansão dos quadros do Exército

[...]”²⁵. Ainda, segundo Salles, para Caxias esses “[...] elementos seriam a base de uma reformulação no quadro de oficiais do Exército. Assim, tal renovação de quadros corresponderia a livrar o exército da incompetência das velhas elites [...]”.²⁶

Essas elites, como veremos mais tarde, criariam um dos piores empecilhos à convocação de guardas nacionais para a guerra, notadamente por comporem a base social de seu círculo de mando regional. A remoção dessa base das zonas de dominação da elite representava um enfraquecimento do seu poder local.

Havia um grupo de oficiais no qual Caxias apostava a possibilidade de renovação que traria ao Exército. Seriam aqueles que fossem Voluntários da Pátria. Assim

[...] Caxias recomendava que se permitisse que os Voluntários da Pátria que já tivessem servido dois anos pudessem ser transferidos para o exército de linha. Via nessa medida uma forma de melhorar a base social do exército.²⁷

A presença desses oficiais, como ficou demonstrada em uma de suas cartas ao Ministro dos Negócios da Guerra, Lima e Silva acreditava que, se o Exército regular pudesse incorporar oficiais dos corpos de Voluntários da Pátria, levando em consideração critérios como o de bravura, o que justificaria o merecimento, as promoções por mérito trariam uma renovação às fileiras do Exército, e não só de oficiais, mas também praças dos corpos de voluntários que se destacassem no teatro de operações.²⁸ Segundo Lima e Silva,

É de urgente e palpitante necessidade adiantar em postos muitos oficiais distintos e ainda moços, que aqui vejo, arriscando diariamente suas vidas e tornando-se cada vez mais comendáveis por suas qualidades [...] aqui se acham moços distintos por suas famílias e posição, os quais, tendo tudo abandonado, para aqui marcharam, acudindo ao reclamo da Pátria [...].

Havia, porém, uma série de problemas relacionado à nomeação de oficiais, que precisavam ser contornados em nível local. Tais problemas eram de conhecimento do governo imperial, tanto que, em março de 1865, a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, por meio do ajudante general, Major General Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, enviou um comunicado aos presidentes de província dando instruções

sobre os procedimentos de escolha dos oficiais de 1ª linha. Para o Piauí, ele informou que:

A nomeação de indivíduos que acabão de se alistar nos Corpos de Voluntários da Pátria a Alferes de Comissão para esses corpos reconheço que é uma necessidade pela grande falta que tem o Governo Imperial de officiaes para a organização dos mesmos corpos. [...].³⁰

Com grande experiência de administração militar, Polidoro indicou que,

[...] na qualidade do cargo que ocupo, pondero a V. Excia. que a preferência somente de taes indivíduos para o posto de Alferes, ainda mesmo de comissão poderá talvez desgostar e desanimar os inferiores e cadetes de infantaria e artilharia que, tendo concluído os seus respectivos prazos, continuarão a servir sem as vantagens dos referidos voluntários, e aspirando somente os postos hoje ocupados pelos mesmos voluntários.³¹

E por fim Polidoro propôs que

Com fim de prevenir esse inconveniente que poderá ser grave que conviria escolher-se entre os inferiores e cadetes de infantaria mais antigos e os de Artilharia com curso de infantaria, alguns para occuparem os postos de Alferes de comissão.³²

O general acreditava que essa medida era “justa e de vantagem para disciplina dos mesmos Corpos de Voluntários”, pois, dessa forma, as unidades novas poderiam obter oficiais habilitados e com experiência do serviço para os corpos de exército.

A disposição do batalhão e o embarque para a Guerra no Paraguai

Apesar das dificuldades com a inserção desses homens no exército, esse 1º Corpo de Voluntários da Província do Piauí teve a seguinte composição de comando: um estado-maior, composto pelo comandante, Major da Guarda Nacional João Fernandes de Moraes Junior, que tinha como seu ajudante de ordens

o Alferes da Guarda Nacional Teodoro de Carvalho e Silva Castelo Branco; secretário do batalhão, o Alferes da Guarda Nacional Manoel da Costa Pereira; e quartel-mestre, o Sargento da Guarda Nacional Pedro José de Moura Leal.

A tropa inteira estava dividida em quatro companhias, cada uma com o seu próprio estado-maior. A primeira companhia tinha como principais oficiais: o Capitão da Guarda Nacional Francisco Luiz Pereira de Carvalho; o Tenente da Guarda Nacional José da Silva Rocha; e o Alferes da Guarda Nacional Francisco Pereira de Moraes. A segunda companhia contava com o comando do Capitão Alencarliense Álvares Lima e o Alferes Manoel do Nascimento Ribeiro Soares, ambos da Guarda Nacional. A terceira companhia tinha o comando do Capitão da Guarda Nacional Francisco Alves do Nascimento e o Alferes Eduardo Antonio Martins. E, finalmente, a quarta companhia estava sob o comando do Capitão Tomas Álvares Moreira e do Tenente Vicente Matias Bernardes, ambos da Guarda Nacional.³³

Dória, que já havia recebido, como muitos presidentes de província, uma determinação proveniente do Ministério da Justiça sobre a mobilização da Guarda Nacional, ainda se encontrava em meio à organização do 1º Corpo de Voluntários, quando mandou comunicar ao Ministro da Justiça justamente sobre os andamentos da preparação dessa tropa, informando inclusive que a unidade já contava com um comandante.

Tendo a honra e passar às mãos de Vossa Excelência, como me cumpre, as inclusas copias das portarias pelas quais dei organização ao 1º Corpo de Voluntários da Pátria desta província e nomeei para o mesmo os respectivos oficiais, cumprindo declarar a Vossa Excelência que esse Corpo terá de seguir destino a essa Corte até o dia 18 do corrente mês, sob o comando do Major João Fernandes de Moraes Junior.³⁴

Ao que parece, no entanto, José Fernandes não havia se oferecido voluntariamente, mas aceito a um convite feito por Dória, pois ele expôs em um ofício pelo menos uma de suas preocupações a respeito de suas novas atividades. Sendo ele um funcionário público que retornava de sua licença, Fernandes afirmou que:

Tendo aceito com muita satisfação a Comissão que V. Excia. se dignou confiar-me do Comando do 1º Corpo de Voluntários da Pátria, que tem de seguir, amanhã, para o teatro da guerra em que o Governo Imperial se acha empenhado com a Republica do Paraguai, peço a V. Excia. que se sirva comunicar ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Comercio e Obras Publicas, a quem sou sujeito como Administrador do Correio desta Província, a fim de que o mesmo Exmo. Sr. fique ciente de que por me achar incumbido dessa comissão, deixei de entrar no exercício do meu cargo depois de finda a licença em cujo gozo me achava.³⁵

Em 15 de maio, ocorreu uma missa solene de benção da bandeira do 1º Corpo de Voluntários. Em volta do batalhão e do povo, Franklin Dória discursou de forma retórica e, aproveitando-se desse recurso, procurou ao máximo tirar proveito da ampla comoção popular para dirigir o seu apelo a fim de manter o moral e o sentimento de repúdio contra a invasão do território brasileiro. Afinal, aquela imensa reunião de pessoas era justificada pela situação de guerra vigente.

Suas palavras dirigidas à tropa que ia embarcar nos próximos dias tinham a pretensão de criar um sentido monolítico, firme como uma rocha e de resoluta certeza na vitória que iriam buscar. O principal ícone de seu discurso era justamente o sentido que a bandeira trazia na convicção da unidade nacional e do amparo que ela trazia àqueles que a mantivessem sob sua guarda.

As bênçãos da Igreja acabam de santificar esta bandeira, que em boa hora vos é destinada. Sinto-me possuído do mais ardente júbilo, cabendo-me a fortuna de confiá-la à vossa guarda. Contemplai-a, porém, um momento, e refleti em sua sublime significação, bem como os deveres que ela vos liga. Este é o símbolo da nossa nacionalidade e da nossa união [...]³⁶

Em um apelo direto incitou os soldados a defendê-la, se possível com a própria vida.

Compreendeis, portanto, o valor deste penhor que tenho de entregar-vos. Além do culto do patriotismo, comum a todos os brasileiros, esta bandeira reclama de vós, como soldados, uma veneração especial. Sois responsáveis por ela perante o Deus dos exércitos e perante a Nação inteira. Afiança-me vossa natural bravura que a defende-reis na mais dura das refregas, e que o inimigo não

logrará arrancá-la de vossas mãos, senão depois de vos ter arrancado a vida.³⁷

E entregando a bandeira ao alferes do batalhão concluiu:

Recebei-a, beneméritos guerreiros! Na Republica do Paraguai, para onde marchareis em breve, na hora terrível do combate tornar-vos-eis duplicadamente forte em face desta bandeira. Através do fumo da peleja e do sibilo das balas, ela erguida no meio de vós, será como a imagem saudosa da Pátria [...]. Parece que nela também se divisa esmaltando a cruz que a adorna, a milagrosa legenda, *Hoc signo vinces*. É certo. À sombra deste estandarte sempre vencereis [...].³⁸

As palavras de Dória sacramentam, na verdade, uma tentativa de criar um elo em torno da campanha, que partisse do seu exemplo e, de forma habilidosa, toma como cerne de seu discurso algo que para os militares era central: a manutenção do estandarte durante uma batalha. A captura do estandarte de um batalhão ou de um regimento pelo inimigo era visto como uma desonra geral e humilhante. Assim, ao lembrar o seu significado na batalha, lembrava também ao povo o significado do pavilhão para o país, e, por consequência qual o dever de todos naqueles dias de crise nacional.

No início de maio de 1865, o 1º Corpo de Voluntários da Província do Piauí estava constituído e pronto para a viagem. No dia 19 de maio de 1865, pela manhã, ocorreu a cerimônia de embarque do 1º Corpo de Voluntários da Pátria da Província do Piauí, com um efetivo de 286 soldados e 16 oficiais, aos quais se juntariam, em Parnaíba, mais 51 soldados, elevando o contingente ao número de 353 homens. O embarque da tropa em Teresina foi fato amplamente divulgado pelo jornal *Liga e Progresso*.

[...] pelas 10 horas da manhã, teve lugar o embarque do 1º Corpo de Voluntários da Pátria, organizado nesta Província a esforços do Exmo. Dr. Franklin Dória, e que tem de ir engrossar as fileiras de nossos bravos no sul do Império, o corpo marchou com 236 homens, sob comando do Sr. Major João Fernandes de Moraes Junior, e ficará com um estado ofensivo superior a 320 praças, reunindo-se-lhes os Voluntários existentes em Parnaíba.³⁹

Nessa mesma edição, um amplo discurso de patriotismo foi perpetrado pelo jornal *Liga e Progresso*, inicialmente para elogiar o embarque da tropa, pois, segundo o seu editor, foi algo que “[...] não deve passar despercebido dado o [...] entusiasmo que reinou na ocasião do embarque dos mesmos voluntários.”⁴⁰

Segundo o jornal,

Dir-se-ia que toda a população desta cidade ambicionava ser testemunha desse ato, em que o júbilo de uns e as lágrimas de outros formavam um contraste inexplicável e profundo aos olhos do observador atento.⁴¹

De acordo ainda com o periódico *Liga e Progresso*,

S. Excia., colocando-se à frente dos briosos defensores da Pátria, acompanhado do comandante Superior e Oficiais, dirigiu-lhes a sua palavra eloquente, recitando um brilhante discurso e concluindo com vivas a Religião Católica, a S. M. o Imperador, à nação brasileira e ao 1º Corpo de Voluntários da Pátria⁴².

O jornal *Liga e Progresso* ainda fez referência a outros discursos que foram proferidos naquela manhã, destacando sempre a eloquência do Alferes Teodoro de Carvalho e Silva Castelo Branco, que era tido como um grande poeta cognominado de “poeta caçador”.

A viagem da tropa para Parnaíba foi realizada a bordo do vapor *Uruçuí*, que rebocou ainda duas balsas em razão da elevada quantidade dos efetivos do batalhão. A tropa, ao desembarcar em Parnaíba, teve incorporados mais 51 homens, o que foi prontamente informado por Dória ao Ministério da Justiça, fazendo ciente ao governo imperial que, por portaria, havia dado a

[...] organização ao 1º Corpo de Voluntários da Pátria desta Província e nomeei para o mesmo os respectivos oficiais, cumprindo declarar a Vossa Excelência que esse Corpo terá de seguir a essa Corte até o dia 18 do corrente mês, sob o comando do Major João Fernandes Moraes Junior.

Alguns meses antes, quando o Corpo de Guarnição também havia seguido viagem, essa tropa de 1ª Linha do Exército havia passado por uma série

de problemas por conta das despesas com o deslocamento. Franklin Dória preveniu-se quanto ao Corpo de Voluntários e adquiriu um empréstimo, em 17 de maio daquele ano, junto à Administração da Fazenda Provincial, no valor de 10 contos de réis, uma vez que o Corpo teria que se deslocar até São Luís do Maranhão.

Como era de se prever, a viagem do vapor *Uruçuí*, que saiu de Teresina no dia 19 de maio, foi tão atribulada que somente chegou a Parnaíba no dia 27 daquele mês e, somente dois dias depois, a tropa viajou para São Luís em outro vapor, o *Gurupi*. Daí em diante, seria a longa viagem ao Sul, para a Corte e, de lá, para o Prata e para a guerra.

Considerações finais

Como nas demais províncias do Império, o Piauí havia dado início a uma série de providências para a constituição de forças destinadas à guerra. Nesse

contexto, Franklin Américo de Meneses Dória atuou como um gestor competente e dedicado, preocupado em demonstrar ao governo imperial que a província teria a capacidade de atender à solicitação emergencial que se fazia presente.

Aparentemente, a primeira fase do conflito revelou um forte acolhimento popular, fruto da indignação causada pela invasão do Paraguai ao território brasileiro. Em grande medida, a habilidade em capitanear o discurso deu subsídios suficientes para a formação de um primeiro corpo de voluntários. A guerra parecia uma grande aventura, que seria rápida e decisiva, e ajudaria no fortalecimento do nacionalismo.

O futuro, contudo, revelaria uma outra nuance, que exigiria um esforço maior do Exército Brasileiro nos campos de batalha do Paraguai, uma vez que o conflito se estendeu por longos cinco anos. Nos meses seguintes, o Piauí enviou mais dois batalhões completos. Ao longo tempo, a província continuaria enviando homens para cobrir as baixas na *front*.

Referências

ARAÚJO, Johny Santana de; BUENO, Eva Paulino; SILVA, Rodrigo Caetano da [Orgs]. **150 anos depois: reflexões sobre a Guerra do Paraguai**. La Guerra Grande. La Guerra de la Triple Alianza. Teresina: EdUFPI/Cancioneiro, 2020.

ARAÚJO, Johny Santana de. Que “10.000 Homens Marcha[rão] na direção ao Piauí”: Leonardo Castelo Branco e João Candido de Deus e Silva na formação da Expedição do Ceará em Auxílio do Piauí e Maranhão 1822-1823. *In*: Elizabeth Sousa Abrantes; Pedro Vilarinho Castelo Branco; Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus (org.). **A Independência do Brasil nas Províncias do Maranhão e Piauí**. 1. ed. São Luís: Editora UEMA, 2023.

ARAÚJO, Johny Santana de. O Exército patriota do Ceará e Piauí na Guerra de Independência no Maranhão 1823. *In*: Eduardo França Paiva; Josenildo de Jesus Pereira; Rodrigo Caetano Silva; Samir Lola Roland (orgs.). **Reescrevendo histórias do Brasil – conexões e dinâmicas internas no Centro-Norte (séculos XVIII e XIX)**. 1. ed. Belo Horizonte: Caravana, 2023.

BARATTA, María Victoria. **La Guerra del Paraguay y la construcción de la identidad nacional**. Buenos Aires: Editorial SB, 2019.

CALMON, Pedro. **Franklin Dória**: Barão de Loreto. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1982.

CHAVES, Joaquim. **Obra Completa**. Teresina: FCMC, 1998.

DORATIOTO, Francisco. História e Ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos** [Online]. Colóquios, postado *online* em 13 jan 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/49012>. Acesso em: 9 mar 2024.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, v. 2, t. V, p. 1.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]”. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos** [En ligne], Colloques, mis en ligne le 27 mars 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/55579>. Acesso em: 9 mar 2024.

MELLO, Anísio de Britto. **Contribuição do Piauí à Guerra do Paraguai**. Teresina: Ed. Comepi, 1931.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Vol. 4. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

SALLES, Ricardo. **Escravidão e Cidadania na Guerra do Paraguai**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SQUINELO, Ana Paula (org.). **150 anos após – A Guerra do Paraguai**: entre olhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2016.

TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. 150 anos de uma historiografia em conflito (1870-2020). **Semina – Revista dos Pós-graduandos em História da UPF**, 19(2), 2020.

WHIGHAM, Thomas. **The Paraguayan War**: causes and early conduct. 2nd edition. Calgary: University of Calgary Press, 2018.

Fontes

BRASIL. Ministério dos Negócios da Guerra, 1ª Directoria Geral. Correspondência do Ministro de Estado dos Negócios da Guerra / Presidente da Província do Piauí, Ofício nº 20, Rio de Janeiro, 20/12/1865. Codice Piauí, p. 7. AHEX, Rio de Janeiro.

BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1864, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865.

BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1865, Tomo XXVIII, parte II, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1865. Decreto-Lei nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865.

CARTA de David Moreira Caldas a Franklin Américo de Menezes Dória. Barras, Piauí, 02/02/1865. Lata 171, Livro 01 – Cartas Diversas – 1852-1867, p. 78. Coleção Barão do Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.

DECRETOS de 1º de março e 1º de abril de 1865, prorrogando o prazo de apresentação de voluntários da pátria. Lata 372, pasta 18. Coleção Senador Nabuco. IHGB. Rio de Janeiro.

GUERRA DO PARAGUAI. Documentos, Livro III, Seção de Códices, 1865, APEPI, Teresina.

GUERRA DO PARAGUAI. Documentos, Livro I, Seção de Códices, 1865, APEPI, Teresina.

GUERRA DO PARAGUAI. Documentos, Diversos Volumes. Correspondência do Administrador do Correio da Província/Presidente da Província, 1865. Códices, APEPI, Teresina.

LIGA E PROGRESSO. Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina.

MINISTÉRIO dos Negócios da Guerra. Cartas, Reservados e Confidenciais Referentes à Campanha do Paraguai 1867-1869, livro 4, código 924 AN. Rio de Janeiro

MINISTÉRIO dos Negócios da Guerra. Correspondência sobre a Guerra do Paraguai, Relações nominais de oficiais e soldados que tomaram parte da mesma, vol. 12, código 547. AN. Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO dos Negócios da Guerra. Instrução ao presidente da Província do Piauí, Instrução nº 728 de 07/03/1865, 2ª Directoria Geral, 1ª Seção. SG/IG 218, AN, Rio de Janeiro.

OFÍCIOS trocados entre os Presidentes de Províncias e os Ministros das Pastas da Guerra e da Justiça e vice-versa. Ofício nº 222, Província do Piauí, Palácio da Presidência, 16.05.1865; Coleção de Manuscritos do Arquivo Nacional.

PIAUÍ. Ofícios do Presidente de Província do Piauí/ Ministro da Pasta dos Negócios da Justiça (1865). Seção de Avulsos, AN, Rio de Janeiro, Ofício nº 222. Palácio da Presidência do Piauí, 16 de maio de 1865.

PIAUÍ. Relatório do Presidente da Província, Franklin Américo de Meneses Dória à Assembleia Legislativa Provincial. 12/07. [caixa 2 – envelope 29 Duplicada]

Notas

¹ Há uma extensa bibliografia que trata sobre os impactos da divulgação da guerra. Mais recentemente em nível macro, existem trabalhos que abordam o conflito a partir de uma nova história militar. Em nível nacional, ver: DORATTOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Trabalhos produzidos no exterior: Baratta, María Victoria. **La Guerra del Paraguay y la construcción de la identidad nacional**. Buenos Aires: Editorial SB, 2019; Whigham, Thomas. **The Paraguayan War**: causes and early conduct, 2nd edition. Calgary: University of Calgary Press, 2018. E coletâneas: ARAÚJO, Johnny Santana de; BUENO, Eva Paulino; SILVA, Rodrigo Caetano da [Orgs]. **150 anos depois**: reflexões sobre a Guerra do Paraguai. La Guerra Grande. La Guerra de la Triple Alianza. Teresina: EdUFPI/Cancioneiro, 2020; SQUINELO, Ana Paula (orgs). **150 anos após** – A Guerra do Paraguai: entre olhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2016. Para um panorama mais abrangente sobre a Historiografia do conflito, ver os artigos de: DORATTOTO, Francisco. “História e Ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai”, **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos** [Online], Colóquios, postado online em 13 de janeiro de 2009, consultado em 9 de março de 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/49012>; MAESTRI, Mário. “A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]”, **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos** [En ligne], Colloques, mis en ligne le 27 mars 2009, consulté le 9 mars 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/55579>; TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. 150 anos de uma historiografia em conflito (1870-2020). **Semina** – Revista dos Pós-graduandos em História da UPF, 19(2), 2020;

² Guerra do Paraguai, Documentos, Livro III, 14/03/1865, p. 21. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

³ Guerra do Paraguai, Documentos, Livro III, 12/03/1865, p. 19. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

³ Guerra do Paraguai, Documentos, Livro III, 10/03/1865, p. 16. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

⁵ BRASIL. Ministério dos Negócios da Guerra, 1ª Directoria Geral. Correspondência do Ministro de Estado dos Negócios da Guerra / Presidente da Província do Piauí, Ofício nº 20, Rio de Janeiro, 20/12/1865. Codice Piauí, p. 7. AHEX, Rio de Janeiro.

⁶ BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. **Relatório**, 1864, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865, p. 10.

⁷ Ibid.

⁸ DECRETOS de 1º de março e 1º de abril de 1865, prorrogando o prazo de apresentação de voluntários da pátria. Lata 372, pasta 18. Coleção Senador Nabuco. IHGB. Rio de Janeiro.

⁹ BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1865, Tomo XXVIII, parte II, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1865. Decreto Lei nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, p. 3.

¹⁰ Eric Hobsbawm em seu livro *Nações e Nacionalismos*, indica-nos que uma das condições necessárias ao reconhecimento de um Estado-nação era exatamente a capacidade de fazer a guerra, ver: HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 49-50.

¹¹ DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército v. 2, t V, p. 1.

¹² Ibid.

- ¹³ Guerra do Paraguai, Documentos, Livro I, 17/03/1865, p. 14. Seção de Códices, APEPI, Teresina.
- ¹⁴ Guerra do Paraguai, Documentos, Livro I, 08/05/1865, p. 60. Seção de Códices, APEPI, Teresina.
- ¹⁵ Guerra do Paraguai, Documentos, Livro I, 15/05/1865, p. 63. Seção de Códices, APEPI, Teresina.
- ¹⁶ *Ibid.*
- ¹⁷ Liga e Progresso, p. n/p, número 15/05/1865, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina.
- ¹⁸ Durante a campanha militar de expulsão dos portugueses no norte do Brasil, durante a formação do exército independentista no Piauí, o Alferes Leonado Castelo Branco fez uso de sua habilidade argumentativa e de extensa oratória, para convencer as populações das vilas do Norte do Piauí para aderirem à causa da independência e engrossar o exército que estava se formando. Um movimento de convencimento também aconteceu no sul da província, mas por um processo ligado às redes de solidariedade familiar, sendo desencadeado pelo núcleo da família Sousa Martins. Ver: ARAÚJO, Johny Santana de. Que “10.000 Homens Marcha[rão] na direção ao Piauí”: Leonardo Castelo Branco e João Candido de Deus e Silva na formação da Expedição do Ceará em Auxílio do Piauí e Maranhão 1822-1823. In: Elizabeth Sousa Abrantes; Pedro Vilarinho Castelo Branco; Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus. (Org.). A Independência do Brasil nas Províncias do Maranhão e Piauí. 1. ed. São Luis: Editora UEMA, 2023; ARAÚJO, Johny Santana de. O Exército patriota do Ceará e Piauí na Guerra de Independência no Maranhão 1823. In: Eduardo França Paiva; Josenildo de Jesus Pereira; Rodrigo Caetano Silva; Samir Lola Roland (orgs.). Reescrevendo histórias do Brasil – conexões e dinâmicas internas no Centro-Norte (séculos XVIII e XIX). 1. ed. Belo Horizonte: Caravana, 2023.
- ¹⁹ Guerra do Paraguai – Documentos – Livro I, 29/03/1865, p. 38. Seção de Códices, APEPI, Teresina.
- ²⁰ CARTA de David Moreira Caldas a Franklin Américo de Menezes Dória, Barras, Piauí, 02/02/1865. Lata 171, Livro 01, Cartas Diversas, 1852-1867, p. 78. Coleção Barão do Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.
- ²¹ Ver: PIAUÍ, Relatório do Presidente da Província, Franklin Américo de Meneses Dória à Assembleia Legislativa Provincial. 12/07. [caixa 2, envelope 29, Duplicada].
- ²² MELLO, Anísio de Brito. **Contribuição do Piauí à guerra do Paraguai**. Teresina: Ed. Comepi, 1931, p. 11.
- ²³ Sobre as dificuldades em organizar o comando do primeiro batalhão, ver: NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**, volume 4. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.
- ²⁴ MINISTÉRIO dos Negócios da Guerra. Correspondência sobre a guerra do Paraguai. Relações nominais de oficiais e soldados que tomaram parte da mesma, vol. 12, código 547. AN. Rio de Janeiro.
- ²⁵ SALLES, Ricardo. **Escravidão e Cidadania na Guerra do Paraguai**. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 109.
- ²⁶ *Ibid.*
- ²⁷ *Ibid.*
- ²⁸ MINISTÉRIO dos Negócios da Guerra. Cartas, Reservados e Confidenciais Referentes à Campanha do Paraguai 1867-1869, livro 4, código 924 AN. Rio de Janeiro
- ²⁹ MINISTÉRIO dos Negócios da Guerra. Cartas, Reservados e Confidenciais Referentes à Campanha do Paraguai 1867-1869, livro 4, código 924 AN. Rio de Janeiro (Carta confidencial ao ministro dos Negócios da Guerra, 02/09/1868).
- ³⁰ MINISTÉRIO dos Negócios da Guerra. Instrução ao presidente da Província do Piauí, Instrução nº 728 de 07/03/1865, 2ª Diretoria Geral, 1ª Seção. SG/IG 218, AN, Rio de Janeiro.
- ³¹ *Ibid.*
- ³² *Ibid.*
- ³³ CHAVES, Joaquim. **Obra Completa**. Teresina: FCMC, 1998, p. 17.

³⁴ OFÍCIOS trocados entre os Presidentes de Províncias e os Ministros das Pastas da Guerra e da Justiça e vice-versa. Ofício nº 222, Província do Piauí, Palácio da Presidência, 16.05.1865. Coleção de Manuscritos do Arquivo Nacional.

³⁵ Guerra do Paraguai, Documentos, diversos volumes. Correspondência do Administrador do Correio da Província/Presidente da Província, 17/05/1865. Códices, APEPI, Teresina.

³⁶ CALMON, Pedro. **Franklin Doria**: Barão de Loreto, Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1982, p. 64.

³⁷ Ibid.

³⁸ Ibid. A expressão *Hoc signo vinces* vem do latim. Foi proferida pelo conselheiro do Imperador Constantino antes da Batalha da Ponte Milvio, quando um meteorito caiu próximo de onde estavam as forças de Constantino. O rastro deixado no céu formou uma imagem que, segundo o seu conselheiro, era um sinal enviado por Deus de que ele venceria e que deveria reconhecer o cristianismo como religião oficial do Estado romano depois da sua vitória. A adoção dessa passagem no discurso de Dória ao entregar a bandeira ao batalhão levou-nos a supor que sua intenção era fazer os soldados e a população da cidade crerem de que guerra contra o Paraguai era uma cruzada abençoada por Deus, e que a bandeira os lembraria, quando tremulando no campo de batalha, de que a sua imagem era uma sinal de que venceriam.

³⁹ Liga e Progresso, p. n/p, número 24/05/1865, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ Ibid.

⁴² Ibid.

⁴³ PIAUÍ. Ofícios do Presidente de Província do Piauí/ Ministro da Pasta dos Negócios da Justiça (1865). Seção de Avulsos, AN, Rio de Janeiro, Ofício nº 222. Palácio da Presidência do Piauí, 16 de maio de 1865.

Primeira Batalha de São Salvador: 400 anos do início das invasões holandesas no Brasil

Cláudio Ricardo Hehl Forjaz*

Introdução

Este ano, mais precisamente no dia 8 de maio, rememora-se o início das invasões holandesas ao Brasil, com o ataque e conquista de Salvador, então capital da colônia luso-americana, ocorridos quatro séculos atrás.

Também conhecida como *Guerra do Brasil* ou *Guerra do Açúcar*, esse conflito marcaria profundamente nossa nação, em especial pelo despertar do sentimento nativista, além de consolidar a presença portuguesa em terras brasileiras e, a partir daí, fortaleceria o prosseguimento da sua expansão, sem grandes empecilhos, até a atual consolidação de nossas terras, fronteiras e cultura.

Esse evento bélico foi consequência indireta do conflito entre a Coroa Ibérica e a República das Províncias Unidas (nascido dos Países Baixos), a chamada *Guerra dos Oitenta Anos*, iniciada em 1568, entre neerlandeses e a Dinastia dos Habsburgos. E essa guerra de independência batava, por sua vez, teria desdobramentos importantes, como a Guerra Luso-Holandesa, de 1595 a 1663. No final, os Países Baixos emergiriam dela como uma grande potência militar e

comercial, e Portugal praticamente reduziria seu império ao Atlântico.

As invasões holandesas ao nosso torrão ocorreriam entre 1624 e 1654, divididas em quatro fases: a invasão da Bahia (1624-1625), a conquista do Nordeste (1630-1636), o Período Nassoviano (1637-1644) e a Insurreição Pernambucana (1645-1654).

Marcado por derrotas e vitórias, esse episódio forjaria a identidade da nossa nação para sempre. Principal palco de uma longa campanha afro-americana, o Brasil viveria o período mais sombrio de sua história, envolto por décadas em um caldeirão de importantíssimos episódios políticos, econômicos, sociais e, sobretudo, militares. Por fim, emergiria como a principal colônia lusitana, com um sentimento nativista que a levaria ao coração da América do Sul e lançaria as bases para a mais bem sucedida civilização dos trópicos.

Não faltarão oportunidades para detalharmos os episódios mais significativos desse período nas próximas publicações. Entretanto o primeiro deles, o que marca o início da guerra, esse, sim, merece ser escrito agora. Então vamos aos fatos...

* Cel Eng R/1 (AMAN/1986, EsAO/1993, ECEME/2002). Formado em Engenharia Biomédica (2022), Engenharia de Produção (Unisantana/2017) e Civil (UNISP/2018). É autor dos livros *Espada de Caxias – Ensinando a Arte da Guerra* (2004), *Água – Substância da Vida* (2007) e *Duarte Coelho – O Primeiro Empreendedor no Brasil* (no prelo), além de mais de 20 artigos publicados em revistas nacionais e estrangeiras. Atualmente, é pesquisador do CEPHiMex.

O mundo no início do século XVII

Para melhor compreender a Guerra do Brasil, é indispensável nos transportarmos para o período da União Ibérica (1580-1640), quando Portugal era governado por Felipe IV, também rei castelhano. Afora o conflito de interesses, a personalidade dos dirigentes, as intrigas políticas e o jogo diplomático comuns ao cenário mundial e que servem de pano de fundo de hostilidades, a Espanha era a maior potência europeia, mas em decadência.

Depois de um desgastante conflito com as Províncias Unidas, a Espanha havia conseguido, em 1609, uma trégua de 12 anos. Essa paz foi, ao mesmo tempo, providencial para os batavos e desastrosa para os ibéricos. Como o documento de trégua era pouco específico com relação às ações fora da Europa, os batavos aproveitaram para expandir seus domínios sobre seus antigos aliados portugueses, com pirataria no Atlântico e conquistas no Índico.

A Companhia das Índias Ocidentais (*West Indische Compagnie*)

Prosseguindo na trilha do bem sucedido ataque às feitorias lusitanas na Ásia, protagonizada pela Companhia das Índias Orientais (OIC), alguns comerciantes neerlandeses passaram a vislumbrar a hipótese de repetir os feitos agora nas Índias Ocidentais. Aproveitando que os seus interesses se voltavam para a centralização de investimentos no Atlântico, esses empresários fundaram a Companhia das Índias Ocidentais (WIC), em 1621.

Com o fim da trégua dos 12 anos, em 1621, os neerlandeses voltaram a estar em guerra de libertação contra os hispânicos. Assim, ações que redundassem em prejuízo para os ibéricos seriam bem-vindas nas Províncias Unidas. Uma ofensiva contra esse império

possibilitava a eles a abertura de novas frentes de combate em que aliarium a economia à política.

O aval do governo da citada república veio com a concessão à WIC do monopólio de comércio por 24 anos para explorar qualquer costa do Atlântico. Negócios como a navegação comercial e a de curso, o tráfico de escravos e as atividades comerciais já em curso, como com o açúcar, estavam autorizadas. Também poderiam ser colonizadas áreas na América e na África, guarnecendo fortificações, nomeando funcionários e até cunhando moedas.

Nesse ambiente de hostilidade aos ibéricos e de uma série de episódios, os batavos passaram a corroborar com a ideia de debilidade da colônia luso-americana e se reuniram os conselheiros, a fim de traçar o novo rumo de suas atividades. O grupo que desejava arremeter contra o Novo Mundo justificou seus argumentos no famoso escrito "*Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a Terra do Brasil*", de Jan Moerbeek, editado em 1623¹.

O planejamento frísio concluiu que, se uma esquadra poderosa assaltasse as colônias, certamente as conquistaria. Uma vez ocupadas e fortificadas, impossibilitariam qualquer reconquista por parte dos moradores locais, uma vez que esses não dispunham de meios próprios para tal empreitada.

Foi levantado que o custo da ocupação seria baixo. Necessitariam, sim, de vultosos recursos, mas somente para o aprestamento da armada e da tropa invasora. Uma vez aferrados ao terreno, os usurpadores usufruiriam do solo conquistado para plantação, criação e comércio. Os saques e a venda de embarcações e de produtos confiscados poderiam amortizar parte dos gastos iniciais da companhia. Posteriormente, a rica lavoura açucareira proveria os recursos necessários para a manutenção da máquina administrativa da WIC, bem como o tão almejado lucro dos acionistas. Tanto a exploração quanto a comercialização estariam nas mãos da WIC. Os excedentes poderiam ser exportados para as nações com quem mantinham relacionamento comercial.

Com relação ao que hoje chamamos de opinião pública interna, boa parcela dos habitantes da República das Províncias Unidas e dos acionistas da Companhia

estava de acordo com essa empreitada. Além do lucro, os batavos poderiam festejar mais uma vitória contra as armas hispânicas, na época sua grande rival, e contra quem combatiam por sua independência havia décadas. Havia, também, a possibilidade de incentivar a imigração para essas novas terras, ampliando, assim, o mercado de empregos e, ao mesmo tempo, suprimindo a demanda no aprestamento e manutenção da força de ocupação.

Por fim, a Diretoria da WIC, baseada nos estudos de suas comissões, resolveu atender aos dois grupos e aprestar duas frotas. Uma partiria para ações de corso no Caribe, e a outra atacaria o Estado do Brasil. Desejosos de se apoderarem das terras do Novo Mundo, essa megaoperação poderia, de uma só vez, tirar as fontes de riqueza de El-Rei Felipe da Espanha e reaver os investimentos calcados na exploração da indústria canaveira brasileira.

A escolha do objetivo em terras luso-americanas

Dos motivos apresentados, dois eram essenciais para que a WIC desejasse conquistar a colônia luso-americana. O mais forte era o econômico, visto que muitos empresários neerlandeses tinham financiado a indústria açucareira e o rei espanhol os havia proibido de reaverem seu pesado investimento. Para se ter uma ideia, havia 5 refinarias de açúcar nos Países Baixos Rebeldes antes da citada trégua (1609) e, ao final dela (1621), 29 refinarias, sendo 25 delas em Amsterdã, sede da companhia. Eles ganhavam muito dinheiro com a venda do açúcar refinado na Europa e não desejavam abrir mão desse lucrativo negócio.

O outro fator é que os holandeses dispunham das maiores e melhores informações acerca da referida colônia, pois estavam presentes no comércio com os luso-brasileiros desde os primórdios do estabelecimento aqui da indústria canaveira. Os defensores de uma invasão à Colônia argumentavam que teriam a mesma facilidade que seus compatriotas tiveram por ocasião da conquista dos entrepostos lusos no Oriente. Eles sabiam do crescente descontentamento dos

luso-brasileiros, conhecidos por “mazombos”, com os hispânicos. Esse desgosto era devido ao descaso da Corte espanhola e à morte de seus patrícios em guerras de El-Rei contra antigos aliados. Até onde essa insatisfação lhes seria positiva era a única dúvida dos flamengos, visto que este seria o local e o povo contra o qual iriam combater.

As terras luso-americanas

Quando Guerra do Açúcar começou, a colônia lusitana na América, ainda conhecida como Terra de Santa Cruz, estava dividida em dois estados: o do Maranhão, ao norte, cuja capital era São Luís, e o do Brasil, no centro-sul, com capital em São Salvador (hoje, Salvador). Essas 2 porções da colônia luso-americana eram subdivididas em 10 capitanias hereditárias (particulares) e 8 capitanias reais (pertencentes à Coroa). Grande parte do território tropical era ainda desconhecido, especialmente os sertões, visitados somente pelos primeiros intrépidos bandeirantes (figura 1).

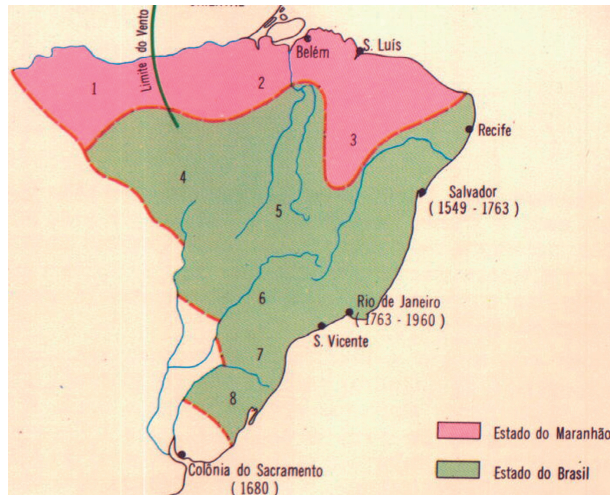


Figura 1 – O mapa identifica o Estado do Maranhão e o do Brasil. Ambos formavam a Terra de Santa Cruz, única colônia luso-americana até então. Somente em 1680 é que os portugueses iriam fundar a Colônia de Sacramento, sua segunda e última colônia no Novo Mundo

Fonte: Castro (1986)

De Cananeia a São Luís, a população se fixara, com raras exceções, na orla marítima. Pouco mais de um século do descobrimento e menos de 100 anos do início da colonização, Santa Cruz desenvolvia uma atividade açucareira de renome internacional. Essa atividade era baseada na monocultura canavieira, realizada em latifúndios escravagistas e paternalistas. Cerca de 300 engenhos estavam espalhados por todo o Brasil, mais da metade deles nas redondezas de Salvador e Recife.

A agropecuária de subsistência era alicerçada em um misto da cultura indígena da mandioca e do milho e nas frutas e pecuária trazidos pelo colono. Plantavam-se também fumo, anil, algodão, extraíam-se pau-brasil e drogas do sertão, na Amazônia. O couro começava a ter seu lugar ao sol, com a pecuária dominando os espaços vazios do interior. O garimpo do ouro era um sonho que começava a se tornar realidade nos rincões das terras mais ao centro e sul da colônia luso-brasileira.

No ano da primeira invasão flamenga, 1624, o Estado do Brasil era governado por seu 12º governador-geral, Diogo de Mendonça Furtado. Experiente político e militar desde os tempos das Índias, ele já vinha se precavendo das investidas estrangeiras, priorizando os trabalhos em prol da melhoria e ampliação do escudo defensivo da costa brasileira. Como os meios a sua disposição, porém, eram poucos, pouco pôde fazer para reverter a situação de debilidade militar da colônia.

Com relação às defesas e aos militares que aqui haviam sido estabelecidos, pouca coisa pôde-se acrescentar, uma vez que foram relegados a um segundo plano pelas autoridades de Madri, mais interessadas, logicamente, em manter o riquíssimo fluxo de metais extraídos das profundezas do solo hispano-americano. Era ali que estavam as armas ibéricas, guardando o tesouro usurpado de suas colônias e suas rotas de comunicação. Seu escudo de defesa era baseado em poucas e distantes fortificações. Os engenhos eram capazes de apenas fazer face às lanças e flechas dos selvagens. Mesmo São Salvador e Recife, as localidades de maior quilate, não resistiriam a uma poderosa força invasora. Tinham condições apenas de se opor precariamente a ataques de corsários.

Os neerlandeses sabiam que o ponto mais vulnerável da colônia luso-americana era o extenso litoral brasileiro, em especial das rotas marítimas no litoral tropical, pois não existia uma frota de defesa. Em 1616, 28 cargueiros foram aprisionados pelos piratas batavos nas costas luso-americanas. Em 1623, esse número já atingia a casa das sete dezenas de naus perdidas, a maioria delas para a pirataria. Assim, o Nordeste do Brasil, ou Terra do Açúcar (*Zuickerland*), foi a região eleita para a primeira ação concentrada da WIC. Restava escolher o alvo.

Antes de nos aprofundarmos na primeira fase da Guerra do Brasil, faremos um preâmbulo na geografia e no histórico da nominada capitania e da cidade alvo da ação militar estrangeira.

A escolha da Bahia

A escolha recairia sobre o local que reunisse as melhores condições para atender uma melhor defesa por terra e por mar. Por isso, a busca de informes por parte dos holandeses acerca dessa área teria que ser exemplar. E o foi. Pormenores foram obtidos nas anotações feitas pelos piratas e nos relatos dos batavos residentes na cidade. Desde o início da colonização, pairavam suspeitas sobre comerciantes estrangeiros, que, aproveitando-se da oportunidade de comercializar com seus compatriotas e com os nativos, passavam informações valiosas a possíveis corsários. Esses informes permitiram um excelente levantamento estratégico da região nordestina.

Surtidas flamengas realizadas a partir de 1599 constataram que nossas defesas eram vulneráveis a um ataque mais audacioso e possante. A guarnição militar de Salvador era composta por menos de uma centena de soldados profissionais, que defendiam bastiões antiquados. Para agravar a situação, os luso-brasileiros não contavam com barcos para patrulhar a costa. Esse fato havia sido, recentemente, confirmado pelas informações dos espões e agentes infiltrados na colônia e nas cortes ibéricas. O mapa a seguir, de autoria de Georg Markgraf (**figura 2**), é prova do detalhe com que

os holandeses eram informados por seus agentes. Vale destacar que, na época, os neerlandeses estavam entre os melhores cartógrafos do mundo.



Figura 2 – Mapa de autoria de Georg Markgraf
Fonte: Estado-Maior do Exército (1972)

A boa localização geográfica e a infraestrutura existente na capital do Brasil davam excelentes condições para os corsários da WIC zarparem para todas as regiões conhecidas das Américas Espanholas, tanto continentais quanto insulares. A capacidade do porto natural de Salvador era muito boa, com fácil entrada e ancoragem segura. Segundo documentos da época, a frequência anual de 2.400 barcos aumentava a cobiça dos futuros invasores. Utilizando a Baía de Todos os Santos, eles teriam a possibilidade de expedições terrestres contra o Peru e navais pelo Atlântico Sul e o Caribe. No tocante à capital colonial e ao Recôncavo, o levantamento foi menos detalhado. Mesmo assim, os neerlandeses tinham condições de saber o grau de segurança daquela capitania real.

De posse dessa região, esperavam atingir as seguintes metas:

- no campo comercial – apropriar-se do monopólio comercial do açúcar, pau-brasil, couro, comércio de escravos etc. Em 1624, em Amsterdã, a libra do açúcar branco atingia o valor de 0,43 florins e do mascavo, 0,32 florins;

- no campo militar – exercer o domínio do Atlântico Sul e pressionar a navegação do Caribe. A meta era atuar cerradamente sobre as comunicações entre a América Central, o Caribe e a Península Ibérica. Esta era a mais movimentada e rica rota comercial do mundo, pois por lá circulavam o ouro do México e a prata do Peru e da Bolívia;

- no campo psicossocial – os holandeses não pretendiam colonizar a região, sendo este, talvez, seu maior erro na campanha². A única atividade que pretendiam exercer, além da comercial, era a evangelizadora protestante, buscando expandir a fé cristã nos moldes luteranos;

- no campo político – ferir a soberania ibérica e expandir a sua.

Tais informações reforçaram a decisão do Conselho dos XIX em conquistar a capitania baiana. Para ratificar sua decisão, os conselheiros da WIC afirmavam que, conquistando a cabeça da colônia luso-brasileira, rapidamente o corpo cederia. Assim conseguiram o apoio dos governantes da república e a autorização para armar a frota invasora.

Os preparativos da defesa

Preparativos de tal magnitude não passaram despercebidos a Felipe IV em Madri. Celeremente, enviou mensagens, alertando os luso-brasileiros sobre uma iminente invasão holandesa. As ordens de apressamento, todavia, não foram claras, uma vez que recomendava medidas de alerta e melhoria das fortificações existentes. Reforço em pessoal e material: nada.

O governador-geral do Brasil era Diogo de Mendonça Furtado, substituto de Dom Luís de Sousa, desde 1621, e o primeiro capitão-geral do Brasil nomeado pelo novo monarca da Espanha. Como os demais governadores, ele era respeitado por seus méritos militares e administrativos adquiridos nas missões anteriores em outros rincões do Império Ultramarino Português.

Tão logo recebeu a mensagem de Madri, o governador-geral brasileiro repassou a seus capitães-mores nas capitanias. Ao receberem esse comunicado, cada

um *de per si* procurou, utilizando ao máximo os poucos meios que tinham, melhorar, ampliar e reforçar suas respectivas defesas. A capital da colônia luso-americana, contudo, bem como as das demais capitânias, estava por demais despreparada e danificada, resultado de uma longa paz com os gentios e das constantes adversidades da natureza.

Mendonça Furtado concentrou-se nos preparativos de defesa da cidade. Mobilizou todos os aptos, facilitado pela obrigatoriedade do serviço militar, o que lhe rendeu perto de 3.000 homens; selecionou frentes, repartindo os contingentes pelos locais onde mais provavelmente os neerlandeses atacariam; reforçou as guarnições das fortalezas, melhorou a trincheira do mar, perto do atual Forte de São Marcelo, dando-lhe um aspecto de fortim ao levantar muralhas com cestos; mandou construir redutos e obstáculos; e ampliou as medidas de segurança, estabelecendo postos de vigilância nos morros e nas praias das vizinhanças da capital (Souza Ferreira, 1945, p. 86).

Salvador se transformou em uma verdadeira praça de guerra, com diversos postos avançados sendo instalados nos acidentes capitais e vias de acesso. Um desses atalaias seria responsável por identificar os atacantes. Foi-lhe autorizado introduzir vários impostos especiais visando suprir seu fundo de defesa colonial. Angariou cerca de 20.000 cruzados somente com a sobretaxa do vinho, destinando esses recursos para as defesas de Recife e de Salvador. Diogo Furtado estabeleceu uma contribuição compulsória chamada *Imposição e Avarias*, baseado na Carta Régia de 23 de julho de 1623. Com ela, o governador de Pernambuco pôde melhorar a defesa de sua capitania.

Às vésperas do desembarque, São Salvador era uma cidade com três áreas de concentração urbana: a Vila Velha, primeiro núcleo populacional, na entrada da barra; São Salvador, a maior e mais bem cercada, onde ficavam as instalações administrativas do Estado do Brasil, cinco igrejas e o Colégio dos Jesuítas; e Parípe, região onde havia os engenhos e algumas plantações de algodão.

Apesar de possuir uma população de aproximadamente 12.000 habitantes e um tamanho que abrigasse suas 2.400 casas, havia só 80 soldados regulares, 2.000 soldados-colonos e 500 escravos armados. Ele distribuiu

judiciosamente seus poucos recursos nos pontos mais convenientes à resistência, inclusive nomeando o auditor Pedro Cerqueira como inspetor geral das fortificações. Na época, havia 3 fortes: o de Santo Antônio, ao sul, na entrada da barra de acesso à baía e comandado por Francisco de Barros; o de Tapagipe e São Felipe, ao norte, no outro lado do ancoradouro; e ao centro, no meio do porto, uma plataforma triangular de bateria, conhecida como São Marcelo. Diante do palácio do governador, instalou 6 peças de artilharia, guarneceu as praias de Itapuã, armou os 18 navios mercantes que se encontravam ancorados no porto (Menezes, 1922, p. 137).

Além de ocupar os fortes e acidentes capitais próximos à cidade, enviou um grupo de uma centena de colonos e duas centenas de índios para guarnecer o porto de Vila Velha e reforçar as adjacências do distante Forte de Santo Antônio. Por fim, conclamou os moradores do Recôncavo aptos a pegar em armas, visando organizar milícias.

Enquanto os dirigentes luso-brasileiros se esforçavam por tentar unir todos em torno dos ideais de defesa do solo tropical, porém, a esquadra invasora avançava para o Brasil.

A Batalha de São Salvador

Às vésperas do desembarque, São Salvador só contava com suas poucas armas para defendê-la. Segundo Southey e Laet, existiam pouco mais de um milhar e meio de defensores em armas quando os holandeses desembarcaram perto da cidade e não existia nenhuma esquadra de defesa na Bahia, nem em outro ponto da América do Sul ou Caribe (Guedes, 1979).

As divergências sobre como proceder em caso de ataque estrangeiro atrapalharam e dividiram a população local, atuando na vontade psicológica dos residentes, trazendo um benefício enorme aos usurpadores. Quando os flamengos arremeteram contra São Salvador, as defesas da capital estavam assim distribuídas:

– na cidade e redondezas, 1.396 homens, sendo que, no perímetro urbano, existiam 40 sob comando de Gonçalves Vieira, 50 com Antônio de Mendonça,

85 com o governador, 120 com Brás Silva de Menezes, 90 com Ray Cralge, 85 com Francisco de Barbudo e 85 sob as ordens de Baltazar de Jonseque;

– fora da localidade, estavam aproximadamente 150 moradores com Paulo Quelque, 120 com Augustin de Paredes, 80 com Manuel Serafim, 90 com Muniz, 35 com Manuel Cardoso, 105 com Manuel Antônio de Almeida, 130 com Pero Fonseca e 136 com Antônio Cardoso de Matos; e

– a reserva, comandada por Rodrigo Souza, era formada por um destacamento de 1.626 pessoas, dos quais perto de 180 eram religiosos ou afins.

Para dar o alarme e avaliar a força invasora, o governador enviou dois patachos sob comando de Antônio de Mendonça Furtado, para fora da barra, também deixando alerta o comandante do fortim situado no morro de São Paulo, na face sul da entrada do porto, em caso de aparecimento de alguma belonave estrangeira.

Infelizmente para o governador, nenhum sinal da frota invasora, e, aos poucos, parte da população, liderada pelo inquisidor comissionado no Brasil, Dom Marcos Teixeira, começou a se revoltar. Os senhores de engenho precisavam de seus trabalhadores e os populares lembravam que os estrangeiros só atacavam para saquear, e não para conquistar, como haviam feito inúmeras vezes antes nos torrões luso-americanos.

No início de maio, porém, quase um mês após o início das medidas do chefe defensor, com a cidade sendo abandonada aos poucos, eis que surge uma visão nada confortável vinda do oceano.

O desembarque

No alvorecer do dia 8 de maio de 1624, precedendo o retorno do contingente de reconhecimento de Antônio Furtado e os mensageiros do morro de São Paulo, a esquadra de Heyn entrou em dispositivo de assalto a nove léguas de seu objetivo.

Da capital, a população atônita avistou, finalmente, no horizonte, os mastros das embarcações agressoras. Dom Marcos, reconhecendo seu erro de julgamento, procurou o governador e se pôs à sua disposição. À

frente de diversos religiosos, percorreu as ruas da capital, incitando o povo ao combate em defesa do torrão tropical. Depois, foi com seu filho e autoridades para o fortim central do dispositivo defensivo.

No dia seguinte, 9 de maio, o Almirante batavo Willekens ordenou que a nau almiranta desse uma salva de tiros com pólvora seca, sinal de que desejava parlamentar. Os baianos, porém, responderam com granadas. Iniciou-se, então, a troca de tiros entre o Forte de Santo Antônio e as belonaves invasoras, com os holandeses forçando a entrada da barra, bombardeando-o.

O plano neerlandês, baseado nas informações fornecidas por Houndus sobre as instalações citadinas e suas defesas, consistia em executar um duplo ataque, coordenado, sobre a capital. Ele seria assim executado:

– seis belonaves (*Gelderlandt, Saint Cristoffel, Gulde Zee-Paert, Oude Roode Leeuw, Haes-Windt e Post-Paert*), reforçadas por sete chalupas, transportariam mercenários até o local de desembarque;

– a fim de fixar as guarnições nos fortes, o *Provincie van Utrecht e o Eendracht* assediariam o Forte de Santo Antônio, o mais meridional dos bastiões da capital. Os barcos *Groeninghen* e *Sterre* bombardeariam o Forte da Lage, enquanto que o *Tijger* e o outro *Oragnien-Boom*, as defesas em Montesserrate. Para finalizar o assédio aos baluartes de São Salvador, o *Samson* e o *Overijssel* acometeriam o atalaia mais setentrional;

– o *Naughtunus* e o *Nassauw* infletiriam contra a Estância de São Diogo;

– Willenkens comandaria pessoalmente uma flotilha de cinco embarcações (*Zeeland, Haan, Hope, Jarger e o Vier Hayms Kinderen*), que tentaria abordar as barcas fundeadas;

– para interceptar qualquer nau ibérica que tentasse se evadir ou viesse em socorro dos sitiados, o *Orangien-Boom* e o *Vos* foram enviados para a entrada do golfo, entre Santo Antônio e Itaparica. Nessas navies estavam os adoentados da expedição;

– na reserva, ancoradas perto da Ilha de Itaparica, aguardariam ordens o *Saint Marten* e o *Zee-Jaeger*, e

– também foram destacadas as embarcações do contra-almirante e a *Oranger* para atuarem na costa de Sergipe del Rei, a fim de ali aprisionarem alguns navios. Caso não lograssem êxito, deveriam retornar a Salvador, a fim de auxiliar na conquista da cidade-baiana. Vale registrar que a *Hollandia*, a belonave do futuro comandante invasor, o Coronel Hans Van Dorth, ainda estava desgarrada, razão pela qual ele não participaria dos estágios iniciais do assalto à capital do Brasil.

No dia 9 de maio, a frota invasora, encabeçada pelo *Vos*, adentrou ao golfo. Conforme o plano original, cinco naus fundearam à vista do Forte da Barra, atraindo para si as atenções dessa guarnição. Os navios restantes, navegando fora do alcance das granadas dessa posição defensiva, penetraram na baía e realizaram um ataque diversionário aos outros fortes lindeiros ao povoado.

A peleja se desenrolava também nas imediações do porto. As guarnições do Forte do Mar (São Marcelo) e das embarcações lá ancoradas reagiam ao assédio dos neerlandeses liderados por Heyn, no *Naughtunus*. A luta prosseguia sem sinal de vitória para nenhum dos contendores. Já haviam se passado quase 7 horas de duelos quando Willekens ordenou que 3 chalupas, tripuladas por 20 homens cada uma, assediasssem os navios fundeados. Os intrusos navegaram até o ancoradouro e abordaram alguns navios latinos incendiados pelas tripulações.

Esse ato causou pânico nos defensores, que, para evitar um mal maior, começaram a incendiar seus próprios barcos, logrando destruir cinco deles. Tentavam evitar que os barcos e sua rica mercadoria caíssem em mãos inimigas. Percebendo que o destino não seria complacente consigo, as tripulações das 16 embarcações ibéricas que estavam ancoradas perto da praia trataram de se aglomerar próximo às defesas daquele atalaia. Os flamengos aproveitaram para abordá-las, logrando recuperar 8 delas.

À noite, por volta das 19 horas, percebendo que até então não havia nenhum resultado definitivo, o astuto e experiente Almirante Pieter Heyn, beneficiando-se da confusão instalada entre os sitiados, rumou para o Forte da Laje, que até então estava infligindo um duro castigo aos assaltantes. Quando, porém, percebeu que

as atenções dos defensores tinham sido desviadas, influiu para o Forte de São Marcelo.

Decididos a vencer logo os bastiões baianos, os intrusos arremeteram contra o Forte do Mar. Catorze lanchas frísias desembarcaram cerca de 300 mercenários. Heyn foi o segundo a escalar as muradas do reduto baiano, de uns 3 metros de altura. Nessa operação, foram empregados piques e aparelhos especiais para escalada, provando que os invasores estavam bem preparados no seu intento.

Com receio de serem cercados, por volta das 19 horas, os mazombos retraíram para a trincheira próxima à capital. Apesar da bravura de seu comandante, Pero Garcia, os defensores retiraram-se após constatarem que ele havia tombado. Os frísios estimaram em cerca de 600 o número de mazombos em retirada, que abandonaram o fortim a nado. Segundo os baianos, os neerlandeses tiveram de 30 a 40 baixas, porém mais tarde se verificaria que somente 4 soldados de fortuna germânicos morreram, inclusive o corneteiro de Heyn, o primeiro a escalá-lo. Outros 10 mercenários foram feridos. A principal perda batava foi no mar. Dentre os muitos marinheiros mortos no combate, estava Andries Nieuwerkerke, comandante do *Groeninghen* (figura 3).



Figura 3 – Gravura da época ilustrando a escalada dos muros do Forte do Mar
Fonte: Guedes (1990)

De posse desse fortim, o Almirante Heyn mandou que se aproveitassem os canhões recém-capturados e que os voltassem em direção à cidadela baiana. Em pouco tempo, suas forças auxiliavam as peças dos navios holandeses a bombardearem Salvador. Com a queda da bateria principal dos defensores, os batavos avançaram sobre os outros fortes, priorizando o que melhor protegia a entrada da baía.

Enquanto os navios holandeses e os fortes baianos duelavam, uma força de uns 1.500 soldados, 1.200 mercenários e o restante, marujos, lançava-se ao continente perto do bastião de Santo Antônio. Comandava esse contingente Albert Schouten, uma vez que Van Dorth ainda não se fizera presente.

Após desembarcar no Pontal de Santo Antônio, na barra, próximo ao reduto do mesmo nome, os assaltantes investiram contra o Forte de Santo Antônio, iniciando assim sua marcha pelo sul. Esse atalaia era guarnecido por umas duas centenas de nativos, liderados por Antônio de Mendonça Furtado, filho do governador-geral do Brasil e que, na época, contava com 17 anos. O baluarte baiano sucumbiu à fúria estrangeira logo no primeiro ataque, tendo seus sobreviventes se refugiado no Mosteiro de São Bento.

Conquistado os Fortes de São Marcelo e de Santo Antônio, cessava de ambos os flancos o fogo concentrado sobre os flamengos. Dessa forma, os forasteiros puderam prosseguir para a cidade. Guiavam a tropa invasora Dirck Pieterszoon Colver e Dirck Ruyters, comandante do *Post-Paert*, autor de um tratado – *Tocha da Navegação* – e profundo conhecedor da região.

A coluna agressora marchava com a companhia do Capitão Hermont e seus 60 arcabuzeiros à testa. Depois vinha a subunidade do Tenente Lameyn, seguido pelo contingente do Major Schontens. O centro era composto pela companhia do Capitão Vogelsangh, pela do Capitão Bassevelt, substituto do falecido Capitão Seroskercke. Nesse núcleo, marchavam os marinheiros transportando víveres, munição, enxadas, pás, alviões, machados, escadas e toda sorte de material para escalar muralhas. Na retaguarda, comandadas pelo Capitão Kijff, futuro comandante da cidadela, seguiam as subunidades dos Capitães Wilhelm Schouten, Bourgeois de Molligh e do Tenente Van Isenach.

O caminho por onde os agressores marcharam era repleto de matagais e estreitas faixas de terra. Um pequeno grupo de determinados nativos facilmente poderia tocaia-los e retardar seu avanço, porém as três centenas de defensores que guarneciam as vias de acesso e o baluarte baiano, amedrontados, fugiram sem oferecer resistência. A covardia dessa posição selaria o destino da resistência luso-brasileira. Assenhorando-se do reduto abandonado pelos defensores, os flamengos o utilizaram de trampolim a fim de prosseguir para Salvador.

Somente nas cercanias da capital foram molestados pelos nativos, ao serem recebidos por tiros de mosquete disparados pelos defensores da Porta de São Bento, comandados por Antônio Cardoso de Barros. Nesse encontro, tombou o Tenente frísio La Mayn. Frustrados em sua tentativa inicial, os invasores aproveitaram a noite para se reagruparem e descansarem para a investida do dia seguinte. Pernoitaram na Ermida de São Pedro, um mosteiro existente nas cercanias. Segundo testemunhas, dormiram despreocupados, pois até se embebedaram.

O êxodo da população

Ao findar o dia, as notícias desanimadoras sobre os combates na banda sul e no porto culminaram na retirada do restante dos habitantes, certos de que havia cessado a resistência e que nada mais poderiam fazer. O clarão dos navios incendiados, cujo fogo era alimentado por um misto de madeira, alcatrão e açúcar, convenceu os habitantes da capital de que tudo estava perdido.

A população, aterrorizada com as notícias do mau tratamento dispensado pelos batavos aos moradores dos lugares por eles conquistados e atordoada pelos canhoços e fumos que eram desprendidos pelas instalações em chamas, começou a fugir, aproveitando-se da escuridão noturna, quebrada somente pela luz da destruição. Somente uns 70 ficaram para combater os forasteiros. A inexperiência e a falta de disciplina foram mais fortes do que o sentimento do dever. O

próprio bispo, que tanta coragem demonstrara, foi até o Colégio dos Jesuítas e arrebanhou os remanescentes. Juntos se homizaram nas matas vizinhas à cidade.

Na fuga, os moradores deixaram seus pertences e lares praticamente intactos. O desespero tomou conta da população, que fugiu para os lados de Itapuã. Muitos tentaram atravessar o rio Vermelho justamente na época de cheias. Alguns pereceram afogados.

Ao raiar o dia 10 de maio, o Sol iluminou uma bandeira branca tremulando dentro da localidade. O contingente de Schouten havia atravessado o portão de Salvador. Adentrou cautelosamente, mas percebendo seu abandono, confirmado por alguns cristãos-novos locais que bandearam para o lado dos neerlandeses, iniciou o saque. Segundo registros da época, muitos mercenários enchiam seus chapéus com ouro e prata. Outros chegavam a apostar até 400 florins em jogos pelas ruas desertas da capital (Aldenburgk, 1913, p. 174).

A única resistência digna de nota dentro da cidade-la foi efetuada pelo governador Furtado, que aguardou o agressor de armas em punho. Apoiado por 18 fiéis, ele defendeu o Palácio do Governo. Ali conseguiram rechaçar um ataque flamengo, inclusive abatendo alguns intrusos, sendo dois deles oficiais. Foi concebido então um plano de destruição do palácio, detonando barris de pólvora, mas o ouvidor impediu tal ato.

A defesa, todavia, não tinha condições de resistir ao assédio e logo aceitou uma trégua. Persuadido a capitular por seus seguidores, o governador-geral aceitou as promessas dos frísios, particularmente a do Almirante Heyn, com quem parou. Cessava a resistência. O ato de Diogo Furtado estimulava os brios de seus companheiros, pois ele, permanecendo até o fim no seu posto, soubera salvar naquela hora sua honra de patriota e de autoridade, resgatando a culpa por sua fraqueza e pelos fatos decorridos antes e durante a invasão germânica.

Os defensores foram presos, levados à presença do comandante adversário e posteriormente seguiram, junto com as barcas capturadas, para os Países Baixos Rebeldes. Encontravam-se entre os prisioneiros o Governador-Geral Diogo de Mendonça Furtado, seu filho Antônio de Mendonça Furtado, o

Capitão Lourenço de Brito, o Sargento-Mor Francisco de Almeida Brito, o Ouvidor-Geral Pero Casqueiro da Rocha, o Provincial dos jesuítas Domingos da Cunha, quatro religiosos e mais quatro parentes dos citados. Seguiriam para Amsterdã, onde em outubro foram retratados pela imprensa local.

Após um dia de pequenas escaramuças, Salvador estava sob o pavilhão tricolor holandês. A capital havia caído mais pelas notícias falsas e tendenciosas e pelos ardis e audácia do agressor, do que pelo valor numérico ou bravura do sitiante. A milícia constituída para defender a cidade fugiu assim que o perigo se aproximou. O povo, vendo seus defensores se retirarem, apanhou o que podia e se escondeu nas adjacências da capital, temendo pelo pior.

Salvador sob o lábaro da WIC

O dia 10 de maio marca a conquista definitiva da capital colonial pelos mercenários da WIC. Eles eram agora senhores da cidade, do mar, do porto e boa parte da baía. Poderiam evacuar seus feridos e, ao mesmo tempo, receber reforços, provisões e toda a sorte de suprimentos e apoio de sua terra natal. Na tomada da capital, pereceram somente meia centena de homens da companhia, incluindo soldados e marinheiros, dentre eles poucos oficiais.

A conquista foi de certa maneira proveitosa. Os homens da companhia conseguiram se apropriar de umas 3.900 caixas de açúcar, “o suficiente para baixar o preço para cinco vinténs a libra”. Além disso, confiscaram muitas toras de pau-tinta, grande quantidade de vinho, couro, fumo, algodão e seda.

Nos dias seguintes, os neerlandeses ainda aprisionariam outros cargueiros que entraram desavisados no porto baiano. Só em uma nau de Lisboa, foram parar nas mãos dos agressores 60 toneladas de deslocamento, carregada de óleo, pão e outras mercadorias. Junto, foram aprisionadas 2 naves do Rio de Janeiro e 1 navio negreiro do Espírito Santo, com 250 escravos.

Fora os mosquetes, espadas, barris de pólvora e outros materiais bélicos, 49 bocas de fogo foram capturadas pelos neerlandeses. Eram 4 do Forte de Santo

Antônio, 10 da plataforma de artilharia de São Jorge, 3 de São Filipe, 3 das Águas dos Meninos e 3 na cidade. Os 26 canhões restantes foram removidos das naus fundeadas e distribuídas pelas defesas de São Salvador. Desses canhões, 23 eram de bronze e 26, columbrinas de ferro.

Os saques nas residências e igrejas lhes valeriam outros milhares de cruzados, o suficiente para pagar o soldo dos soldados de fortuna³. A conquista de Salvador foi proveitosa.

No dia 11 de maio, finalmente vislumbraram o *Hollandia*. Van Dorth desembarcou seus homens e foi ter com Willekens uma reunião. Esse o pôs a par da situação e, de conformidade com as ordens emanadas do Conselho dos XIX, o empossou como governador dos domínios flamengos em Santa Cruz.

Apesar da relativa facilidade com que dominaram Salvador, os intrusos não negligenciaram quanto às medidas de defesa. Depois de estocarem no Colégio dos Jesuítas quase todas as mercancias apresadas, reforçaram todas as posições existentes, distribuíram peças de artilharia por todos os fortes e fortins

conquistados, cavaram fossos e trincheiras, levantaram parapeitos, ergueram plataformas e hornavegues, estabeleceram postos de vigília etc. Aplicando seus conhecimentos, construíram um canal e um dique defronte ao Convento de São Francisco, represando ali as águas correntes desviadas e lá instalando uma bateria.

Para manter certa ordem na cidade, o coronel proclamou o fim dos saques, que todas as pessoas e propriedades seriam respeitadas e que haveria tolerância religiosa. Como essa diretriz, todavia, veio depois do saque efetuado, praticamente ninguém a levou em conta. Poucos foram os que retornaram à capital, sendo a grande maioria cristãos-novos ou escravos.

Dos chefes invasores, Willekens foi o único a ter um “final feliz”. O almirante neerlandês regressou à sua terra natal com metade da frota invasora, assim que se dissipou o perigo de uma contra-ofensiva baiana, em fins de julho. Foi ele quem levou as boas novas à sua terra da conquista de Salvador. Também seria um dos poucos a receber a medalha cunhada com a efigie do Príncipe Maurício, comemorativa ao evento da conquista de Salvador (figura 4).



Figura 4 – Gravura holandesa que mostra os detalhes do ataque da WIC a Salvador, publicada em diversos jornais europeus naquele ano
Fonte: Guia Geográfico da Cidade de Salvador (2024)

Aproveitamento do êxito

Saciados com as aquisições urbanas, os espoliadores se enfronharam no mato, atrás de bens nas fazendas e roçados vizinhos. Após ocuparem o perímetro urbano da capital, os mercenários partiram para dominar as regiões vizinhas e os baluartes que compunham o cinturão defensivo da cidadela. Aventuraram-se em Itapagipe, península onde foi alicerçado o Forte de São Felipe. Realizaram algumas incursões à ilha de Itaparica, a fim de obter alimentos e saque, ali estabelecendo postos avançados.

Quando o usurpador realizou uma penetração no trecho de São Bento à Vila Velha, foi emboscado, ação que reduziu sua vontade de se atrever fora dos limites da capital. Estes seriam as primeiras vítimas das emboscadas dos luso-brasileiros.

A partir de então, quase todas as expedições holandesas que atravessariam os portões de Salvador seriam tociadas. Aos poucos, as guarnições isoladas foram caindo ou foram evacuadas, o que contribuiria para que, em menos de um ano de ocupação, os domínios concretos do invasor se restringissem aos limites da cidadela conquistada.

A organização da resistência

A maioria dos habitantes de Salvador preferiu se concentrar no antigo povoado do Espírito Santo (hoje Abrantes), distante cerca de seis léguas da capital, e, a partir de lá, organizar a resistência. Outros com o mesmo propósito se aglutinaram nas fazendas, engenhos e aldeias adjacentes. Quando perceberam que a investida flamenga tinha outra meta que não o simples saque da cidade, os mazombos vestiram as couraças de bravos guerreiros.

Para substituir o governador-geral aprisionado, os nativos aplicaram, pela terceira vez na história brasileira, as “Vias de Sucessão”. Reunidos na aldeia do Espírito Santo, os oficiais da Câmara de Salvador receberam das mãos de padres jesuítas um envelope lacrado com o selo real que continha o nome de cinco pessoas

no Brasil que poderiam assumir temporariamente as funções de governador-geral. Elegeram, dessa maneira, o governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque Coelho. Para informá-lo dos acontecimentos, foi enviado Antônio de Moraes. Foi a primeira vez na história do Brasil que um governante máximo do Brasil foi eleito por seus patrícios, e não indicado por seu soberano. As outras duas vezes em que havia sido utilizada a lei das vias de sucessão culminaram na escolha de juntas governamentais para responder pelo governo-geral.

Enquanto aguardavam ordens do recém-indicado governador-geral, foi escolhido o desembargador Antônio de Mesquita de Oliveira para assumir as funções de ouvidor-geral e comandante das tropas em combate. Como o citado cidadão estava com uma idade avançada, repartiu suas obrigações com dois chefes militares nascidos no Brasil: Lourenço Cavalcanti de Albuquerque e João de Barros Cardoso. Esses dois, mesmo promovidos a mestres de campo, sensatamente puseram-se às ordens de Dom Marcos Teixeira de Mendonça, nomeado pelos líderes baianos capitão-mor.

No comando da resistência, o polêmico bispo iria desempenhar com brilhantismo suas funções, sendo indiscutivelmente a alma da luta contra o usurpador do solo baiano. Apesar de idoso, resistiu com máxima energia. A cruz se transformou em espada e ele em bispo-soldado. A Dom Marcos Teixeira de Mendonça foi conferido o mérito de organizar as primeiras companhias de emboscada, que mais tarde seriam aperfeiçoadas por Matias de Albuquerque, e se tornariam a espinha dorsal da defesa luso-brasileira contra os invasores holandeses.

Foi sob sua liderança que os baianos estabeleceram uma eficiente vigília, baseada em uma série de postos de observação capazes de, ao mesmo tempo, observarem os movimentos do oponente e atuarem sobre ele, sitiando-os, interceptando, assim, suas vias de comunicação e de suprimento com o continente. Eram postos em prática os ensinamentos adquiridos nas campanhas contra os franceses, durante décadas de lutas para expulsá-los das capitânias setentrionais do futuro Estado do Maranhão.

Tendo como meta evitar o avanço das tropas invasoras para o interior, Dom Marcos reuniu os homens aptos, aproximadamente 600 homens, enquadrando-os em *companhias de emboscada* baseadas no Arraial do Rio Vermelho. Percebendo que os germânicos só podiam sair da cidade pelas portas do Carmo ou de São Bento, ele estruturou suas frentes de modo a barrar essas saídas.

As forças luso-brasileiras que cercavam a capital empregaram pela primeira vez a guerra brásilica, mudando radicalmente o curso da campanha. Ao mesmo tempo, iniciava-se um período de 30 anos de lutas, que, conforme bem destaca o Almirante Max Justo Guedes, marcariam uma guerra sem precedentes na História do Brasil e que vai amalgamar as capitanias distantes e fixar o espírito da incipiente nacionalidade.

Das trevas à luz

A queda de Salvador diante das armas estrangeiras da Companhia das Índias Ocidentais foi um revés inicial, mas não marcou a derrota na guerra. Muito pelo contrário.

Apesar de terem perdido a capital para os invasores, os luso-brasileiros forjariam suas próprias armas, resistindo e cercando os inimigos na capital. Aos poucos, iriam tornando a vida dos holandeses insuportável. Seus ataques cada vez mais adentrariam as fortificações dos batavos, a ponto de, em um deles, matar o próprio comandante mercenário. No ano seguinte, quando chegou a ajuda, vinda na forma de uma poderosa frota ibérica, mais conhecida como *Jornada dos Vassalos*, Salvador foi recuperada.

Apesar dos acurados planos de ataque dos holandeses e do esmerado detalhe sobre o que de concreto existia no Brasil naquela época, os agressores se esqueceram do abstrato: a alma brasileira⁴. Os luso-brasileiros, inicialmente surpreendidos, divididos por problemas internos e divergências nos altos escalões, souberam se reorganizar e rapidamente reagir ao invasor. A vitória sobre tão potente adversário, além de nos orgulhar, infundiu nos luso-brasileiros os sentimentos de solidariedade e de dever.

Quanto à cidade de Salvador, hoje é símbolo da resistência brasileira, pois nela tivemos dois dos mais significativos episódios de nossa história: a expulsão dos holandeses, no primeiro quartil do século XVII, nascedouro da nossa natividade, e a dos portugueses, no primeiro quartil do século XIX, nascedouro da nossa liberdade.

Cada vez mais razões apareceriam para sustentar a teoria da conquista de rincões brasileiros. Para reforçar a ideia, os neerlandeses consideraram que os índios pouca ou nenhuma resistência ofereceriam a eles, e que os luso-brasileiros e negros escravos, por demais envolvidos na cultura canavieira e no comércio, tinham pouca habilidade no manejo das armas. Os holandeses não levaram em conta que os valentes colonos, auxiliados por reforços da metrópole, estavam sempre largando suas ferramentas de trabalho, se mobilizando e empunhando armas para combater. Vencendo piratas e expulsando estrangeiros, eles iam cunhando sua própria espada e vencendo. Este é, com certeza, o primeiro e mais grave erro de julgamento do estrangeiro que tenta usurpar parte das terras deste paraíso tropical (**figura 5**).



Figura 5 – Expulsão dos holandeses de Salvador
Fonte: Estado-Maior do Exército (1972)

Referências

ALDENBURGK, Johann Gregor. **Relação da Conquista e Perda da Cidade do Salvador pelos Holandeses em 1624-1625**. Traduzida por Alfredo de Carvalho. Recife: 1913.

ATLAS Histórico Escolar. Rio de Janeiro: FENAME, 1968.

BEHRENS, Ricardo. **Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625**. Salvador: Editora Pontocom, 2013.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956.

CASTRO, Therezinha de. **Retratos do Brasil**: atlas-texto de geopolítica. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro**. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 1972. v. 1.

GONSALVES DE MELLO, José Antônio. **Fontes para a História do Brasil Holandês 1**: a economia açucareira. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1981.

GUEDES, Max Justo. **As guerras holandesas no mar**. [s. l.: s. n.] (História Naval Brasileira. v. 2, t. 1A). Rio de Janeiro: Documentação Geral da Marinha, 1979.

GUERRA, Flávio. **Uma aventura holandesa no Brasil**. Recife: Ed. Pernambuco, 1977.

GUIA GEOGRÁFICO DA CIDADE DE SALVADOR. **Salvador em 1624**. Ilustração Holandesa. Disponível em: <http://www.cidade-salvador.com/seculo17/invasao-holandesa/salvador.htm>. Acesso em: 1º mar 2024.

MENEZES, Francisco Henrique da Conceição. **Os holandeses na Bahia**. Salvador: Livraria e Typographia do Commercio, 1922.

RODRIGUES, José Honório. **Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

Notas

¹ Tal documento listava os produtos manufaturados, anualmente, no Brasil, citando os possíveis lucros da WIC, conforme resultados das últimas safras canavieiras tropicais, e de outros produtos explorados na colônia luso-americana. O relatório apontava que havia 137 engenhos, cuja produção, segundo os últimos dados, era de 700.000 arrobas, confinada em 35.000 caixas, pesando cada uma 20 arrobas e vendidas a um valor de 300 florins. Somente de dízimo, a WIC lucraria 2.050.000 florins e 2.625.000 de direitos alfandegários. Se as transportassem, receberiam mais 700.000 florins de frete, além de 420.000 florins de novos direitos na revenda. No final, totalizariam 4.795.000 florins anualmente em frete e impostos. Mais tarde, outro documento, de autoria de José Israel da Costa, um judeu que vivia na Bahia, confirmaria os dados de Moerbeek (Gonsalves de Mello, 1981, p. 16 e 17).

² Somente na segunda invasão é que os dirigentes neerlandeses autorizaram a conquista territorial, a criação de colônias, firmar tratados com os colonos e indígenas e nomear administradores (Estado-Maior do Exército, 1972, p. 101).

³ Segundo Aldenburgk, retiraram-se de todas as igrejas e conventos as imagens, utensílios, objetos de prata e ouro, de sorte que um capitão, em uma hora, arrecadou aproximadamente 6.000 florins. Os mercenários e marujos se fartaram com veludos, sedas e objetos das residências da cidade (Aldenburgk, 1913, p. 239).

⁴ A Companhia das Índias Ocidentais errara em sua apreciação estratégica, não percebera a alma do povo, preocupada que estava com lucros fáceis e altos dividendos, resultando tudo na feliz expressão de Luís Delgado, “um confronto de uma alma X um negócio”, em que a alma saíria vitoriosa. Era dar tempo ao tempo e, em breve, o negócio levaria a pior. O invasor receberia, a custo de imenso dispêndio financeiro e de vidas, uma grande lição (Estado-Maior do Exército, 1972, p. 111).

As espadas e o espadim de aluno da Escola Militar: da Praia Vermelha à AMAN

*Érico Storto Padilha**
*Carlos Alexandre de Almeida Costa***

Espada de aluno ou espadim de cadete?

Como ponto de partida, é fundamental iniciarmos este estudo trazendo à baila da discussão que ‘espadim’ e ‘cadete’ são axiomas que, diferentemente da concepção do século XIX, hoje definem e compõem, inseparável e simbolicamente, as virtudes daqueles que aspiram à carreira no Exército.

Há de se considerar, contudo, que a atual concepção do primeiro vocábulo passa a existir a partir da década de 1930, por se tratar de uma reprodução, em escala reduzida, de uma espada. Ao passo que o segundo, embora já existisse no léxico militar, foi resgatado e passou a designar, sem quaisquer distinções, o título conferido aos alunos que ingressavam na Escola Militar do Realengo, hoje AMAN.

Distanciado o cadete, e sua arma simbólica atual, daqueles conceitos do século XIX, oriundos dos pareceres dos Conselhos de Direção e Averiguação do Exército – que julgavam, reconheciam e habilitavam, por comprovação de descendência, a graduação

ao posto para os filhos de militares, temos uma linha cronológica muito bem delimitada: antes e depois de 1931.

Isso posto, nossa abordagem histórica seguirá, pautada pela legislação e pela crônica, tratando as armas e postos de acordo com os padrões linguísticos e culturais da época.

Sendo assim, para designar as pequenas armas brancas cingidas pelos alunos das escolas militares durante o século XIX e início do XX, utilizaremos punhais, adagas e espadas. E para nominar o último – e atual – modelo adotado, a partir de setembro de 1931, o vocábulo *espadim*.

Sendo assim, selecionamos alguns exemplares, não regulamentares, e os três últimos modelos oficiais adotados pelo Exército, que serão nossos objetos de estudo:

1. o primeiro modelo regulamentar imperial, de 1880;

* Historiador, membro do IHGSP e pesquisador associado ao CEPHiMEx.

** Historiador, membro do IGHMB e pesquisador associado ao CEPHiMEx.

2. o modelo republicano de 1894, que o substituiu; e, por último,

3. o atual modelo espadim Duque de Caxias, de 1931.

E por meio deles, promover uma abordagem de conjuntura histórica, analisando o contexto de sua adoção/regulamentação, observando, sempre, a evolução dos planos de uniformes e da própria estrutura das instituições de ensino militar no Brasil.

Introdução

Ao longo do período colonial brasileiro, o porte de armas de fogo e espadas sempre foi um privilégio para poucos senhores, fidalgos, funcionários de alta posição e militares, tanto na colônia quanto na metrópole. Inúmeras foram as pragmáticas, ordenações, decretos, leis e alvarás régios que versaram sobre as condições de porte, tamanhos, características e uso dessas armas.

A Ordenação do Rei D. João III, de 20 de fevereiro de 1539, constatando, por exemplo, que “acostumaram de pouco tempo para cá trazer espadas muito mais compridas do [que] antes”, impôs aos súditos uma marca limite de “cinco palmos de vara: entrando neles o punho e a maça”, para as espadas cingidas em todos os territórios do reino. Essa medida equivalia a 1.10m aproximadamente.

Naquele contexto, a palavra *marca* não se referia a uma origem ou assinatura de fábrica ou de armeiro, mas tão somente à medida obrigatória e legal que delimitava o comprimento máximo de uma espada. Logo, seguindo a letra da lei, as que excedessem esse comprimento eram designadas como sendo “espadas fora de marca” e sua fabricação, posse ou uso eram severamente punidos por lei. Vide, por exemplo, o Alvará Régio de D. Sebastião, de 3 de agosto de 1557, que previa, inclusive, punição ao armeiro envolvido na produção das armas fora de marca.

Ainda transitando na seara das restrições e punições, evidenciamos, também, a proibição do uso por parte de criados e escravos – salvo quando em viagens, para defesa pessoal. E aos transgressores previa-se, inclusive, serviços forçados em galés e açoites,

conforme as legislações de 29 de março de 1719 e de 25 de junho de 1749, baixadas ao tempo de D. João V, e a de 24 de janeiro de 1756, baixada sob a regência de D. José I.

Dada a precariedade de nossas esparsas forças de defesa e do modesto material bélico que dispunham nossas hostes, sempre coube aos oficiais – das tropas regulares e dos corpos de milícias – a aquisição das armas para uso em serviço. Logo e evidentemente, os tamanhos e a qualidade desses pertences variavam de acordo com a necessidade de emprego e com as posses de cada militante.

Dessa forma, novos critérios passaram a ser adotados na metrópole, buscando criar condições para o uso de armas brancas, algumas delas fortemente vinculadas ao estado teocrático português, que intentava coibir o excesso e o luxo no uso de espadas, e ordens honoríficas, por parte dos súditos, diante da “ostentação que arruinava os valores cristãos na Corte”. Essas tentativas pouco produziram efeito no Estado do Brasil, sobretudo por conta do contexto das nomeações aos cargos militares, que, na maioria das vezes, ocorria por conta dos vínculos de nobreza, num território distante do controle e do rigor da Corte.

Como é sabido, durante grande parte do período colonial brasileiro, não havia uma força unificada que pudesse ser chamada de *exército português ultramarino*. Segundo o historiador Adler Homero, em sua publicação sobre a importância do Arquivo Histórico do Exército, a administração colonial era organizada de forma que cada capitania tinha suas próprias tropas, independentes de uma administração central, até com uniformes e equipamentos próprios.

Um oficial dos regimentos da Bahia, por exemplo, só poderia ser promovido para uma vaga aberta naquela capitania, já que não havia centralização de informações que permitissem o intercâmbio entre diferentes regiões. E essa situação era aceitável, e até desejada por Portugal, pois a metrópole não almejava criar uma unidade militar no Brasil.

Ainda segundo Romero, com a criação da Academia Militar em 1811 – consequência da transferência do aparato estatal de Lisboa para o Rio de Janeiro três anos antes –, inicia-se um processo de unificação,

padronização e tentativa de rotatividade dos oficiais por meio de uma carreira militar. É somente em 1829, porém, que seria criada uma relação unificada do corpo de oficiais e que só entraria em vigor, em 1841, após a assunção de D. Pedro II ao trono.

Outro fato que há de ser considerado é que, como também era comum a passagem de uma para outra classe de serviço, do Exército para a Marinha, e vice-versa, o cenário da armaria individual militar absorveu elementos vinculados aos dois universos: terrestre e naval. Logo, diferente do que se apregoa atualmente, o conjunto da armaria individual, civil e militar, até meados da primeira metade do século XIX, sempre

foi diversificado. Isso posto, o surgimento de armas de pequenas dimensões passou a ser amplamente empregado, inclusive como elemento simbólico, de distinção social e hierárquica, reproduzindo no Brasil um *modus operandi* europeu

Haja vista, por exemplo, as inúmeras pequenas lâminas, do tipo adaga/punhal, cingidas por bacheleiros, médicos-cirurgiões e advogados, que figuram na iconografia colonial brasileira como herança dos quitos portugueses.

Na **figura 1**, apresentamos um desses exemplares adotado por médico-cirurgião¹.



Figura 1 – Exemplar de punhal, estilo gótico vitoriano, de fabricação inglesa, adotado por médico-cirurgião. Mede 30cm
Fonte: Acervo particular

De prata e com cabo de marfim, observa-se, na haste do bocal da bainha, o caduceu. Exemplos semelhantes foram utilizados como elemento simbólico de *status* junto às vestes por aqueles que obtinham titulação acadêmica. Daí a explicação de expressões como “punhal a bacharel”.

Muitos médicos, quando em serviço comissionado no Exército, adotariam essas pequenas armas junto

aos uniformes. Essa prática, mais tarde, se materializaria nas espadas de Corte.

Na **figura 2**, litogravura “Junta à Fernambouc” [Reunião em Pernambuco], de Jules David, feita a partir do desenho de Johann Moritz Rugendas, 1835, contemplamos o uso de uma dessas adagas/punhais.

O símbolo do aluno ao longo do século XIX



Figura 2 – À direita do personagem central, observa-se, suspenso à cintura do militar, sob a banda do uniforme, um punhal usado como símbolo do oficialato. A adoção de armas brancas de pequenas dimensões foi, no Brasil, uma prática ordinária legada dos usos e costumes portugueses.

Fonte: BDLB – Biblioteca Digital Luso-Brasileira

Até meados da década de 1880, não havia regulamentação que determinasse um modelo específico de arma que representasse o aluno da Escola Militar. O que havia era um conjunto amplo de pequenas lâminas, que eram, por tradição e influência, inclusive estrangeiras, adquiridas às expensas dos alunos e incorporadas ao enxoval.

Com a fusão da Academia dos Guardas-Marinhas com a Academia Militar da Corte, em 1832, nascia a Academia Militar e de Marinha, que teria a breve existência de um ano. Esse fato acentuou, ainda mais, a influência cultural e militar dos alunos da Marinha sobre os do Exército. Aliás, a Imperial Resolução de 24 de agosto de 1850 contemplava a contagem de tempo de serviço para os casos da mudança de classe: da Escola da Marinha para a Escola Militar.

Mesmo após a dissolução proposta pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra e com as alterações promovidas pelos novos estatutos, que inclusive

realizaram mudanças na nomenclatura (passando à Escola Militar), administração, estrutura, quantidade de vagas e formas de ingresso, até fins do século XIX nenhum regimento estabeleceu padrão para arma de uso individual dos alunos-cadetes.

Dessa forma, a separação administrativa não promoveu, de imediato, uma ruptura capaz de eliminar do uniforme o uso de elementos comuns às duas classes de serviço. Dentre eles, as armas brancas de pequenas dimensões, que, desde o período colonial, eram empregadas e cingidas pelos guardas-marinhas no interior das embarcações por serem propícias para o combate em ambiente confinado.

Embora ilustrado e tipificado por lei, o modelo regulamentar (**figura 3**) coexistiu com uma série de outras variantes comerciais, que, adquiridas de maneira privada pelos alunos, contribuíram, naturalmente, para uma despadronização do equipamento na Armada.

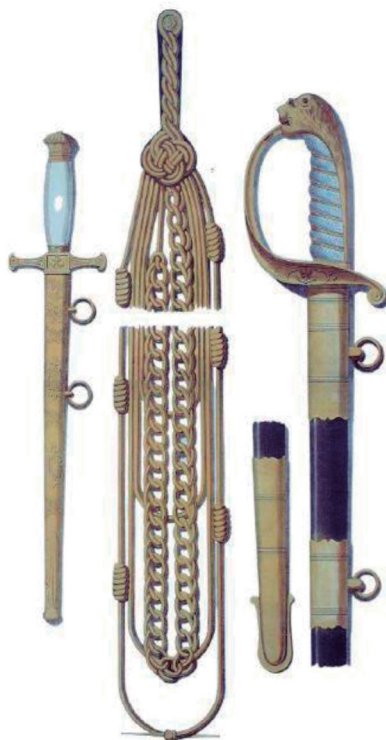


Figura 3 – Fragmento extraído da prancha que ilustra o Plano de Uniformes da Armada, baixado em 1856. Nela, observa-se o modelo de adaga destinada aos aspirantes a guarda-marinha. Influenciado pelos *dirks* da Marinha Real inglesa, a Armada Portuguesa legaria para a Armada Imperial Brasileira o uso desses tipos de punhais.

Fonte: Acervo particular

Dada a influência cultural daquela Arma sobre o Exército, a regulação do punhal naval, em 1856², contribuiu para que surgissem inúmeros exemplares “genéricos” de adagas/punhais (**figura 4**) para atender, também, os alunos da Escola Militar da Corte, sobretudo por conta da inexistência de regulamentação específica do Exército que versasse sobre o tema.



Figura 4 – Modelo de adaga não regulamentar para cadete, de aquisição privada, inspirada no modelo adotado pela Armada. Mede 40cm. No detalhe, observam-se instrumentos vinculados às fileiras escolares: esquadros, compassos, escalímetro, prumo, papíro etc.; e no segundo, um escudo com o acrônimo alusivo ao imperador D. Pedro II aparece junto a gravações genéricas buriladas na bainha.

Fonte: Acervo particular

A semelhança entre os modelos fez com que, inclusive, o assunto fosse tema de apreciação do Ministro da Guerra, em relatório de 1868, sobre a Comissão de Melhoramentos do Material do Exército. Nesse relatório, informando sobre a necessidade de acompanhar a marcha do desenvolvimento dos grandes exércitos dos Estados Unidos e da Europa, não escapou de mencionar a necessidade de se “adotar genuinamente um modelo de espada para o Corpo de Alunos da Escola Militar da Corte”.

Observe e compare a semelhança das gravações na bainha e tamanho entre o modelo não regulamentar para cadetes e alunos da Escola Militar (**figura 4**) com o segundo punhal naval apresentado na **figura 5**.

Espadins (punhais) navais imperiais brasileiros



Figura 5 – Dois punhais (espadins) utilizados por alunos da Escola Naval entre 1856 e 1889. Medem, respectivamente, 37,5cm e 40cm.

Fonte: Acervo particular

A propósito, a institucionalização de uma arma branca para os alunos das escolas militares, durante o século XIX, não fora apenas uma necessidade/exclusividade brasileira.

West Point, por exemplo, embora tenha adotado uma espada para os cadetes desde o início da década de 1800, submeteu essa arma a inúmeras pequenas alterações até surgir a espada de cadete de West Point ‘modelo 1872’.

Já o Exército Espanhol, mais antigo, possuía uma gama de armas brancas destinadas aos alunos das mais variadas instituições educacionais: preparatória e militares. Para os cadetes do Real Colégio de Artilharia, por exemplo, adotou-se, em 1830, um modelo de espada de gala, semelhante à dos oficiais de 1828³. Para os *Alumnos del Real Colegio Del Escorial*, uma espada em 1875. Para os *Alumnos de la Academia General Militar*⁴, em Zaragoza, em 1883, institui-se um sabre com lâmina lisa e cuja guarda apresenta o acrônimo “AG”. Enquanto para os *Alumnos de La Escuela de Ingenieros de Montes*, em 1891, oficializou-se um machete semelhante a uma adaga de caça.

No caso brasileiro, dada a centralidade da formação complementar, optou-se, assim como nos EUA, por uma espada única, que simbolizasse a condição de aluno durante os anos iniciais da formação, sobretudo para se evitar quaisquer conflitos com os planos

de uniformes baixados pelo Exército para os alunos-oficiais.

Assim sendo, escolheu-se um modelo de espada cuja estética, dimensões e materiais se assemelhassem e simbolizassem o corolário da carreira militar para o aluno.

Embora não se tenha um registro claro, há indícios na literatura, como as crônicas geradas a partir das reuniões da Câmara, protagonizadas pelo deputado Visconde de Taunay⁵, de que a espada para o Corpo de Alumnos, criada em julho de 1880 por regulamentação especial interna, baixada pelo Comando da Escola Militar da Corte⁶, fora inspirada na semelhança que guardava com a espada de general em uso desde 1852⁷. Transmítia-se, assim, simbolicamente por meio de um objeto que representa e assinala a posição hierárquica dos oficiais, a ideia de progressão linear na formação militar: dos bancos escolares ao generalato (figura 6).



Figura 6 – Espada de oficial-general do Império, variante do modelo instituído em 1852, fabricada na década de 1880. Observa-se, na face direita da lâmina, o pequeno Brasão de Armas do Império. Na outra, o acrônimo alusivo ao imperador D. Pedro II. Mede 88cm. Fonte: Acervo MHN

Estrutura organizacional da Escola Militar – modernização e o primeiro modelo regulamentar de espada para o Corpo de Alunos no Império

Desde meados da guerra contra o Paraguai, promoveu-se, no Exército e em suas instituições acadêmicas, um profundo processo de reaparelhamento e modernização, que, dentre outras medidas, contou com comissões especiais voltadas para o material bélico, como a *Comissão de Melhoramentos do Material de Guerra*, e para o ensino, a *Comissão de Ensino*.

Esse processo promoveu grandes alterações na Força. E, em especial, na estrutura da Escola Militar da Corte: no orçamento, no comando, na instrução teórica e prática, nas dependências, nas formas de ingresso, no pessoal, nos quadros e, conseqüentemente, no regramento dos uniformes dos alunos.

Isso posto, em 1874⁸, temos, na Escola Militar da Corte, uma estrutura composta por três quadros (Administrativo, Magisterial e Prático), responsável por gerir quatro Cursos de Formação: Infantaria e Cavalaria – formação básica – e Artilharia, Estado-Maior e Engenharia – formação complementar destinada aos alunos-oficiais (figura 7).



Figura 7 – Organograma resumido da Escola Militar da Corte, baseado nas alterações promovidas pelas legislações nas décadas de 1870 e 1880

Fonte: Elaborado pelos autores

Este último, considerado uma extensão do curso de Artilharia, outorgava ao aluno-oficial o título de Bacharel Doutor em Matemática e Ciências Físicas. Dessa forma, embora se faça ideia de que o Corpo de Alunos fosse composto apenas por cadetes, havia, nos cursos de formação complementar, oficiais de patentes intermediárias e altas. Daí a designação dos postos precedida pela de aluno: “alumno-comandante, alumno-major, alumno-ajudante, alumno-capitão” etc.

Como reflexo dessa reorganização, por meio do Decreto nº 7.728 de 14 de junho de 1880, passaram as antigas Companhias de Alunos a formar um só corpo: o Corpo de Alunos da Escola Militar da Corte.

É essa unificação que abriu espaço para a tentativa de se padronizar uma arma para os alunos do 1º Curso de Formação, visto que, para os demais, os alunos-oficiais, a arma era a espada prevista pelo Plano dos Uniformes do Exército para os Corpos Especiais⁹. Com isso, embora não estivesse tipificado na lei, o modelo de espada de aluno, instituído em 1880, trazia na lâmina, por convenção cultural, as inscrições: “CORPO DE ALUNOS”, numa das faces, e “ESCOLA MILITAR”, na outra (figura 8); de modo a delimitar seu uso durante o curso de formação básica enquanto *prença de pret.*



Figura 8 – O modelo de espada para alunos da Escola Militar da Corte trazia, numa das faces, acima do pequeno brasão de armas do Império, a grafia que designa a condição de uso, enquanto, na outra, acima do acrônimo PII^o, a especificação da esfera de emprego. Mede 86cm.

Fonte: Acervo particular

Sobre o uso da nova arma, e para que não houvesse dúvida, a legislação ainda versava que “os officiaes effectivos e alumnos das ecolas militares deverão andar habitualmente armados com a espada respectiva ao uniforme”. Por esse motivo, acentuou-se a necessidade de grafar na lâmina as inscrições alusivas ao liceu militar. Outra constatação pertinente, fruto da evolução natural de se marcar a especificidade da arma, foi a adoção de um castelo na cruzeta da espada (**figura 9**).

Sobre o castelo, enquanto símbolo da escola – não confundir com o da Arma de Engenharia¹⁰ –, a mesma legislação de julho de 1880, que versava sobre a espada, e que não previa quaisquer inscrições ou símbolos, determinava o uso de um castelo bordado na gola e um *metálico* [grifo nosso], no *bonet*. Dessa forma, também por conveniência e por apropriação simbólica, passou-se a usar o castelo também na cruzeta das espadas.



Figura 9 – Três exemplares, todos de catálogo comercial do fabricante alemão WKC (Weyersberg, Kirschbaum & Cie) de Solingen, revendidos no mercado nacional pela casa Cunha Guimarães, uma das mais famosas alfaiatarias do Rio de Janeiro.
Fonte: Acervo particular

Isso explica a existência de, pelo menos, três versões do mesmo modelo de espada (**figura 9**).

1- Espada M1880 com cruzeta lisa (A);

2. Espada M1880 com orifícios na cruzeta para aplicação do castelo metálico, usado no *bonet*, por exemplo (B); e

3. Espada M1880 com castelo fundido, de fábrica, na cruzeta da arma (C).

Logo, por meio da análise comparativa entre o disposto na legislação: “espada de aço com guarnições de metal amarelo e bainha de couro envernizado, guarnecida do mesmo metal [latão], sendo o punho de osso [ou marfim], de curvatura pouco pronunciada, com 72cm totais: 12cm de punho e 60cm de lâmina”; com a evolução fabril do material militar, fica evidente que a inserção do castelo, espontaneamente aplicado por alguns alunos, tornou-se um *modus operandi* entre o Corpo a ponto de provocar na indústria a produção da arma já com o referido símbolo.

Dessa forma, e amparado pela norma, assim como o talim, fiador e as luvas, as espadas também eram itens que deveriam ser adquiridos às expensas dos alunos. Isso significa que, como não eram abonadas pelo Estado (**figura 10**), coexistiram inúmeras variantes de espadas. Algumas com, outras sem o castelo. Uma mais, outras menos luxuosas. Inclusive registra-se a existência de alguns exemplares com gravações semelhantes às das espadas de general (**figura 11**).

Tabela das peças de fardamentos que devem ser abonadas nos alumnos praças de pret

ÉPOCAS DA DISTRIBUIÇÃO	BLUSA DE BRIM PAREDO	BONET	BOTINAS	CALÇA DE BRIM BRANCO	CALÇA DE PANTO AZUL	CALÇA DE BRIM PAREDO	GRAVATA DE SEDA	MANTA DE Lã	SOBRECASACA COM PLATINAS
Na primeira admissão e somente por uma vez.....	2	1	1	1	1	1	1	1	1
No fim do primeiro semestre de cada anno.....	1	1
No principio de cada anno para os que continuarem a estudar.....	1	1	1	1	1	1
No principio de cada dous annos, idem.....	1	1

Figura 10 – Tabela publicada em 1882 pelo Comando da Escola Militar com a quantidade, especificação e ocasiões da distribuição das peças do fardamento para alunos. Observe que nela não há previsão de luvas, talim e espada.
Fonte: Os autores



Figura 11 – Exemplar “de luxo” por conta das gravações de carvalho nos metais, do banho de ouro e do emprego de marfim no cabo. No detalhe, o orifício para aplicação do castelo. Mede 84cm. Fonte: Acervo particular

A fotomontagem da **figura 12** reúne os cinco modelos de uniformes instituídos pela Escola Militar. No que tange a essa abordagem, seguindo o ordenamento, apontamos o uso do talim e da espada M1880 também no segundo uniforme.



Figura 12 – Modelos de uniformes instituídos pela Escola Militar. Fonte: Elaborada pelos autores a partir do original *Uniformes do Exército Brasileiro 1730-1922*, de G. Barroso e J. Wasth Rodrigues

No registro da **figura 13**, alunos do 1º Curso de Formação em uniforme de passeio: sobrecolete azul ferrete, de trespasse, com oito fileiras de botões e gola

deitada, com calça de brim e *bonet cavaignac* branco do uniforme de exercício/instrução.



Figura 13 – Do lado esquerdo da imagem, em posição de destaque, um aluno-alferes posa em duelo com um aluno da Escola Militar da Corte, em 1888, no bairro de São Cristóvão/RJ. Fotografia de Eduardo Bezerra.

Fonte: Instituto Moreira Salles

Observe que a arma cingida pelo aluno é diferente da do alferes. Este último, mesmo frequentando as fileiras da Escola Militar, gozava da prerrogativa hierárquica de ser aluno-oficial. E, portanto, diferentemente de seus pares acadêmicos, trajava o uniforme com a respectiva espada de oficial do Exército de acordo com o Plano de Uniformes do Exército vigente à época.

O único elemento visual, distintivo, que diferenciava um oficial de um aluno-oficial era a estrela dourada bordada no ombro esquerdo da sobrecasaca. O mesmo distintivo também estava previsto para todo o Corpo de Alunos. Fato é que, ao passo que a terceira versão de espada para aluno se consolidava, em meados da segunda metade da década de 1880, crescia também, inclusive dentro da escola, a insatisfação de grupos contra o regime monárquico.

Isso posto, pode-se dizer que o primeiro modelo regulamentar de espada para os alunos da Escola Militar da Corte, com seus símbolos e novas tradições, não teria uma vida muito longa diante do movimento republicano, que romperia esteticamente com a arma pós-1889.

A República e o novo modelo de espada para os cadetes

Se é sabido que “a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado” (Le Goff, 1992, p. 169), o advento do golpe republicano de 15 de novembro de 1889, ao promover transformações na estética dos uniformes militares brasileiros, suprimindo elementos vinculados à monarquia e os substituindo por uma estrela republicana, buscou delinear um novo marco nas Forças.

É nesse contexto de adaptação e conversão, chamado por alguns pesquisadores de “período de transição”, que a espada de aluno da Escola Militar, de 1880, foi contemplada pela tolerância e absorvida pela legislação que estabeleceu o novo Plano para os Uniformes dos Officiais e Praças do Exército e dos Alunos das Escolas Militares¹¹ (figura 14). Isso justifica a existência de exemplares cujo brasão imperial e o acrônimo PII° tenham sido suprimidos da lâmina.

Epochas de distribuição	Peças de fardamento							
	Blusas de brim pardo	Bonets	Botinas, pares	Calças de brim branco	Calças de brim pardo	Calças de flanela azul	Capas de brim branco para bonet	Mantãs de lã
A 1.º de Março de cada anno para os que se matriculam pela primeira vez	2	1	1	1	1	1	2	1
A 1.º de Março de cada anno para os que continuam a estudar	2	1	1	1	1	1	2	1
A 1.º de Setembro de cada anno	1	—	1	1	1	—	—	—
A 1.º de Junho e de Dezembro de cada anno	—	—	—	—	—	—	1	—
No fim de cada dous annos, a contar do primeiro recebimento	—	—	—	—	—	—	—	1

Figura 14 – Tabela de distribuição de fardamento, organizada pelo Major Henrique Valladares, aprovada por Aviso de 18 de janeiro de 1890. Permanecendo a tradição da aquisição individual, a espada não aparece na relação das peças do fardamento abonadas pelo Exército ao aluno.
Fonte: Os autores

Esses exemplares, chamados de “convertidos”, permaneceram em uso durante anos. E, assim como na época do Império, continuaram a ser adquiridos, e muitas vezes adaptados, às custas dos alunos. Imaginar que a arma seria descartada por conta da mudança do regime é um equívoco. E isso se explica, por exemplo, pela quantidade de armas – inclusive de oficiais – que se encontra com sinais de conversão.

Outro fator que contribuía sobremaneira para a popularização dessa prática, feita simplesmente pela obliteração dos símbolos que aludiam ao antigo regime, ocorria por conta do alto custo de importação dessas armas se comparado ao soldo¹².

De acordo com o professor Janote Pires Marques¹³, analisando o regulamento que reorganizou as escolas militares do Exército no início da República¹⁴, nota-se o predomínio do saber “científico”. Uma clara influência do “Regulamento Benjamin Constant” sobre as práticas e procedimentos burocrático-pedagógicos, que, diferentemente do regime anterior, buscava uma padronização entre os bancos escolares das instituições de ensino militar no país como seio propagador da doutrina da profissionalização para a guerra.

Assim sendo, de acordo com o regramento de abril de 1890¹⁵, os alunos da Escola Militar do Rio Grande do Sul formariam duas companhias. Os da Escola Militar do Ceará, apenas uma. Ambas formariam a Companhia de Alumnos cuja organização seria igual à do Corpo de Alumnos da Escola Militar da Capital Federal.

E o Corpo de Alumnos da Escola Militar do Rio de Janeiro, por sua vez, ficou dividido em Estado-Maior e Estado-Menor, e com quatro companhias.

Essa tendência, que encontrou guarida nos primeiros dois governos republicanos, também ficaria expressa no decreto de agosto de 1894¹⁶, quando então foi baixado um novo regramento que definiu a nova espada para os alunos da Escola Militar. Essa espada, diferente da antecessora, passou a ser fornecida pelo Estado aos alunos, enquanto carga da instituição, durante o curso de formação.

A partir de 1894, portanto, tem-se uma nova arma: uma espada com bainha de couro envernizado, com as partes metálicas em prata inglesa [de metal branco],

com as Armas da República estampadas na cruzeta e com cabo de couro preto (figuras 15 e 16).



Figura 15 – Espada M1894 com punções “AG” do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. Ao contrário do modelo imperial, a nova espada republicana, sob a perspectiva da uniformidade, passou a ser abonada pelo Exército enquanto carga da instituição. Mede 85cm.

Fonte: Acervo particular



Figura 16 – Espada M1894, carga da Escola Militar. Diferentemente da anterior, o modelo republicano traz estampado na cruzeta o Brasão de Armas da República, numa das faces da lâmina a inscrição “Estados Unidos do Brasil”; enquanto, na outra, manteve-se “Escola militar”. Mede 85cm.

Fonte: Acervo particular

Dessa forma, encarnada com as novas simbologias, passaria a arma a representar, indistintamente, todas as companhias que formavam o Estado-Menor do Corpo de Alunos das escolas militares dos Estados Unidos do Brasil: da Capital Federal, do Rio Grande do Sul e a do Ceará.

Aqui há de se pontuar, a fim de evitar confusões, que o modelo republicano de espada para o Estado-Menor do Corpo de Alunos da Escola Militar coexistiu com uma arma análoga, destinada aos oficiais, e que não tem relação alguma com a esfera acadêmica militar.

Por conta de um lapso ocorrido nas primeiras legislações dos uniformes, baixadas ainda durante o governo provisório da República, não se previu/determinou na lei o uso do talim no uniforme de serviço dos oficiais (3º e 4º uniformes). Por esse motivo, por conta da necessidade do uso de espada para atividades como a continência, passagem de serviço e saudação à bandeira, adotou-se, de maneira não regulamentar, o uso de uma espada menor e mais leve, que pudesse ser cingida suspensa pelo cinto da calça e por baixo da túnica (figura 17). Essas armas ficariam mais tarde conhecidas como “sabre de uso interno” devido ao uso em atividades nos quartéis.



Oficial Engenheiro

Oficiais de Infantaria

Figura 17 – Oficiais em terceiro e quarto uniformes, cingindo o sabre não regulamentar. Década de 1890.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do original *Uniformes do Exército Brasileiro 1730-1922*

A ausência do talim acima mencionado criou uma demanda que provocou no comércio o surgimento de uma série de espadas, símeis à dos alunos, mas destinada aos oficiais do Exército. Em especial, modelos específicos para os oficiais dos Corpos Sanitários (médico e farmacêutico) e do Corpo de Engenheiros. Este último, com castelo na cruzeta, igual ao modelo imperial de 1880, utilizado pelos alunos da Escola Militar da Corte. Daí a confusão.

Tempos depois, também por meio do Plano de 1894, buscando legalizar as novas armas, o governo publicaria um texto semelhante, inclusive ao de criação da espada de aluno, regulamentando o uso da segunda arma aos uniformes dos oficiais:

De bainha de couro, sem copos, com as mesmas dimensões da anterior, tendo a parte metálica do punho, as braçadeiras, o olhal, a cruzeta e a ponteira, de prata inglesa ou de metal branco; as Armas da República na cruzeta e o punho de pelle de arraia. Só a primeira braçadeira terá olhal.

Com isso, regulamentou-se um novo modelo de espada para os oficiais muito semelhante à dos alunos, cujo único elemento estético divergente estaria na lâmina. Na **figura 18**, o comparativo das duas armas: a espada de aluno da Escola Militar e a espada de oficial, de uso interno, absorvida pela legislação em 1894.



Figura 18 - Acima, a espada republicana do Corpo de Alunos da Escola Militar. Abaixo, desembainhada, a arma adotada pelos oficiais e regulamentada pela legislação. Ambas trazem na cruzeta o Brasão de Armas da República estampado. Embainhadas, as armas são impossíveis de diferenciar. Medem 85 cm.
Fonte: Acervo particular

O lapso jurídico de 1890 e a efetivação das espadas não regulamentadas, em 1894, também levaria a indústria alemã a produzir novos modelos para o mercado brasileiro (**figura 19**).



Figura 19 – Espadas do catálogo comercial da empresa alemã Weyersberg Kirschbaum & Cie., década de 1900.
Fonte: Acervo particular

O atual modelo espadim Duque de Caxias

Aqui temos uma ruptura estética no padrão da arma representativa dos alunos das escolas militares: a adoção de uma miniatura, em escala reduzida de $\frac{1}{4}$, de uma¹⁷ das mais famosas armas cingidas em nossas Forças: a espada de presenteação outorgada pelo governo brasileiro ao ínclito Duque de Caxias após a Guerra contra o Paraguai – hoje chamada de Espada Invicta.

Antes de adentrarmos ao tema, porém, é imperioso estabelecer que a arma selecionada como modelo para a fabricação dos espadins dos cadetes não é o exemplar cingido pelo Marquês de Caxias durante as campanhas enquanto oficial-general. Afinal, como é sabido, a arma apresenta na lâmina, originalmente, um listel cuja reserva lê-se “DUQUE DE CAXIAS”. E a outorga do título honorífico de duque, ao então Marquês de Caxias, ocorreu em meados de março de 1869¹⁸, quando do retorno do ínclito militar ao Brasil (**figura 20**).



Figura 20 - No detalhe, a seção da lâmina da espada com a grafia que alude ao ducado concedido ao General Marquês de Caxias por sua indelével atuação na campanha contra o Paraguai – Fotografia realizada pelos autores.

Fonte: Acervo do IHGB

A simples observação da inscrição nobiliárquica na lâmina, irremediavelmente, insere a arma no recorte temporal pós-1869.

Inúmeros poderiam ser os fatores que levaram o Exército a adotar o sabre estilo mameluco, inglês, como matriz. Dentre eles, a necessidade, à época, de selecionar um objeto que representasse, como símbolo, a honra militar e que incutisse nos alunos, e no próprio Exército, os rigores da disciplina em um contexto pós-revoluções: 1922, 1924 e 1930.¹⁹

Ao analisar, contudo, cuidadosamente a peça custodiada, desde 1925, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro²⁰, conclui-se que a espada se trata de um símbolo corolário, dado aos elementos decorativos e representativos da lâmina e da inexistência de quaisquer intervenções posteriores. Nem mesmo marcas naturais de atrito, de uso em combate, por exemplo.

Numerosos são os fatores que, ao longo do tempo, contribuíram para que a opinião pública, e até mesmo instituições renomadas, assumissem ser aquela a espada bradada pelo ínclito marechal em campanha.

Dentre eles, destacamos:

- a ausência de detalhamento e especificação das armas legadas em testamento, realizado em 23 de abril de 1874, pelo venerando general²¹;
- a publicação do artigo “O Espadim de Caxias” na *Revista Militar Brasileira*, nº 3, jul/set 1978, volume 114, p. 61 a 68, de autoria do Cel Cláudio Moreira Bento (posteriormente digitalizado e publicado no sítio digital da Academia de História Militar Terrestre do Brasil)²²
- a ausência de estudos e fontes, também à época, sobre os fabricantes e fornecedores das espadas; e
- a ausência de uma análise técnica, desprovida de paixões, que examinasse as características do objeto sob a ótica da História.

Isto pontuado, consideremos também que:

- o decreto de criação²³ do espadim, no inciso 5º, letra a), que versa sobre o 3º uniforme, ao determinar a

medida do espadim, traz “Com 60 cm de comprimento. Cópia da espada do Duque de Caxias”. O mesmo se aplica ao Boletim Interno 70 de 10 de outubro de 1931;

– mesmo à época, quando da entrada do espadim em serviço, a crônica trata o objeto como “arma distintivo que reproduz o sabre glorioso do invicto soldado”²⁴, “espadim symbolico, reprodução da espada do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva”²⁵, “restabeleceu-se o antigo espadim do cadete dos velhos tempos, mas, agora, um espadim symbolico, porque é a miniatura do sabre glorioso de Caxias”²⁶ [...].

Logo, fica evidente que, mesmo na ocasião da eminente criação, não se afirmava ser aquela a espada cingida pelo Condestável em campanha²⁷. Aqui não se contesta, porém, o *status* de invicta que a indelével arma carrega.

A arma galardoada ao Generalíssimo Caxias, assim como a coroa do ducado, são símbolos incontestes de reconhecimento público do Estado brasileiro diante dos indeléveis serviços militares prestados à época e que, conseqüentemente, confirmaram-se por meio da assunção do ancião general aos mais elevados postos da vida civil da Corte em uma clara demonstração de confluência militar, política e diplomática.

Isso posto, delineado e clarificado, retomamos ao atual modelo.

A entrada em serviço do espadim Duque de Caxias se deu em uma quinta-feira, dia 15 de dezembro de 1932, ocasião em que foram entregues 738 exemplares aos cadetes da Escola Militar do Realengo. Desde então, o espadim manteve-se o mesmo. Salvo pequenas alterações, todas oriundas de variações produtivas comerciais, ocorridas por conta da substituição de fornecedores.

O primeiro deles, inclusive responsável pela confecção do molde em escala reduzida, foi a empresa alemã ALCOSO (acrônimo de Alex Coppel & Sohn) da cidade de Solingen (**figura 21**). Esses modelos, mais antigos, são identificados pelo símbolo da empresa gravado no ricasso/talão direito da lâmina.

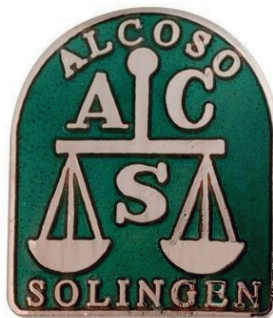


Figura 21 – Selo comercial e timbre da empresa alemã fabricante dos primeiros modelos do espadim Duque de Caxias. O primeiro, ainda na fábrica, era colado nas embalagens de papel que embrulhavam os espadins.

Fonte: Acervo particular

Embora não seja preciso, o fornecimento alemão para o mercado nacional perdurou até meados da década de 1930, quando, então, o Brasil rompe relações com a Alemanha.

A partir de então, entra em cena o primeiro modelo de espadim de produção nacional, confeccionado pela metalúrgica rio-grandense EBERLE.

Sobre este fabricante/fornecedor, é importante observar que, por conta da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a empresa foi declarada de interesse militar e parte de sua produção, pós-1942, passou a atender, também, as escolas e academias militares das polícias estaduais. Essa prática perduraria por décadas até o surgimento de concorrentes no mercado nacional.

Diferentemente dos espadins de origem alemã, os produzidos nacionalmente apresentavam no ricasso a sigla “AEC” dentro de um triângulo.

Na **figura 22**, um exemplar de espadim produzido pela metalúrgica Abramo Eberle & Cia, sediada em Caxias do Sul/RS. Esse símbolo permaneceu em uso nos espadins produzidos pela empresa até meados da década de 1960.

Após alterações administrativas promovidas pela empresa Eberle, a metalúrgica passou a adotar uma nova logomarca. Dessa vez, grafado por extenso EBERLE dentro de uma caixa sobre a marca registrada (**figura 23**). Esses espadins, assim como os antecessores, também eram ofertados para aquisição privada dos cadetes e estavam desprovidos de numeração. Considerando o grande número de exemplares adquiridos pela Escola Militar/AMAN ao longo dos anos, a longa permanência do mesmo modelo em serviço e a prática de manutenção do patrimônio de se reaproveitar partes de um espadim para reposição de peças e conserto de outro, ainda hoje se pode encontrar exemplares remanescentes do lote alemão com peças contemporâneas dos fabricantes brasileiros.

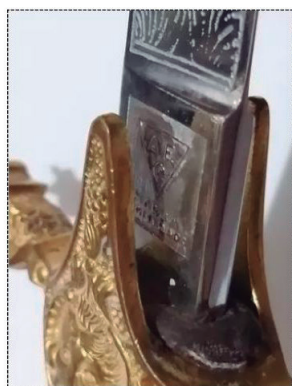


Figura 22 – Exemplar de espadim Duque de Caxias conhecido popularmente como “AEC”. Mede 60cm.
Fonte: Acervo particular



Figura 23 – Exemplar EBERLE, produzido para a AMAN. Mede 59cm.
Fonte: Acervo particular

Considerações finais

Assim sendo, constata-se que, entre a primeira outorga do modelo atual, em 1932, e a última, realizada em agosto de 2023, o espadim Duque de Caxias foi, entre as três armas simbólicas regulamentares

adotadas ao longo de toda a existência da Escola Militar, a mais longeva e contribuiu, sobremaneira, para a transmissão, promoção e consolidação dos valores da “rija têmpera moral e cívica” do ínclito Caxias a milhares de cadetes ao longo de mais de nove décadas. Mantém-se, desde então, como bastião incólume da hierarquia, da disciplina e do amor pátrio.

Referências

A ESCOLA Militar do Ceará. **Práticas pedagógicas e cotidiano Estudantil (1889-1898)**. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2010/01_artigos/2010-9-escolamilitardoceara.pdf. Acesso em: 13 jan 2024.

BENTO, Moreira. **A Origem do Espadim Caxias**. O Espadim de Caxias dos Cadetes do Exército – História. Disponível em: [https://www.ahimtb.org.br/A%20ORIGEM%20DO%20ESPADIM%20DE%20CAXIAS%202%20\(2\).pdf](https://www.ahimtb.org.br/A%20ORIGEM%20DO%20ESPADIM%20DE%20CAXIAS%202%20(2).pdf). Acesso em: 21 fev 2024.

BRASIL. Decreto nº 2.105, de 8 de fevereiro de 1873. Augmenta os soldos dos officiaes e praças do Exército e Armada, e os vencimentos dos empregados do Thesouro e diversas repartições do Ministério da Fazenda. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2105-8-fevereiro-1873-550416-publicacaooriginal-66369-pl.html>. Acesso em: 4 jan 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.625, de 2 de maio de 1874. **Plano de Uniformes de 1874**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5625-2-maio-1874-550303-publicacaooriginal-66051-pe.html>. Acesso em: 23 fev 2024.

BRASIL. Decreto nº 330 de 12 de abril de 1890. Promulga o regulamento que reorganiza o ensino nas escolas do Exército. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-330-12-abril-1890-524468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 dez 2023.

BRASIL. Decreto nº 694 de 28 de agosto de 1890. Estabelece novo plano para os uniformes dos officiaes e praças do Exército e dos alumnos das escolas militares. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-694-28-agosto-1890-522418-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 dez 2023.

BRASIL. Decreto nº 1.729-A de 11 de junho de 1894. Approva novo plano para os uniformes dos officiaes effectivos, reformados e praças do Exército, alumnos das Escolas Militares, Collegio Militar, Invalidos da Patria e Escola de Sargentos; altera o adoptado para os officiaes honorarios e estabelece novo plano de arreiamento para as montarias dos officiaes e praças. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/>

decret/1824-1899/decreto-1729-a-11-junho-1894-509638-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 25 jan 2024.

BRASIL. Decreto nº 20.438 de 24 de setembro de 1931. Aprova o plano de uniformes do Corpo de Cadetes da Escola Militar. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20438-24-setembro-1931-522442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 fev 2024.

CASTRO, Celso. **Entre Caxias e Osório**: a Criação do Culto ao Patrono do Exército Brasileiro. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/download/2112/1251/3591>. Acesso em: 31 mar 2024.

COLLEGE of Forestry Engineers pupil's machete. **Machete Alumno Escuela de Ingenieros de Montes modelo 1891**. Disponível em: https://www.vicentetoledo.es/sites/default/files/machete_ingeniero_montes.pdf. Acesso em: 29 dez 2023.

ESPADA DE CEÑIR Oficiais y cadetes de Artillería modelo 1828. **Artillery Officer's and cadets' small sword**. Disponível em: https://www.vicentetoledo.es/sites/default/files/1828_espada_oficial_cadete_Artiller%C3%ADa.pdf. Acesso em: 29 dez 2023.

ESPADA Alumnos del Real Colegio del Escorial hacia 1875. **Royal College of El Escorial pupils' saber**. Disponível em: https://www.vicentetoledo.es/sites/default/files/Espada_Alumno_Colegio_Escorial.pdf. Acesso em: 29 dez 2023.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer; CANAVARROS, Octavio; FERES, Zakia; GONÇALVES, Sonia; MADUREIRA, Lucena Barbosa. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares, **Revista Brasileira de Economia – RBE**, EPGE Brazilian School of Economics and Finance – FGV EPGE (Brazil), vol. 25(4), October. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbe/article/download/67/6249/0>. Acesso em: 19 mar 2024.

JORNAL do Comércio (RJ). Edição de 26 de agosto de 1928. **Uma relíquia inestimável**. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_11&pesq=%22espada%20de%20caxias%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=29034. Acesso em: 30 mar 2024.

JORNAL do Comércio (RJ). Edição de 17 de dezembro de 1932. **O Duque de Caxias**. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&Pesq=%22Duque%20de%20Caxias%22&pagfis=757. Acesso em: 29 fev 2024.

JORNAL Correio da Manhã. Edição de 17 de dezembro de 1932. **O Compromisso dos Cadetes – A Entrega do Espadim aos Alumnos da Escola Militar**. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=espadim%20caxias&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=14448. Acesso em: 29 fev 2024.

JORNAL Correio da Manhã. Edição de 17 de março de 1934, **A Formação do Oficial Brasileiro** – Uma interessante palestra com o General José Pessoa, commandante da Escola Militar”. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=espasdim%20caxias&pasta=ano%201933&hf=memoria.bn.br&pagfis=21082. Acesso em: 29 fev 2024.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

MINISTÉRIO DA GUERRA. **Aviso de 18 de janeiro de 1890**. Tabella n.1. Tabella de distribuição de fardamento aos alunos das escolas militares.

NOBRE, Eduardo. **As Armas e os Barões**. Lisboa: Quimera, 2004.

ORDEM do dia nº 185. Quartel General do Exército na Corte. **Decisões proferidas sobre pareceres e conselhos de direção e averiguação para o posto de cadete**. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22cadete%22&pasta=ano%20186&hf=memoria.bn.br&pagfis=12750. Acesso em: 20 jan 2024.

REVISTA Fon Fon: Semanário Alegre, Político, Crítico e Espusiente (RJ), ed. 24 dez. 1932. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=259063&Pesq=AMAN&pagfis=81887>. Acesso em: 29 mar 2024.

ROMERO, Adler de Casto. **A importância do Arquivo Histórico do Exército Sabre de aluno da Academia General Militar**. Disponível em: https://www.vicentetoleado.es/sites/default/files/1883_sable_Academia_Militar_b.pdf. Acesso em: 14 fev 2024.

SOBRAL, J. Postos e Cargos Militares Portugueses. **Audaces**, 2008.

UNIFORMES do Exército Brasileiro. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon53157/icon53157.pdf. Acesso em: 17 mar 2024.

Boletins Internos da AMAN

BI nº 288 de 6 Dez 1932 – Inclui os primeiros espadins em carga.

BI nº 297 de 16 Dez 1932 – Ordem do Dia alusiva a primeira entrega e juramento dos espadins pelos cadetes.

BI nº 141 – 1938 – Regula o uso dos espadins.

BI nº 157 – Regula o fornecimento de espadins a cadetes falecidos.

NOTAS

¹ Pertenceu ao Dr. Manuel José Murtinho, que, em 1855, atingiu a graduação de tenente-coronel cirurgião-mor, de divisão, em Mato Grosso.

² Decreto nº 1.829 de 4 de outubro de 1856.

³ Real Ordem de 31 de maio de 1828.

⁴ A Academia General Militar espanhola foi criada pelo Real Decreto de 20 de fevereiro de 1882. Em 5 de março de 1883 é baixado o Regulamento da Uniformidade por meio da Real Ordem de 1883.

⁵ A prestimosa atuação parlamentar, por duas legislaturas, rendeu ao Major Alfredo Maria Adriano d'Escragnoles Taunay (1843-1899) os louros de haver incorporado na legislação brasileira medidas de alta benemerência a classe militar: a imprescritibilidade dos direitos das viúvas dos militares ao meio soldo, o regulamento das tabelas de soldo e etapas e a contagem em dobro do tempo de serviço em campanha.

⁶ Aviso do Ministério da Guerra: Plano de Uniforme para o Corpo de Alumnos, dos Músicos e Cornetas da Escola Militar da Corte, baixado em 14 de julho de 1880.

⁷ Decreto nº 1.029 de 7 de agosto de 1852.

⁸ Decreto nº 5.529 de 17 de janeiro de 1874.

⁹ Decreto nº 5.625, de 2 de maio de 1874.

¹⁰ Até 1880, a Engenharia era uma extensão do Curso de Artilharia. É a partir do início dessa década, sobretudo em 1884, por meio da Proposta de Reorganização do Exército, que vai se fortalecer e consolidar a separação do curso em Arma de Engenharia.

¹¹ O Decreto nº 694 de 28 de agosto de 1890 assinala, nas Observações para o Corpo de Alumnos das Escolas Militares que: “Os alumnos poderão usar, fóra das formaturas, talim, espada, fiador, como os adoptados no último plano (o de 1880) [grifo nosso], e luvas de pelica branca com o fardamento do 1º uniforme”

¹² Como referencial, citamos que, no início da década de 1870 uma espada de oficial, de metal amarelo ou prateado, era vendida no comércio do Rio de Janeiro por valores que variavam entre 23\$000 e 28\$000. Nesse mesmo período, segundo o Decreto nº 2.105, de 8 de fevereiro de 1873, o soldo de um alferes, ou 2º tenente, era de 60\$000. Menos de uma década depois, em meados de 1882, o valor de uma espada correspondia ao aluguel de uma ‘estalagem’ composta de quarto e uma sala, de 3m² cada, com uma pequena cozinha no subúrbio do Rio de Janeiro.

¹³ Professor do Colégio Militar de Fortaleza (CMF).

¹⁴ Decreto nº 330 de 12 de abril de 1890, que promulgou o regulamento que reorganizou o ensino nas escolas do Exército.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Decreto nº 1.729-A de 11 de junho de 1894, que Approva novo plano para os uniformes dos officiaes effectivos, reformados e praças do Exército, alumnos das Escolas Militares, Collegio Militar, Inválidos da Pátria e Escola de Sargentos; altera o adoptado para os officiaes honorários e estabelece novo plano de arreiamento para as montarias dos officiaes e praças.

¹⁷ Sabe-se, comprovadamente, da existência de três delas:

1. A espada utilizada enquanto oficial superior, modelo de soldado adotado pela Imperial Guarda de Honra, de fabricação inglesa, de propriedade do Museu Histórico do Exército, sediado no Forte de Copacabana. Segundo o extinto DEP – DACHED, Seção de Estudos, Pesquisas, Tombamento e Publicações do Museu do Exército, no Tombo nº 1.289, a procedência dessa arma é oriunda de São Luís, Maranhão, 1840;

2. O exemplar estilo mameluco, com cabeça de leão, fabricado por F. Backes (F. Delacour & F. Backes), ofertado pelo povo ao generíssimo ao fim da Campanha no Paraguai, de posse da AMAN; e

3. O modelo abordado neste estudo e que serviu de molde para o atual modelo de espadim em uso.

¹⁸ Sobre a outorga do título, considerar que, segundo Ordem do Dia nº 275, emitida no Quartel-General em Montevideu, Caxias deixa, aos 65 anos de idade, o Comando em Chefe da Forças em 7 de fevereiro de 1869. Já de volta ao Rio de Janeiro, é condecorado com a Medalha Militar, em 20 de fevereiro, e recebe por carta de mercê o primeiro e único título de duque outorgado a um brasileiro nato (e sem vínculo com a Família Imperial) em 23 de março do mesmo ano.

¹⁹ Sobre a questão da integridade institucional do Exército e a adoção de um conjunto de elementos simbólicos inteiramente novos, vide “Entre Caxias e Osório: a Criação do Culto ao Patrono do Exército Brasileiro”, de autoria do professor Celso Castro da FVG.

²⁰ De acordo com Cel Cláudio Moreira Bento, presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, em publicação eletrônica no sítio da referida entidade, denominada *O Espadim de Caxias dos Cadetes do Exército – História*, a “espada de campanha [grifo nosso] foi localizada pelo Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, um de seus biógrafos. Encontrava-se ela em poder de descendente direto de Fonseca da Costa, o Capitão-de-Corveta Caetano Taylor da Fonseca Costa. Esse oficial, em gesto que se reveste de nobreza e patriotismo, decidiu, em 1925, doar a valiosa relíquia, por intermédio do Dr. Vilhena de Moraes, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde se encontra” deste então. Até o presente momento, contudo, a espada nunca passou por uma análise técnica e se manteve como sendo a arma que Caxias usou enquanto oficial-general por conta da confirmação do professor Pedro Calmon.

²¹ De acordo com a edição do *Jornal do Comércio* (RJ) de 9 de maio de 1880, Caxias deixou o seguinte legado tirado de sua terça: “Ao general Barão da Penha todas as suas armas, inclusive a sua espada de comando, com a qual fez todas as campanhas [...]”.

²² Segundo o autor do referido estudo, a validação da arma como sendo a mesma empregada em campanha por Duque de Caxias veio do parecer do professor Pedro Calmon: “O professor Pedro Calmon – velho e fiel amigo da AMAN, onde já ministrou aulas inaugurais – confirmou ser aquela a espada que o Patrono do Exército usou em campanha como oficial-general.” Essa mesma citação também pode ser encontrada na edição nº 2 do *Jornal Agulhas Negras*, órgão oficial da Sociedade Acadêmica Militar, de agosto de 1978.

²³ Decreto nº 20.438 de 24 de setembro de 1931.

²⁴ *Jornal Correio da Manhã*, edição de 17 de dezembro de 1932, “O Compromisso dos Cadetes – A entrega do espadim aos alunos da Escola Militar”.

²⁵ *Jornal Correio da Manhã*, edição de 26 de agosto de 1933, “O chefe do governo se fez representar numa cerimônia na Escola Militar”.

²⁶ *Jornal Correio da Manhã*, edição de 17 de março de 1934, “A formação do oficial brasileiro – Uma interessante palestra com o General José Pessôa, commandante da Escola Militar”.

²⁷ Para saber mais, vide *Análise dos sabres do ínclito Caxias*. Estudo técnico realizado pelos autores, em fevereiro de 2022, a pedido da Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército e do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil.

VANTAGENS DA ASSINATURA

- Alta qualidade das publicações, de interesse para militares e civis de diversas profissões, com temas de Relações Internacionais, História Geral e do Brasil, História Militar, Chefia e Liderança, Geopolítica, Ciência Política, Tecnologia de Defesa etc.
- Pagamento com desconto em relação à compra de exemplares avulsos.
- Comodidade de recebimento dos livros no endereço do assinante, via postal.

LIVROS DA COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

– Tipos de assinatura:

A – versão completa contendo 10 livros – R\$250,00

B – versão compacta contendo 5 livros – R\$200,00

Ao efetuar sua solicitação à BIBLIEx, o novo assinante poderá escolher títulos editados no ano corrente ou em anos anteriores.

A partir do ano seguinte ao da assinatura inicial, passará a receber somente os títulos dos futuros lançamentos.

Além de livros, a BIBLIEx publica revistas digitais, disponíveis gratuitamente no *site*:

- REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO;
- A DEFESA NACIONAL; e
- REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.





Biblioteca do Exército

Tradição e qualidade em publicações

www.bibliex.eb.mil.br



ISSN 0101-7284



9 770101 718401

22024